

Relatório de Atividades 2025

A submeter à Assembleia Geral de 18/04/2026

Aprovado na Direção Extraordinária de 25 de março de 2026



Índice

Índice	2
Mensagem da Direção	5
Resumo Executivo	5
Enquadramento	8
1 - Alterações climáticas: GEE e outras emissões	11
2 - Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental	13
3 - Mobilidade e Transportes	16
3.2 - Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)	18
3.1 - Alta Velocidade Ferroviária	18
4 -Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental	19
5 - Transparência, participação e processos de decisão	20
6 - Agricultura e Ambiente	21
7 - Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade	22
7.1 –Biodiversidade	22
7.2 - Ordenamento do Território	23
7.3 - Florestas	24
8 - Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem	25
8.1 - Remoção de barreiras fluviais obsoletas	26
8.2 - Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça	27
8.3 - Barragem do Pisão	27
8.4 - Programa Nacional de Regadio e programa Água que Une	32
9 - Outros temas de trabalho em 2025	33
9.1 Resíduos	33
9.2 - Contencioso Ambiental	34
10 - Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS), Cidadania e Plano de formação Ambiental	35
A nossa Missão e a nossa Visão	36
Os nossos princípios	36
Competência	37
Trabalho voluntário e compromisso	37
Independência e contrapoder	37
Idealismo nos objetivos, realismo na ação	37
Postura colaborativa	37
Transparência	37
Postura irreverente	37
Aposta no associativismo	37
Postura inclusiva	37
Objetivos e prioridades em 2025	38
Os nossos principais projetos	38
Coastwatch	39
Objetivos	39
Trabalho em rede	39
Resultados	39

Divulgação do Projeto	39
Eventos Atividades	40
Parcerias	40
Comunicação e redes sociais	40
Equipa	40
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada	42
Objetivos	42
Equipamentos	42
Resultados	43
Comunicação e redes sociais	43
Eventos	43
Apoios e parcerias	44
Equipa	44
Programa Rios Livres	45
Objetivos	45
Resultados	45
Parcerias e apoios	47
Comunicação e Redes Sociais	47
Equipa	47
Eventos	47
Programa Renature	48
Equipa	48
Objetivos	48
Resultados	48
Projeto TerraSeixe	49
Equipa	49
Objetivos	49
Resultados	49
Outras atividades	50
Secretariado e logística	50
Energia e Clima	51
Consumo Sustentável	51
Equipa	51
Mobilidade e Transportes	51
GEOTA à Lupa	52
GEOTALINE	52
Equipa:	52
Conversas à volta da Terra -Ciclo de Debates Temáticos	53
Programa Educativo do GEOTA	54
Movimento Ambiental	55
Plataformas e Organismos	56
ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	56
Agência Oeste Sustentável	56
CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	56
C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO	56
CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental	57

CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza _____	57
EEB/BEE – European Environmental Bureau _____	57
Mediterranean Alliance for Wetlands _____	57
#MOVRIODOURO _____	57
PASC CC – Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania _____	58
Plataforma de ONGA contra o aeroporto do Montijo _____	58
ProTejo _____	58
Seas At Risk _____	58
CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*) _____	59
Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação _____	59
Conselho Superior de Obras Públicas _____	59
Conselho Nacional da Água (CNA) _____	59
Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*) _____	59
Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*) _____	59
Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT) _____	59
Organograma do GEOTA _____	60
Os nossos dirigentes _____	61
Órgãos Sociais do GEOTA para o Biénio 2024-2025 _____	61
Anexos _____	64
ANEXO 1 – LISTA DE POSIÇÕES 2025 _____	65
ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2025 _____	66
ANEXO 3 – GEOTALINE – lista de edições _____	74
ANEXO 4- LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS EXTERNOS– 2025 _____	75
ANEXO 5- LISTA DE EVENTOS DO GEOTA – 2025 _____	78
ANEXO 6 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2025 _____	81
ANEXO 7 - GEOTA na Rede em 2025 _____	83
Contas 2025 _____	84

Mensagem da Direção

O ano de 2025 foi marcado pelo facto de se reportar a um período de funcionamento pleno dos órgãos sociais eleitos em 2023 e com eleições intercalares para a Comissão Executiva em 30 de novembro de 2024. Neste período o GEOTA continuou a enfrentar múltiplos desafios, internos e externos, que exigiram um esforço significativo de todos voluntários, funcionários e parceiros. Entre esses desafios, destaca-se a gestão corrente da associação e dos seus projetos, a análise e acompanhamento de programas de apoio nacionais e internacionais para além do acompanhamento de uma ampla gama de temas e políticas sectoriais.

Este relatório proporciona um resumo sucinto de todas as atividades desenvolvidas no decurso de 2025, possíveis graças ao contributo de todos os colaboradores ativos e funcionários e o apoio de alguns membros dos órgãos sociais. O compromisso e dedicação foram e são fundamentais para o sucesso de nossas iniciativas em prol do ambiente e da sociedade como um todo.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Resumo Executivo

Em termos de política de ambiente, assinalam-se os principais pontos positivos e negativos, considerando também os compromissos assumidos por Portugal ao nível internacional e europeu.

Pontos positivos em 2025:

- **Embargo da barragem do Pisão:** pelas irregularidades no processo de AIA, a não demonstração da utilidade pública, e pelos danos no montado de sobre e azinheira, o projeto de 'Aproveitamento Hidroelétrico de Fins Múltiplos do Crato', no Alto Alentejo, foi contestado em tribunal por 4 ONGAS (GEOTA, LPN, QUERCUS e ZERO), e decretado um embargo da obra pelo TAF de Castelo Branco, em 3 de outubro de 2025.
- **Lei do Restauro da Natureza e Plano Nacional (PNRN):** Aprovada em agosto 2024, a LRN tem como objetivo restaurar 20% das florestas e mares da União Europeia até 2030, com metas de restauro de 30% até 2030, 60% até 2040 e 90% até 2050. Ela busca restaurar ecossistemas degradados, como rios florestas, zonas húmidas e recifes de corais. Os trabalhos da Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Restauro desenvolveram-se em 2025, também com a participação de representantes das ONGA. A sua exequibilidade depende de uma efetiva recuperação de áreas degradadas, e o financiamento do trabalho das organizações não governamentais de ambiente (ONGA) com experiência acumulada de décadas através de vários projetos no terreno.
- **Sociedade civil contra megaprojetos fotovoltaicos:** destaque para a consulta pública do EIA da Central Solar Fotovoltaica (CSF) de Sophia e as Linhas de Muito Alta Tensão (LMAT) associadas, abrange os concelhos do Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova, com número recorde de participações.
- Criação do programa «Floresta Azul — Restauro Ecológico de Pradarias Marinhas»: importante em termos de proteção da biodiversidade e da Ação Climática, uma vez que os ecossistemas de sapais e pradarias de ervas marinhas, são bastante eficientes na captura e no armazenamento de carbono, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a adaptação às alterações climáticas e a resiliência das comunidades costeiras.
- **COP30 - Aprovação do Mecanismo de Ação de Belém (BAM) para uma Transição Justa.** O BAM representa a principal conquista da COP30 para as comunidades centrado a ambição na ação climática centrada na justiça social.

Pontos negativos em 2025:

- **Incêndios florestais:** cerca de 270.000 hectares consumidos pelo fogo, principalmente em monoculturas florestais, afetando várias regiões do país.
- **Estratégia “Água que Une” – Estratégia Nacional para a Gestão da Água:** Lançada em março de 2025, esta estratégia, foi apresentada como um compromisso nacional para garantir uma gestão mais eficiente, resiliente e inteligente da água — conciliando as necessidades da agricultura, do ambiente e da população contudo, configura um conjunto de prioridades e investimento centrado num modelo agrícola insustentável, como o regadio intensivo, deixando para segundo plano a garantia da água para consumo humano.
- **Enfraquecimento da legislação ambiental europeia e o pacote OMNIBUS:** recuo na trajetória das últimas décadas em matéria de proteção ambiental na EU, como o acordo para isentar um número estimado em mais de 80% empresas, de cumprir com novas e essenciais obrigações de responsabilidade e transparência ambiental, ou os acordos da Comissão Europeia com a pretensão da desregulação da colocação no mercado de pesticidas e dos Novos OGM. O novo pacote Omnibus ambiental (8ª proposta de simplificação legislativa), sacrifica a qualidade do ar, da água e da saúde pública em prol da competitividade o que representa uma erosão das políticas públicas coerentes com os desígnios ambientais para os quais foram delineadas, e a uma cedência às pressões dos lobbies que põem em causa os compromissos assumidos, nomeadamente ao nível da Ação Climática e do Bem Comum.
- **COP30:** Roteiro para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis retirado do texto final
- **Construção injustificada de barragens e falta de caudais ecológicos nos rios transfronteiriços:** Portugal continua a privilegiar a construção de barragens como solução central para os desafios hídricos, ignorando evidências de que essas infraestruturas frequentemente estimulam o consumo excessivo de água e comprometem os ecossistemas, refletindo assim uma visão desatualizada e limitada para a gestão da água. A construção de barragens sem se avaliar primeiro as alternativas em termos de economia e eficiência hídricas nas três vertentes - agricultura, indústria e consumo urbano -, que pode afetar ecossistemas e aumentar o consumo de água, além da falta de caudais ecológicos nos rios Tejo e Guadiana, afetando a saúde dos ecossistemas aquáticos.
- **Aquecimento global:** 2025 como ano mais quente de que há registo e o primeiro ano civil acima de 1,55 °C.
- **A incineração:** continua como solução de curto prazo para os resíduos, quando o não é. Melhorar a eficácia de infraestruturas já existentes, nomeadamente as unidades de Tratamento Mecânico e Biológico, e promover novos modelos de recolha seletiva serão soluções muito mais rápidas, baratas e promotoras da economia circular.
- **Atrasos e problemas operacionais na energia e o grande apagão:** nos programas de apoio à eficiência energética e de mitigação da pobreza energética e no licenciamento de comunidades de energia renovável. No 28 de abril de 2025, ocorreu, às 11h33 de Portugal continental, um apagão em Espanha e em Portugal, que resultou numa interrupção generalizada no fornecimento de eletricidade no território continental dos dois países ibéricos. A energia elétrica foi reposta 24 a 48h depois, por vezes mais, revelando a vulnerabilidade das redes elétricas nacionais e das interligações, na península ibérica.

Na esfera ambiental, várias medidas e preocupações estiveram em destaque:

1. Alterações Climáticas
2. Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental
3. Transparência, participação e processos de decisão
4. Mobilidade e Transportes: Alta velocidade ferroviária; Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)
5. Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental
6. Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade, Lei do Restauro, Lei Europeia da Desflorestação, Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
7. Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem, nomeadamente através da Conservação e Restauro dos Ecossistemas Fluviais
8. Outras temas: Contencioso Ambiental, Resíduos
9. Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS), Cidadania e Plano de formação Ambiental

Além disso, destaca-se o compromisso de Portugal com a transição energética, especialmente o aumento das energias renováveis, como eólica e solar, buscando reduzir a dependência de combustíveis fósseis, mas sendo necessário garantir que tal acontece de forma socialmente justa e garantindo a conservação da natureza. Destaca-se também o compromisso com a biodiversidade, com a necessidade de proteger 30% do território terrestre e marinho até 2030.

O GEOTA desenvolveu um conjunto diversificado de projetos e atividades, onde se deve dar destaque ao Centro Ecológico Educativo Paul da Tornada, Coastwatch, Programa Rios Livres, Programa Renature e Programa Terra Seixe.

Foi iniciado em setembro de 2025 um conjunto de webinars de formação a que chamámos, Mesas Redondas à Volta da Terra que tiveram bastante acolhimento e participação.

Também é digno de nota o conjunto de atividades de representação junto de outras organizações, sejam ONG, plataformas ou organismos públicos, bem como as atividades de elaboração de posições, pareceres e comunicados de imprensa emitidos.

Nas páginas a seguir, apresenta-se o enquadramento geral e também o comentário desenvolvido nas diversas áreas enunciadas acima.

Enquadramento

Segundo o relatório "Healthy & Sustainable Living 2023" (GlobeScan, 2025) estamos a chegar rapidamente a um ponto de viragem climático, onde metade da população global poderá sentir-se gravemente afetada pelas alterações climáticas, com mais de 4 em cada 10 pessoas a afirmarem já estar fortemente impactadas. A consciência ambiental está a aumentar, mas também se verifica um crescente sentimento de impotência e maior dependência de governos e indústrias para resolver a crise climática, com um aumento de pessoas a acreditarem que os indivíduos não podem fazer muito para salvar o ambiente.

A responsabilidade ambiental dos governos e das grandes empresas não tem sido adequada e suficientemente endereçada.

Embora a maioria dos consumidores tenha interesse por produtos saudáveis e sustentáveis, obstáculos como o custo elevado e a falta de apoio de governos e marcas dificultam essas compras. No entanto, a disponibilidade de produtos sustentáveis tem vindo a aumentar, com os jovens e as famílias a liderarem a tendência de compra sustentável. Apesar disso, as ações sustentáveis, como poupar energia, reciclar ou usar sacos reutilizáveis, não têm mostrado grandes avanços desde 2019, e práticas mais impactantes, como a alimentação à base de plantas ou a compra de itens usados, continuam marginais.

Nos últimos anos, as pessoas tornaram-se ligeiramente mais inclinadas a adotar hábitos saudáveis, como comer alimentos saudáveis, praticar exercício e passar mais tempo na natureza e as pessoas reconhecem a ligação entre saúde e sustentabilidade.

Os consumidores demonstram maior interesse por informações sobre as ações sustentáveis das marcas quando estas estão diretamente na embalagem dos produtos, sugerindo que as marcas devem continuar a comunicar de forma transparente o seu trabalho em sustentabilidade, evitando práticas de "greenwashing", e isso pode ser uma oportunidade de relacionamento da ação das ONGA com algumas empresas.

Principais indicadores:

- 63% das pessoas consideram que as mudanças climáticas são um problema muito sério, comparado a 49% em 2003.
- 49% das pessoas afirmam que a falta de acessibilidade está a impedir um estilo de vida saudável e sustentável.
- 60% das pessoas globalmente gostariam de mudar muito o seu estilo de vida para se tornarem mais saudáveis, mas apenas 30% fizeram mudanças significativas.
- 40% dos jovens abaixo de 30 anos afirmam que garantir que os investimentos são ambientalmente responsáveis tem um grande impacto na sustentabilidade, comparado a 35% dos mais velhos.
- 59% dos jovens abaixo de 30 anos sentem-se culpados pelo seu impacto ambiental negativo, comparado a 46% dos mais velhos.
- 64% dos Millennials dizem que viver de forma sustentável aproxima a família, comparado a 53% dos Baby Boomers.
- 27% das pessoas abaixo de 30 anos compram frequentemente itens usados, comparado a 20% dos mais velhos.
- 72% dos consumidores gostariam de mais informações sobre como as empresas tornam os seus produtos mais ecológicos.
- 40% dos consumidores acima de 30 anos confiam muito nas alegações de produtos "carbono neutro", comparado a 35% dos mais jovens.
- 45% dos consumidores confiam "completamente" ou "muito" nos logótipos de certificação ética ou ambiental, comparado a 29% nos produtos "naturais".

O documento "Jornada 2030" do BCSO relata que a maioria das empresas ainda está nos estágios iniciais de maturidade em sustentabilidade. Cerca de 68% das empresas estão nas etapas de "Conhecer e Construir", onde definem prioridades e planos de ação. Adicionalmente, 21% estão no estágio anterior, "Despertar" para a importância da sustentabilidade como estratégia corporativa.

Microempresas e PMEs predominam nas etapas iniciais, enquanto empresas de grande porte lideram nas etapas mais maduras. A ênfase inicial está nos temas ambientais, seguidos pelos sociais, com a governança sendo menos abordada, mas evoluindo ao longo da jornada.

Embora a maioria das empresas (93%) reconheça a importância da sustentabilidade, apenas cerca de metade desenvolve e monitoriza uma estratégia sustentável (55%) e define planos de ação (37%). A maioria (73%) possui uma estrutura interna dedicada à sustentabilidade, e cerca de metade investe em projetos de pesquisa e inovação nesse campo, embora a inovação seja principalmente incremental. A capacitação dos colaboradores para a sustentabilidade é realizada por mais da metade das empresas (55%).

Isso é importante porquê? As empresas são constituídas por pessoas. Há um grande número de PME no nosso país. Em 2022, 99,9% do tecido empresarial do nosso País era constituído por PME, com 96,1% microempresas, 3,3% eram pequenas empresas e apenas 0,6% médias empresas. Apenas 0,1% do total eram grandes empresas. De um modo geral, apenas as empresas de alguma dimensão conseguem prosseguir políticas de responsabilidade social e ambiental e transmitir às suas partes interessadas, incluindo trabalhadores, esses valores, o que indicia um défice bastante profundo de consciência e práticas de proteção ambiental. Implica também, que há campos abertos de trabalho com as empresas representativas dos diversos setores de atividade nas áreas de formação, sensibilização, demonstração de boas práticas.

Seguem-se algumas estatísticas importantes para a avaliação global do enquadramento do trabalho do GEOTA, em 2025.

Território e População

Área (km ²)	92 225,2
Perímetro total do território nacional (km)	3 931
Altitude máxima (m)	2 351
Perímetro da linha de costa (km)	2 612
População residente (n.º)	10 467 366
Densidade populacional (n.º/km ²)	113,0

Fonte: INE (2025)

Segundo os dados do Censos 2021, 20% da população concentra-se em 1,1% do território nacional, em particular na região litoral, o que causa um desequilíbrio demográfico com consequências em todos os aspetos sociais, económicos e ambientais, que podemos observar com maior acuidade nas comunidades do interior, com o despovoamento, envelhecimento das populações e redução da resiliência desses territórios.

Essas tendências de desequilíbrio territorial em todas as dimensões da sustentabilidade apenas se têm acentuado com o passar do tempo.

Síntese do cenário macroeconómico do CFP (variação, %)

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Produto Interno Bruto	1,9	1,9	1,8	1,6	1,8	1,8
Consumo privado	3,2	3,3	2,3	2,3	2,1	1,9
Consumo público	1,1	1,6	2,6	1,2	0,5	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	3,1	3,6	5,5	-1,1	1,9	1,9
Exportações	3,3	0,9	1,8	2,4	2,5	2,5
Importações	5,1	4,2	3,7	1,6	2,2	2,2
Contributo da procura interna (p.p.)	2,7	3,4	2,8	1,3	1,8	1,7
Contributo das exportações líquidas (p.p.)	-0,8	-1,5	-1,0	0,3	0,1	0,1
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,5	6,1	6,0	5,9	5,8	5,8
Emprego	1,6	1,5	0,9	0,5	0,3	0,0
Cap. líq. de financiamento face ao exterior (% PIB)	2,8	2,8	2,3	2,3	1,8	0,7
Balança de bens e serviços (% PIB)	1,8	0,8	0,1	0,5	0,7	0,8
Deflador implícito do PIB	4,4	3,6	2,4	2,2	2,0	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	2,7	2,3	2,1	2,0	2,0	2,0
Hiato do produto (% Produto potencial)	0,8	0,1	-0,1	-0,3	-0,1	0,1

Fontes: Projeções CFP (2025-2029) e INE (2024).

Segundo o Conselho das Finanças Públicas (Perspetivas Económicas e Orçamentais 2025-2029 (atualização), set2025), A economia mundial continua a ser afetada por elevados níveis de incerteza, exacerbada pela imprevisibilidade da política comercial da administração norte-americana e pelo escalar de tensões geopolíticas. Até à data, os efeitos sobre a economia portuguesa têm sido limitados apesar da volatilidade da conjuntura externa. Este organismo antecipou que “a economia portuguesa registre um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 1,9% em 2025, uma revisão em baixa face aos 2,2% projetados anteriormente. Para 2026, a projeção é agora de um abrandamento no ritmo de crescimento para 1,8% face aos 2% esperados no exercício anterior. Tal fica a dever-se a taxas de investimento público inferiores, em todo o horizonte, bem como a um peso das exportações no PIB mais baixo.”

Em 2024, os serviços corresponderam a 76,5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e empregaram 72,4% da população ativa. A indústria, a construção, a energia e a água corresponderam a 21,2% do VAB e 24,7% do emprego, no mesmo ano; a agricultura, silvicultura e pescas representaram 2,9% do VAB e 2,7% do emprego (MNE).

Esse diferencial na distribuição da produção de riqueza tem implicado noutros aspetos importantes, como o abandono cada vez maior das atividades produtivas primárias, com as consequências ao nível do êxodo rural e da concentração da população nas áreas urbanas e uma dependência externa cada vez maior em produtos importados de

Ao nível internacional, os mais importantes conflitos político-militares em curso - Rússia-Ucrânia e Israel-Hamas e Hezbollah, que tiveram episódios de grande intensidade em 2024 e continuaram por 2025, e as eleições presidenciais nos EUA, com a eleição de D.Trump introduzem fatores de incerteza e instabilidade nas dimensões económicas, sociais e ambientais, especialmente pela “guerra das tarifas”, ameaças de anexação da Groenlândia e outras situações.

Esses conflitos provocaram um aumento substancial dos preços dos produtos energéticos e outros fatores de produção como os fertilizantes para a agricultura, das matérias-primas e de bens primários de consumo, como os cereais, que se mantiveram elevados em 2025 criando grandes dificuldades às pequenas economias, como é o caso de Portugal e grandes economias que são base do mercado nacional de exportação de bens e produtos de valor acrescentado, como a da Alemanha.

A maior parte das famílias portuguesas testemunhou um aumento das dificuldades económicas a vários níveis, com a variação média anual do índice de preços no consumidor a acentuar-se em 2025 de 2.3%.

O número de **Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA)**, em 2023, atingiu as 107, mais 2,9% que em 2022. Destas, 15 são ONGA com estatuto de âmbito nacional (14,0%), 13 são ONGA com estatuto de âmbito regional (12,1%), 31 são ONGA com estatuto de âmbito local (29,0%), 26 são Equiparadas a ONGA (24,3%) e 22 são ONGA sem atribuição de âmbito (20,6%) (APA, 2025).

No GEOTA, verificámos em 2025, uma procura crescente de ofertas de voluntariado corporativo na área do ambiente, o qual, em alguns casos, conseguimos corresponder com os nossos projetos no terreno, nomeadamente, com os programas Renature, Coastwatch e Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada.

1 - Alterações climáticas: GEE e outras emissões

No ano de 2023, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), excluindo as provenientes do “Uso do solo, alterações de uso do solo e florestas”, foram estimadas em 53,2 Mt de CO₂eq., o que representa uma redução de 9,6% face a 1990 e de 38,1% face a 2005.

Os setores da “Energia”, da “Agricultura”, dos “Processos industriais e uso de produtos” e dos “Resíduos” representaram, respetivamente, 66,5%, 13,1%, 9,8% e 10,6% do total de emissões nacionais em 2023. (APA, 2026).

O ano de 2024 registou o décimo quarto valor mais baixo de precipitação desde 2000. 70% da precipitação do ano ocorreu em 4 meses (janeiro, fevereiro, março e outubro). 2024 foi o quarto ano mais quente desde 1931, com uma temperatura média do ar superior em 0,94 °C à normal 1981-2010 (15,55 °C). 2024 registou a quarta temperatura máxima do ar mais alta, e a terceira temperatura mínima do ar mais alta, desde 1931. Registaram-se 64 novos extremos da temperatura máxima do ar e 177 da temperatura mínima do ar. Em 2024, verificaram-se 8 ondas de calor em Portugal continental: 2 no inverno, 4 na primavera e 2 no verão. O número total de dias em onda de calor registados no continente, em 2024, foi de 720 dias, correspondendo ao segundo valor mais elevado desde 1941 (em 2022 foram registados 929 dias em onda de calor). (APA, 2026).

Desde 1990, o país tem conseguido reduzir suas emissões em 5,1%, o que supera a meta estabelecida pela União Europeia. É o resultado de uma série de medidas, como a promoção de energias renováveis, eficiência energética e políticas de transporte sustentável.

No entanto, se não houver uma mudança significativa nas políticas e nas ações globais de mitigação, é previsto que a temperatura global aumente cerca de 2,9 °C até o ano de 2100. Esse valor está muito acima da meta estabelecida pelo Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

As consequências desse aumento de temperatura são extremamente preocupantes. Milhões de pessoas serão afetadas, principalmente nas regiões mais vulneráveis, como as comunidades costeiras e os países em desenvolvimento. Essas populações enfrentarão eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades mais intensas, além do aumento do nível do mar, que pode causar a inundação de terras costeiras.



Credit image: NOAA

Além do impacto nas pessoas, os ecossistemas também serão gravemente afetados. A mudança climática afeta a biodiversidade, levando à perda de habitat, extinção de espécies e desequilíbrios nos ecossistemas. Isso tem consequências em cascata em toda a cadeia alimentar e pode comprometer a segurança alimentar das populações.

Portanto, é urgente tomar medidas para reduzir as emissões globais de GEE e limitar o aquecimento global. É necessário investir em fontes de energia limpa, incentivar a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, indústria e transporte, e fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos climáticos.

Portugal tem se destacado em seus esforços para combater o aquecimento global, mas é preciso um esforço conjunto de todos os países para garantir um futuro sustentável para as gerações futuras. Somente com ações decisivas é possível garantir que não ultrapassemos os limites críticos e evitemos os piores cenários previstos pelo Acordo de Paris.

No que diz respeito à qualidade do ar, em Portugal tem sido predominantemente "Boa", em 2023, a classe dominante do Índice de Qualidade do Ar (IQAr) foi "Bom", mantendo o registo dos anos anteriores.

No mesmo ano, observou-se um acréscimo de 3,9% de dias com qualidade do ar "Muito bom" e "Bom" em relação ao ano anterior e uma diminuição de 2,2% na percentagem de dias com classificação "Fraco" e "Mau", indicando uma melhoria do estado da qualidade do ar em Portugal, face a 2022.

No período entre 2002 e 2023 verificou-se uma tendência global decrescente na percentagem de dias com classificação "Fraco" e "Mau", tendo-se registado o valor máximo de 16,8% em 2005 e um valor de 1,1% em 2023.

Segundo o Eurobarómetro (julho 2023) a maioria dos europeus (93%) considera as alterações climáticas um problema grave. Para 58%, é necessário acelerar a transição para a economia verde devido à crise energética e à guerra na Ucrânia. Além disso, 73% acreditam que os danos climáticos custam mais do que a transição ecológica, e 75% veem nela uma oportunidade para a inovação. A maioria apoia medidas como reduzir emissões (88%), ampliar energias renováveis (87%) e melhorar a eficiência energética (85%). Além disso, 70% acreditam que reduzir a importação de combustíveis fósseis fortaleceria a segurança e a economia da UE.

Num tema tão complexo e abrangente a pressão deverá ser colocada, principalmente, ao nível da formação cívica e sensibilização, da produção de opinião informada, da participação nos processos decisórios e legislativos e no lóbi ambiental. As informações e as escolhas dos consumidores têm uma influência grande, mas a responsabilidade sobre os fatores climáticos não se reduz à ação individual, tendo muita importância a ação coletiva, dos estados, empresas e das suas organizações.



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

Nesta matéria, o que se tem defendido em conjunto com outras organizações, em termos de prioridades ambientais, é:

- Garantir a implementação imediata do disposto na Lei de Bases do Clima, atendendo a que o seu calendário de implementação se encontra manifestamente atrasado;
- Concretizar a revisão do Roteiro Nacional de Baixo Carbono e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, previstos para 2025, garantindo a participação efetiva das ONGAs e tendo como ponto de partida uma avaliação completa dos resultados das estratégias anteriormente em vigor;
- Garantir a efetiva implementação do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, tendo em consideração a necessidade de compatibilizar as suas ambições com outros objetivos ambientais, como a proteção da biodiversidade, e com a racionalidade económica;
- Promover a transição para uma economia de baixo carbono, incluindo a eliminação de todos os subsídios e apoios públicos aos combustíveis fósseis;
- Maior integração dos aspetos da transição justa, nomeadamente com a elaboração participada do Plano Social Climático de Portugal;
- Garantir recursos para apoiar o desenvolvimento e implementação dos planos municipais e regionais de ação climática.



Créditos: Pixabay

2 - Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental

Segundo o Relatório de Estado do Ambiente 2025 (APA, 2025), o setor da “Energia” representou 66,5% das emissões nacionais, e, neste setor, os “Transportes” e a “Produção e transformação de energia” são as fontes de emissão mais importantes, representando, respetivamente, 25% e 14,9% do total das emissões nacionais.

Em 2022, o saldo importador de energia aumentou 12,2%, enquanto a produção doméstica caiu 1,5%. O consumo final de energia subiu 2,3% devido à recuperação económica pós-pandemia, elevando a dependência energética externa para 71,2%.

Portugal apresentou uma intensidade energética de 87 tep/M€, acima da média da UE-27 (83 tep/M€), e uma intensidade carbónica de 0,27 kg CO₂eq/M€, refletindo a tendência de descarbonização iniciada em 2005.

As energias renováveis representaram 61% da eletricidade produzida, colocando Portugal como o quarto país da UE com maior incorporação de FER. A geração renovável foi liderada pela energia eólica (44,3%), seguida pela hídrica (29,6%), biomassa (13,8%), fotovoltaica (11,8%) e geotérmica (0,7%). A produção total de energia renovável foi de 6 627 kt_{ep}, com a biomassa contribuindo com 47,6%.(APA, 2025).

Para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e da Lei de Bases do Clima, é indispensável apostar em políticas e medidas que promovam e acelerem a transformação profunda do sistema energético atual. Este é ainda fortemente baseado em combustíveis fósseis, é altamente ineficiente, é centralizado na sua propriedade e gestão, e é injusto na medida da desigualdade no acesso à energia com mais de dois milhões de portugueses em pobreza energética. É necessária uma combinação de incentivos económicos, regulação, investimento público, apoio técnico e educação para a energia, junto de todos os sectores: famílias, instituições públicas e privadas, empresas industriais e de serviços, e sector agro-florestal. A prioridade tem de ser a promoção da eficiência energética complementada com a transição para fontes de energia renováveis de baixo impacto e preferencialmente descentralizadas.

Portugal prosseguiu a expansão das energias renováveis, em especial eólica e solar, fundamental para deixarmos a nossa dependência dos combustíveis fósseis.

O apagão de abril de 2025 revelou as fragilidades do sistema elétrico português.

O investimento em biometano e hidrogénio “verde” para a indústria, substituição parcial de gás natural e futuramente para locomoção está a gerar bastantes expectativas, mas carece ainda de demonstração de custo-eficácia.

Temo-nos oposto, sobretudo, a que a transição energética se faça à custa do sacrifício de paisagens e de altos valores de conservação, protegidos por instrumentos nacionais e internacionais, preferindo-se opções de produção descentralizada e comunidades de energia.



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação):



(continuação da página anterior)

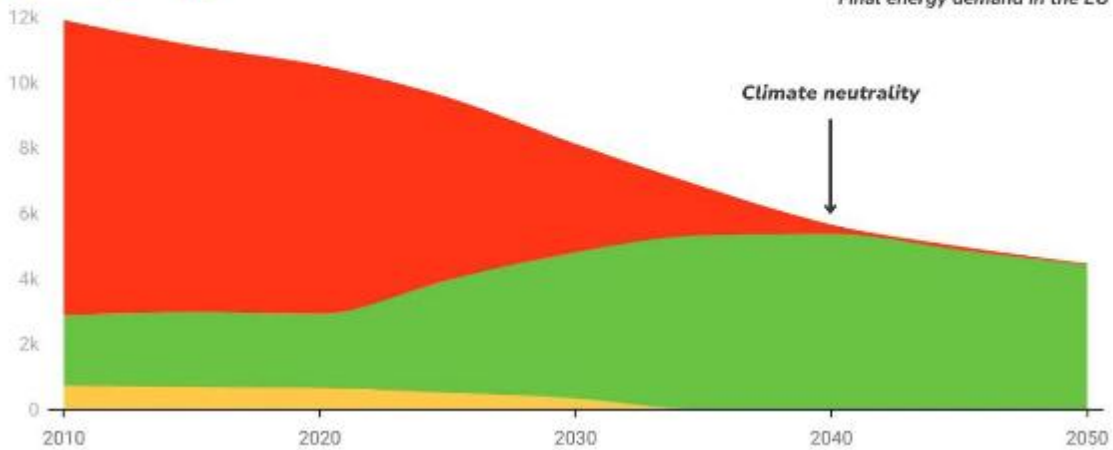
As medidas que defendemos como prioritárias são:

- Criar uma **taxa de carbono** que reflita os custos ambientais da poluição. As receitas devem ser obrigatoriamente consignadas a medidas de eficiência energética, melhoria da qualidade de serviço dos transportes públicos, e redução de outra carga fiscal (ISP, IRS, IRC), com especial foco em evitar efeitos regressivos em consumidores vulneráveis, na lógica da neutralidade fiscal;
- Promover a **eficiência energética** em todos os sectores económicos, com incentivos eficazes e apropriados a cada sector, incluindo benefícios fiscais em IRS e IRC. Entre outras medidas, refiram-se a requalificação de edifícios com foco no desempenho energético, dirigidos às famílias, empresas e instituições (incluindo isolamento térmico e aquecimento de águas sanitárias); e incentivos a medidas de gestão da energia e investimentos com retorno em 3-7 anos, para a indústria e serviços; garantir recursos para a implementação da Estratégia de Longo-Prazo para a Renovação dos Edifícios e da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050, e apostar prioritariamente na descentralização e democratização da produção renovável, nomeadamente através do autoconsumo e das comunidades de energia;
- **Promoção das energias renováveis descentralizadas e de baixo impacto ambiental** na geração de eletricidade, com destaque para a energia solar, como parte de um planeamento integrado do território que garanta a proteção de valores ecológicos e o envolvimento e partilha dos benefícios, designadamente através da promoção das comunidades energéticas, removendo as barreiras administrativas existentes e apoiando projetos locais e de carácter social, sem fins lucrativos e de gestão democrática (em vez da aposta em megaparques solares e outros projetos sem devida avaliação, geradores de múltiplos conflitos);
- **Mitigar a pobreza energética** através de mecanismos de proteção dos consumidores vulneráveis que garantam o acesso à energia como um bem essencial, de apoios financeiros a fundo perdido para a renovação energética profunda das habitações, de apoio técnico e social à escala local sobre energia em colaboração com as autoridades e outras organizações locais, em linha com os princípios do Fundo Social para o Clima;
- **Eliminar incentivos perversos e promover a transição para uma economia de baixo carbono**, socialmente iníquos e promotores de maus comportamentos ambientais, como os subsídios às barragens e aos carros individuais e as isenções de ISP e aos combustíveis fósseis; rejeitar falsas soluções, como a energia nuclear, a produção de "biomassa energética" ou a captura e armazenamento de carbono em grande escala, que implicam custos superiores, outros impactes ambientais, e não garantem a redução das emissões na escala necessária.
- Concretizar o processo de seleção de **áreas de aceleração de energias renováveis**, através de uma Avaliação Ambiental Estratégica, e definir mecanismos para encorajar a localização de projetos de energias renováveis em áreas de menor sensibilidade ambiental (por exemplo, limitar a aplicação do princípio do "interesse público prevalecente" dos projetos de energias renováveis, previsto na REDIII, a estas áreas de aceleração);
- **Incorporar critérios ecológicos e sociais (critérios não-preço) nos futuros leilões de renováveis** (incluindo os leilões para a energia eólica *offshore*), bem como realizar um planeamento cuidadoso da instalação das infraestruturas de produção e de rede e uma monitorização rigorosa e contínua dos impactos ambientais e sociais dos mesmos.



Paris Agreement Compatible (PAC) energy scenario

Final energy demand in the EU



Composição projetada do consumo final de energia (TWh) por tipo de fonte de energia no cenário PAC referente à UE-27. Fontes: Eurostat, ENTSO-E, cenário PAC. Fonte: EEB, 2025

Segundo o relatório "Nuclear Phase Out: How renewables, energy savings and flexibility can replace nuclear in Europe" (EEB, 2025), a eliminação progressiva da energia nuclear juntamente com os combustíveis fósseis é viável e compatível com as metas climáticas, à medida que a UE acelera a implantação de energias renováveis e a poupança de energia. Com base no cenário energético compatível com o Acordo de Paris (PAC), o nosso relatório analisa os dois principais impulsionadores da descarbonização que deslocam a energia nuclear do cabaz energético ao longo do tempo:

1. Uma redução acentuada da procura de energia, impulsionada por medidas de eficiência e suficiência, melhoria da circularidade e reciclagem, e da eletrificação de processos que atualmente dependem de combustíveis fósseis.
2. Implantação mais rápida de energias renováveis, substituindo os combustíveis fósseis e a atual quota de eletricidade baseada na energia nuclear. As redes, o armazenamento e a gestão do lado da procura maximizarão a penetração das energias renováveis na produção de eletricidade.

No mesmo relatório destaca-se que dada a importância crítica da poupança de energia na descarbonização da economia europeia, e não obstante o desafio nuclear, fazemos uma breve revisão das principais fontes de poupança subjacentes ao cenário estudado

Mudanças económicas, sociais, tecnológicas e também comportamentais profundas levam a uma redução acentuada da procura de energia no cenário. Todos os setores apresentam um grande potencial de poupança de energia, conforme ilustrado na Figura 10 abaixo. Em particular, o PAC prevê poupanças energéticas na UE, entre 2020 e 2040, de:

- **2153 Terawatt-hora (TWh) no setor dos edifícios**, representando 40% da redução total. O aumento do uso de redes de aquecimento urbano renováveis e bombas de calor em edifícios residenciais, a redução do consumo de água quente em edifícios comerciais e elevadas taxas de renovação estão entre os fatores que impulsionam esta redução.
- **2114 TWh no setor dos transportes**, correspondendo a 39% da diminuição do consumo. A redução do uso de automóveis urbanos, ganhos de eficiência nos veículos elétricos a bateria (BEVs), maior utilização da bicicleta e do transporte ferroviário são alguns dos fatores que contribuem para esta poupança.
- **1094 TWh no setor industrial** (excluindo matérias-primas). A indústria contribuirá com cerca de 20% da redução total, através da diminuição do uso de embalagens, ganhos de eficiência no uso de materiais na produção de aço, alumínio e cimento, bem como aumentos significativos nas taxas de reciclagem.

3 - Mobilidade e Transportes

O setor dos transportes é um grande emissor de GEE e poluentes atmosféricos, além de ser o maior consumidor de energia de origem petrolífera, contribuindo para a dependência energética do país. Para mitigar esses impactos, as políticas de transporte buscam incentivar o transporte coletivo e ferroviário, reduzir a taxa de motorização e modernizar a frota com veículos mais eficientes e de emissões nulas.

Em 2023, Portugal tinha a taxa de motorização era de 550 veículos ligeiros de passageiros por 1 000 habitantes, mantendo-se o aumento registado desde 2013. A idade média dos veículos rodoviários ligeiros de passageiros presumivelmente em circulação aumentou para 14,2 anos e a idade média dos veículos de mercadorias situou-se nos 18,4 anos.

As viaturas com 10 ou mais anos representavam 63,1% do conjunto de veículos ligeiros de passageiros e 59,0% dos pesados de passageiros.

O parque de veículos ligeiros de passageiros dividiu-se maioritariamente entre veículos cujo combustível principal é o gasóleo (63,0%) ou a gasolina (31,1%). No que respeita aos veículos pesados de passageiros, o combustível principal é o gasóleo (91,3%).

Até 2023 foram registados 129 299 veículos elétricos, representando um acréscimo de 61,1% face ao ano anterior. Destes, 90,4% correspondem a veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias.

Em 2022, a Rede de Mobilidade Elétrica atingiu a cobertura total do território nacional (308 municípios).

Em 2023, o transporte de passageiros por conta de outrem cresceu em número de passageiros para todos os modos de transporte, atingindo os níveis de 2019 para nos modos aéreo, fluvial e comboio (APA, 2026)

Em 2023, a rodovia continuou a ser o modo de transporte mais utilizado, com 547,676 milhões de passageiros; no modo ferroviário deslocaram-se 463,5 milhões de passageiros (200,3 milhões nos comboios urbanos/suburbanos e 263,1 milhões nos três sistemas de metropolitano de Lisboa, Porto e Sul do Tejo); por via aérea foram transportados 79,7 milhões de passageiros; e por via fluvial foram transportados 23,4 milhões de passageiros (APA, 2026)



A mobilidade inteligente, impulsionada por tecnologias digitais e sistemas de transporte inteligentes (ITS), visa tornar as deslocações mais seguros, eficientes e ecológicos.

Destaca-se o pacote legislativo "Fit-for-55" da Comissão Europeia, que inclui medidas como a inclusão do transporte marítimo no Comércio Europeu de Licenças de Emissão, a revisão das normas de CO₂ para veículos e regulamentos para combustíveis sustentáveis no setor marítimo e da aviação. Além disso, novas propostas buscam acelerar a redução de emissões, como a revisão das normas de CO₂ para veículos pesados.

O Plano Nacional Energia e Clima para 2030 (PNEC 2030), elaborado na sequência do Regulamento (UE) 2018/1999, em linha com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, define adicionalmente, para 2030, uma meta setorial de redução em 40% da emissão de GEE pelo setor dos transportes (APA, 2025).

Na última legislatura atuou-se na variável preço, simplificando e reduzindo o custo da mobilidade nas áreas metropolitanas e alargando ao transporte de longa distância, o que foi positivo.

Ficou por fazer, no entanto, o mais importante: o reforço substancial da qualidade de serviços dos transportes públicos, expressa em frequência, intermodalidade, fiabilidade, redução dos tempos totais de trajeto. Ao nível dos transportes urbanos, também é necessário investimento nas componentes de segurança de horário e segurança física dos passageiros.

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Principais propostas:

Há que definir metas claras para estes indicadores de desempenho e proporcionar meios materiais e institucionais para os cumprir objetivos. É necessário considerar o transporte coletivo como um serviço público essencial, apostar na organização e na qualidade de serviço do sistema de transportes, incluindo investimento em material e meios humanos.

Defendemos, em várias instâncias, que a espinha dorsal do sistema de transportes deve ser a ferrovia, com os seguintes princípios essenciais:

- A rede ferroviária tem de ser competitiva com o automóvel e com o avião, tanto em termos de qualidade de serviço como de custo-eficácia; e deve servir a larga maioria da população do País, quer na faixa litoral quer no interior.
- Deve ser criado um Plano de Exploração Ferroviária, revisto periodicamente, com início imediato e horizonte 2030, criando horários coerentes. Todos os serviços devem ser cadenciados (ou seja, a intervalos regulares). O serviço ferroviário pesado deve ser estruturado em duas categorias principais (suburbanos e intercidades) e duas categorias complementares (regional e internacional).
- Os serviços suburbanos devem circular em linhas dedicadas com intervalos não superiores a 15 min.
- Os serviços intercidades (integrando os actuais Alfa, IC e IR) devem cobrir uma rede de cerca de 150 estações (chegando a cerca de 80% da população, ao centro das principais cidades, portos, aeroportos e fronteiras), com um horário conjugado à escala nacional, e com intervalos não superiores a 2 h nas pontas da rede (superior nos eixos principais). Deve ter velocidades padrão competitivas: sugere-se como base de discussão 140 km/h, com 200 a 220 km/h nos eixos principais.
- A Alta Velocidade deve ser equacionada apenas nas ligações internacionais, não nas ligações internas.
- Considera-se ainda essencial desenvolver um Plano Nacional de Mobilidade, com o devido suporte técnico e ampla participação dos parceiros sociais, conjugando os diversos modos de transporte.

3.1 - Alta Velocidade Ferroviária

A implementação de linhas de alta ferroviária em Portugal pode ter uma série de impactos ambientais, que geralmente são avaliados durante o planeamento e a execução desses projetos. O GEOTA reprovou o EIA do troço Soure-Aveiro da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa pelos severos impactes locais em Coimbra e no Vale do Mondego, desconsideração dos custos e impactes operacionais, ausência de análise de impactes cumulativos, e ausência de alternativas. O EIA não considera a requalificação ou duplicação da Linha do Norte nem tem uma equação económica transparente, levantando dúvidas sobre a relação custo-eficácia da LAV.

Decisões por troços isolados não consideram os impactos cumulativos da LAV, como consumo de energia, procura dos serviços, efeitos na população e no ambiente. Tão ou mais grave, o avanço, mal fundamentado, da LAV Porto-Lisboa em troços irá bloquear investimentos em outros serviços ferroviários mais necessários.

O GEOTA defende uma estratégia completamente diferente, com prioridade ao reforço drástico do serviço intercidades para a coesão territorial, bem como a melhoria dos serviços suburbanos – uma FERROVIA PARA TODOS.



3.2 - Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)

A AAE do NAL foi concluída em 2024, conduzindo a uma decisão do Governo de localização do NAL no CTA. Este processo teve aspectos positivos e negativos.

Pela positiva destaque-se a realização da AAE, conduzida numa fase inicial com grande abertura, e concluindo pela inviabilidade do Montijo e de Rio Frio, que o GEOTA e muitas outras instituições há muito afirmavam. Pela negativa devemos criticar:

- A opção política prévia e não fundamentada por um mega-hub, que condicionou toda a discussão e foi eleito o factor decisivo para a seleção do CTA, pois este era pior nos outros descritores;
- A subalternização dos critérios ambientais (uso do solo, ecologia, recursos hídricos, floresta, riscos diversos), que embora estudados foram ignorados na decisão final;
- A subalternização da ferrovia e da sua complementaridade com o serviço aéreo, desprezando a potencialidade da rede existente;
- A completa ausência de avaliação dos enormes custos e impactes da nova cidade aeroportuária e dos acessos ao CTA.

O GEOTA defende que a primeira prioridade do dossier "aeroporto de Lisboa" deve ser a procura de soluções eficazes para reduzir os impactes e limitações do AHD/Portela: eficiência do terminal e das operações, transferência modal da aviação para a ferrovia, complementaridade com outros aeroportos (Beja, Porto, Faro) por via ferroviária, redução do horário de vôos e insonorização dos receptores sensíveis.

O GEOTA não tem uma posição fechada sobre a saída do AHD da Portela. Entendemos, no entanto, que há muito a fazer antes disso — e em qualquer caso o CTA é uma péssima opção para o NAL, por motivos tanto ambientais como económicos. O dossier NAL terá de ser reaberto, porque a opção presente é desproporcionada e

4 -Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal

Multiplicam-se os alertas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Painel Internacional para as Alterações Climáticas (IPCC), a Pegada Ecológica, a Encíclica Laudato Sí ou o movimento dos jovens pelo clima. A mensagem é simples e clara: a destruição de recursos naturais decorre da nossa sociedade consumista e insustentável. Temos de mudar de mentalidade e abandonar o "crescimento" como indicador de desenvolvimento social.

Segundo o Relatório de Estado do Ambiente 2026 (APA, 2026), o Consumo Interno de Materiais (DMC, na sigla inglesa) atingiu, em 2023, um total de 160,1 milhões de toneladas, mais 1,7% do que em 2022, correspondendo a um aumento de 0,4% em relação ao valor médio da década 2013-2022. O DMC por habitante, em 2023, situou-se nas 15,9 toneladas por habitante, acima do valor verificado na média da UE-27, 13,9 toneladas por habitante.

Em 2023, o valor dos impostos com relevância ambiental em Portugal cifrou-se em 5,4 mil milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 15,7% relativamente a 2022, enquanto o total da receita de impostos e contribuições sociais aumentou 9,1%. Tal como nos anos anteriores, os impostos sobre a energia são os mais representativos no total dos impostos com relevância ambiental, 73,8%. Os impostos sobre os transportes ocuparam o segundo lugar, com um peso de 24,3%. Nesse ano, em Portugal, a importância dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais correspondeu a 5,6%, valor superior à média da UE-27 (5,2%).

Quanto ao peso destes impostos no PIB em Portugal, este situou-se em 2,0%, valor igual ao da média da UE-27 (2,0%) (APA, 2026).

Deve ser instituída uma verdadeira reforma fiscal ambiental e social, em linha com recomendações de longa data da OCDE e da União Europeia. A fiscalidade ambiental não pode continuar a ser considerada apenas mais uma forma de arrecadar receita, mas sim um modo de influenciar o comportamento das empresas e dos consumidores e promover a proteção do ambiente e da equidade social. As famílias e empresas não devem ser sujeitas a maior carga fiscal, mas esta deve ser redistribuída em função do desempenho ambiental e equidade social. Aplica-se o princípio do triplo dividendo: **as ecotaxas promovem a defesa do ambiente, a desoneração da carga fiscal sobre o trabalho promove o emprego, e os incentivos à eficiência promovem a inovação e a competitividade das empresas**. Há vários exemplos de aplicação deste princípio em Portugal, mas de forma superficial e sem continuidade.

Esta reforma deve contribuir igualmente para o reforço de meios humanos e materiais do Estado, desesperadamente necessários, nos domínios do Ambiente, Ordenamento, Energia e Mobilidade.

A reforma fiscal ambiental não é o único instrumento que permite introduzir mudanças significativas e duradouras na economia e no funcionamento dos mercados, mas é muito importante, pelos sinais imediatos que consegue dar ao mercado.

12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

5 - Transparência, participação e processos de decisão

Entre 2019 e 2024, os projetos relacionados com a produção e transporte de energia, infraestruturas e a extração de recursos naturais foram os que apresentavam maior expressão no contexto dos projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental (AIA). No período entre 2019 e 2023, 87% dos processos de AIA resultaram na emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada (impondo um conjunto de condições a cumprir pelo promotor do projeto para efeitos do seu licenciamento ou autorização), e 13% culminaram numa decisão desfavorável. (APA, 2026).

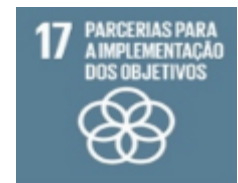
Em 2025 à insistência em projetos de obras públicas e privadas, sem fundamentação nem aplicação dos requisitos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ou Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

São exemplos disso projetos de regadio como a Barragem do Pisão, a nova linha de alta velocidade Porto-Carregado, ou os pressupostos para o novo aeroporto da região de Lisboa, avançando-se ainda numa terceira travessia do Tejo em Lisboa, apenas anunciada, ainda sem qualquer projeto.

Esta estratégia do facto consumado não é nova, mas é absolutamente inaceitável.

As decisões devem ser tomadas após a avaliação informada com objetivos claros e meios credíveis.

Há que instituir uma nova forma de fazer política: estudar, discutir, e depois, decidir, com base na melhor ciência que for possível no momento. A informação sobre os processos de decisão, em especial perante riscos ambientais e sociais, tem de ser pública e transparente. A consulta pública e as preocupações dos parceiros sociais têm de ser incorporadas nas decisões, em vez de constituir mero pró-forma. É importante que os agentes decisores, como Deputados, Magistrados e dirigentes da Administração Pública, possam ter formação em ambiente e participação.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria para os ODS

6 - Agricultura e Ambiente



O aumento da agricultura intensiva, em particular o olival, acarreta um conjunto de graves impactos: requer grandes quantidades de água, o que é particularmente preocupante nos cenários de alterações climáticas para o Sul do País, e contribui para a sua poluição, ao contaminá-la pela lixiviação de pesticidas e fertilizantes. A mobilização do solo e a remoção do coberto vegetal degrada a sua estrutura e promove a erosão. Requer igualmente mais energia do que a agricultura tradicional, contribuindo para a emissão de GEE, e provoca a destruição de habitats. E, apesar de largamente subsidiada pela Política Agrícola Comum - PAC, inviabiliza as metas das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves.

Em 2022, o balanço do azoto melhorou, com reduções de 14,9% face a 2021 e 25,2% nos últimos cinco anos. Já o balanço do fósforo piorou em relação ao ano anterior (+24,7%), mas apresentou uma redução de 38,5% no mesmo período de cinco anos. O consumo de produtos fitofarmacêuticos foi de 9 040 toneladas, diminuindo 36% desde 2011, colocando Portugal entre os países da UE com maior redução. A área agrícola em produção biológica atingiu 759 977 hectares (19,2% da SAU), triplicando em cinco anos, com destaque para "prados e pastagens permanentes" (71,3% da área total biológica) (APA, 2025).

Defendemos, por princípio, que é necessário:

- Desenvolver uma agricultura mais resiliente que respeite onexo água, solo e biodiversidade, seja mais adaptada à nossa paisagem e assegure uma alimentação adequada no território português com base na segurança e aprovisionamento alimentar e na dieta mediterrânica, diminuindo o défice da balança comercial do setor.
- Um Plano Nacional para o Uso do Solo, com objetivos claros para a conservação e mecanismo de incentivo e desincentivo respetivamente de boas e más práticas, com fiscalização adequados.
- Monitorização dos impactes ecológicos e sociais da Agricultura, em especial das formas Intensivas numa perspetiva comparada com outras formas de produção (de sequeiro, integrada, biológica)
- Metas mais ambiciosas de promoção e apoio a modos de produção sustentáveis, redirecionando subsídios públicos, numa perspetiva de pagamento de serviços dos ecossistemas.
- Criação de circuitos diretos e de redes de abastecimento e armazenagem de produtos agrícolas, fora das grandes cadeias comerciais, assim como de micro plataformas logísticas nas cidades, para regulação do abastecimento do comércio retalhista e do tráfego urbano.
- Criar o **Plano Nacional de Alimentação Sustentável**, que defina de forma participada e transparente os princípios para a alimentação sustentável e os integre de forma sistémica nas políticas de produção, consumo e combate ao desperdício e perdas de alimentos, bem como nas políticas de saúde;

- Elaborar a Estratégia Nacional de Promoção do Consumo de Proteínas Vegetais, conforme disposto no PNEC 2030;
- Investir na **agricultura de baixo impacto**, que realiza práticas sustentáveis de uso do solo e da água, com reduzida emissão de gases de efeito de estufa e que beneficia a biodiversidade e que reduz o desperdício agro-alimentar, através de práticas agro-ecológicas;
- Promover o **uso eficiente e contido da água na agricultura**, diversificação e complementaridade entre origens de água nos diversos sistemas de abastecimento, e a regulação do uso de água em todos os sistemas, respeitando sempre os ecossistemas; Promover instrumentos que permitam acabar com a subsidiação pública da água na agricultura de forma a que os agricultores paguem o real custo da água.
- Inserir critérios ambientais obrigatórios para as compras públicas de alimentação escolar, garantindo uma alimentação saudável e sustentável nas cantinas, privilegiando cadeias de abastecimento mais sustentáveis e dando escala à implementação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.

GEOTA integra o grupo de entidades que constituem a Coligação Cívica "Participar no PEPAC", a qual iniciou a sua participação na Comissão de Acompanhamento Nacional deste plano.

Em 2025 ocorreu uma reunião presencial dessa plataforma, no dia 21 de janeiro, em Coimbra, para avaliar o trabalho realizado e as perspetivas de futuro.

Acompanhamos também o tema ao nível europeu, através do Grupo de Trabalho de Agricultura do

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



7 - Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade

7.1 – Biodiversidade



O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) inclui as áreas protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), as áreas da Rede Natura 2000 e outras classificadas por compromissos internacionais. A RNAP é composta por 52 Áreas Protegidas, enquanto a Rede Natura 2000 abrange 108 áreas da Diretiva Habitats e 62 Zonas de Proteção Especial da Diretiva Aves. No total, estas áreas cobrem 21,8% do território continental e 10,7% da área marinha portuguesa.

Fazem parte integrante da RNAP 52 Áreas Protegidas (32 áreas de âmbito nacional, 16 de âmbito regional/local e quatro Áreas Protegidas Privadas). Integram a Rede Natura 2000 108 áreas designadas no âmbito da Diretiva Habitats (63 no Continente e 45 nas Regiões Autónomas) e 62 Zonas de Proteção Especial (ZPE) designadas no âmbito da Diretiva Aves (42 no Continente e 20 nas Regiões Autónomas), abrangendo 21,8% da área total terrestre continental, acrescidos de 10,7% de área marinha (contabilizando, para este efeito, as águas interiores marítimas acrescidas do mar territorial até às 12 milhas e da Zona Económica Exclusiva até às 200 milhas) (APA, 2025)

De acordo com o REA 2025, no domínio "Solo e Biodiversidade-Visitação nas Áreas Protegidas", Em 2023, o registo de visitantes das áreas protegidas foi de 397 920, o que corresponde a um crescimento de 4,5% face a 2022. Este registo inclui visitantes a estruturas de receção, percursos interpretativos, visitas guiadas, participantes em eventos e em ações de voluntariado, no âmbito de conservação das áreas protegidas. Estes números são indicadores do interesse da população pela biodiversidade e pela conservação e utilização sustentável dos ecossistemas (APA, 2025).

Mantém-se o objetivo e compromisso do Estado Português de assegurar a proteção de 30% do território terrestre e marinho, através da criação de áreas protegidas, até 2030.

Mais importante do que a percentagem de território coberto por estatutos de proteção, é a forma como, no terreno, se concretiza esse estatuto de proteção, com planos de gestão medidas e políticas concretas, associadas aos adequados instrumentos económicos e ao envolvimento das comunidades. Para isso, é necessário (continua à direita)

- **Reformar a gestão das Áreas Protegidas**, conforme proposto pelo CNADS (2021): "Reflexão e Recomendação à Assembleia da República e ao Governo sobre a Gestão Sustentável de Áreas Protegidas no quadro do Pacto Ecológico Europeu";
- Garantir a implementação da **Rede Natura 2000** (nomeadamente, a conclusão da elaboração dos planos de gestão e a ampliação desta rede ecológica em Portugal) e a efetiva aplicação da legislação e iniciativas de conservação, monitorização e fiscalização no Sistema Nacional de Áreas Classificadas;
- Garantir o cumprimento da meta de **proteção de 30% do território terrestre e marinho até 2030, incluindo os 10% de proteção estrita**, através de uma rede eficaz de Áreas Protegidas ecologicamente representativas, conectadas e bem geridas - necessidade de cumprir as metas definidas na Lei do Restauro e o financiamento do Plano Nacional de Restauro;
- Concretizar o **pagamento dos serviços dos ecossistemas** a todo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, comprometendo o Estado com a valorização do património natural junto das comunidades, numa lógica de compensação por um serviço de interesse público prestado;
- **Revisão do modelo de medidas compensatórias do abate de sobreiros e azinheiras** para a realização de empreendimentos de imprescindível utilidade pública (DIUP) e a realização de empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local (DRSIEL) que reflita uma maior justiça ambiental e que garanta a sua implementação, monitorização e avaliação no longo prazo;
- **Retorno da Secretaria de Estado de Conservação da Natureza, e da pasta das Florestas ao Ministério do Ambiente;**
- **Maior dotação orçamental e de recursos humanos** de entidades de proteção e gestão ambiental, com destaque para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. É também necessário dar prioridade a projetos de conservação e restauro dos ecossistemas no Fundo Ambiental.

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



7.2 - Ordenamento do Território

Foi aprovada a Resolução de Conselho de Ministros (n.º 39/2023, de 3 de maio) que determina a alteração dos planos regionais de ordenamento do território, passando os mesmos a adotar a forma de programas regionais de ordenamento do território (PROT). Este diploma determina a alteração e a recondução a programas dos atuais planos regionais de ordenamento do território do Oeste e Vale do Tejo, da Área Metropolitana de Lisboa, do Alentejo e do Algarve

Defendemos em diversos *fora*, como o Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e junto das tutelas, a necessidade de reverter a legislação e a medida que levou a que os Planos Especiais de Ordenamento do Território passem a Programas, deixando de vincular os particulares, bem como a excessiva permissividade introduzida com o "Simplex do Urbanismo".

A "crise da habitação" é um problema que tem afetado muitas famílias, quer no elevado valor das rendas, no agravamento do valor das prestações dos empréstimos ou ainda pelo aumento especulativo dos valores por m2 de habitação.

No dia 30 de dezembro de 2024 foi publicado o Decreto-Lei nº 117/2024, o qual veio introduzir alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio. O mesmo diploma foi chamado à A.R. já no início de 2025 para discussão e alterações. Esse diploma consagra condições de reclassificação do solo rústico para o solo urbano completamente inaceitáveis, ameaçando os anteriores estatutos de proteção dos solos: RAN, REN, e os novos instrumentos, como a Lei do Restauro da Natureza. Foi objeto de várias tomadas de posição de muitos setores da sociedade civil, academia e especialistas na área, que divergem bastante das expectativas do legislador, relativamente à sua eficácia na resolução dos problemas da escassez de habitação a preços acessíveis, especialmente nas zonas metropolitanas e nas principais cidades do continente.

Cerca de 45% do litoral baixo e arenoso de Portugal continental enfrenta erosão a longo prazo, com uma perda estimada de 13,5 km² de território costeiro entre 1958 e 2023.

A análise do macro lixo em praias (2018-2020) revelou que Portugal precisa reduzir em 95% o lixo presente para atingir o limite da UE. Em 2023, o lixo marinho era composto maioritariamente por plástico (88%), seguido por artigos sanitários (6%), papel e cartão (2%), além de metal, vidro, têxteis e outros materiais (APA, 2025). No âmbito do programa Coastwatch, anualmente é feita a monitorização e recolha de lixo marinho em extensas áreas da faixa costeira (Vd. programa Coastwatch, mais à frente).

No 2.º ciclo da Diretiva das Inundações (2022-2027), foram identificadas 63 Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações, sendo 47 de origem fluvial/pluvial e 16 de origem costeira.

A desertificação aumentou 22% nas últimas décadas, afetando 58% do território nacional, especialmente no Sul e Interior.

Defendemos a necessidade de reforço da Reserva Ecológica Nacional no sentido de constituir uma verdadeira rede de corredores ecológicos, coincidentes com a rede hidrográfica, que permita garantir a conectividade dos ecossistemas fluviais e terrestres, e contribuir para a regulação climática, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos solos e a prevenção de incêndios rurais. Para além disso, a experiência tem demonstrado que artificializar e construir sobre a REN não é uma boa ideia, exponenciando os riscos associados a cheias e inundações.

foram identificadas 63 Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações, sendo 47 de origem fluvial/pluvial e 16 de origem costeira.

A desertificação aumentou 22% nas últimas décadas, afetando 58% do território nacional, especialmente no Sul e Interior.

Defendemos a necessidade de reforço da Reserva Ecológica Nacional no sentido de constituir uma verdadeira rede de corredores ecológicos, coincidentes com a rede hidrográfica, que permita garantir a conectividade dos ecossistemas fluviais e terrestres, e contribuir para a regulação climática, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos solos e a prevenção de incêndios rurais. Para além disso, a experiência tem demonstrado que artificializar e construir sobre a REN não é uma boa ideia, exponenciando os riscos associados a cheias e inundações.

7.3 - Florestas

Lei do Restauro da Natureza e Plano Nacional de Restauro da Natureza

O GEOTA desenvolve, desde sempre, projetos de restauro e conectividade ecológicas dos quais se destacam, a Reserva Natural Local do Paul de Tornada e os Projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela nas áreas ardidas em Portugal continental, os quais irão continuar durante 2025 e anos seguintes. Estamos também a trabalhar em projetos de remoção de barreiras à conectividade fluvial no programa Rios Livres.

Em 2025 integrámos a Comissão de Acompanhamento do PNRN, e alguns dos nossos peritos integram também, com carácter consultivo na Rede de Conhecimento para apoio técnico e científico ao desenvolvimento dos estudos do Plano.



Lei Europeia da Desflorestação

Publicada em junho de 2024, para combater a desflorestação global e a degradação florestal impulsionadas pelo consumo da UE, no final de 2024 a entrada em vigor foi adiada para 30 de Dezembro de 2026 para os grandes operadores e comerciantes, e 30 de Junho de 2027 para as micro e pequenas empresas

O GEOTA acompanha esse processo com atenção, especialmente tendo em consideração os projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela, TerraSeixe-Virídia e Invasoras que vão continuar em 2026.

Em 2024, ocorreram um total de 6 255 incêndios rurais que resultaram em 137 651 hectares de área ardida, entre povoamentos florestais (82 009 hectares), matos e pastagens naturais (46 089 hectares) e áreas agrícolas (9 553 hectares). Esse ano registou o valor mais reduzido em número de incêndios, no entanto foi o 3.º com um valor mais elevado em área ardida desde 2014. Foram investigados, 6 164 incêndios rurais (99% do número total de incêndios, responsáveis por 89% da área total ardida). Destes, a investigação permitiu a atribuição de uma causa a 4 354 incêndios (71% dos incêndios investigados, responsáveis por 80% da área total ardida), sendo as causas mais frequentes o Incendiarismo – Imputáveis (34%) e as Queimadas de sobrantes florestais ou agrícolas (13%). Estas últimas, em conjunto com as várias tipologias de queimas e queimadas, representam 32% do total das causas apuradas (APA, 2026).

O abandono progressivo do interior e o aumento da frequência de fenómenos climáticos extremos criam condições para um aumento da ocorrência e da gravidade de incêndios agroflorestais.

Nas florestas consideramos que o debate tem sido demasiado focado no combate a incêndios e pouco nas suas causas: o despovoamento, o desordenamento do território e as monoculturas sem gestão. Para isso, defendemos que é indispensável:

- Desenvolver um Plano Nacional de Restauro direcionado especificamente para a renaturalização e restauro de habitats degradados, principalmente em áreas afetadas pelos incêndios, indo ao encontro da declaração da ONU para 2021-2030 como a década para o restauro ecológico.
- Restringir a replantação do eucalipto e não apenas novas plantações, visto que, segundo o 6.º Inventário Florestal Nacional, já ocupa cerca de ¼ do total da área florestal em Portugal.
- Criar um Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras, com foco em particular no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.
- Aprovar um Simplex para o RJAAR nas áreas abrangidas pelo Programa de Transformação da Paisagem de modo a desburocratizar e facilitar o processo para os pequenos proprietários e a acelerar a reflorestação e transformação da paisagem especialmente nas áreas ardidas.

8 - Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem

Os países Mediterrânicos, como o nosso, são particularmente afetados pelas alterações climáticas. Os efeitos na disponibilidade de recursos hídricos, que já são altamente desiguais dependendo dos contextos socioeconómicos e ambientais nacionais, estão a tornar-se cada vez mais significativos. Isto é agravado por um crescimento da procura crescente de água nos sectores doméstico, industrial, turístico e agrícola. Este duplo desafio torna crucial redefinir a utilização dos recursos hídricos como um bem comum.

Segundo o REA 2026 (APA, 2026), em Portugal continental, apenas 47% das massas de água estavam em bom estado. As regiões hidrográficas (RH) com menor percentagem de massas de água superficiais em bom estado são a do Sado e Mira (RH6), com 37%, e a do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e a do Guadiana (RH7), ambas com 40%.

As RH com menor percentagem de massas de água subterrâneas em bom estado são a do Cávado, Ave e Leça (RH2), com 25%, e a do Guadiana (RH7), com 38%.

O ano hidrológico de 2023/2024 terminou com as reservas hídricas superficiais acima da média em nove das quinze bacias hidrográficas analisadas, mas com as bacias do Sado, Mira e Ribeiras do Algarve (Barlavento e Sotavento) em situação de seca hidrológica. Este ano hidrológico caracterizou-se por afluências elevadas nas bacias hidrográficas do Norte e Centro do país, bem como nas bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana. Contudo, nas restantes bacias hidrográficas do Sul as afluências foram muito reduzidas. APA, 2026)

As principais pressões sobre os recursos hídricos vieram da carga urbana (RH do Tejo e Ribeiras do Oeste), da indústria (RH do Vouga, Mondego e Lis, Tejo e Sado) e da agricultura e pecuária (RH do Tejo, Douro e Guadiana).

Em 2023, foram emitidos 21 636 títulos de utilização de recursos hídricos, a maioria para captação de água. O setor agrícola foi o maior consumidor (70%). A maioria dos requerimentos submetidos e dos títulos emitidos visa a utilização de recursos hídricos nas regiões hidrográficas com maior dimensão, como sejam Tejo e Ribeiras do Oeste (28%) e Douro (22%). A maioria dos requerimentos submetidos destinam-se à captação de água, compreendendo 78% do total em 2023. A maioria dos títulos emitidos visam dar resposta às solicitações efetuadas, ou seja, pedidos de captação de água, compreendendo, nesse ano, 84% do total.

A evolução do cumprimento da Diretiva das Águas Residuais Urbanas em Portugal tem sido bastante positiva, observando-se que, desde dezembro de 2012, 99,9% da carga gerada em aglomerações com uma população equivalente superior ou igual a 2 000 é coletada em sistemas de drenagem, tendo-se atingido os 100,00% em 2020. Em 2022, a taxa de cumprimento com a Diretiva alcançou os 95% em termos de carga tratada (APA 2026)



A eficiência hídrica urbana foi mediana, com redução nas perdas reais de água.

Em 2023, a percentagem de água segura na torneira do consumidor (água controlada e de boa qualidade) atingiu os 98,77%, em Portugal continental.

O objetivo de 99% de água segura a nível nacional, definido no PENSAAR 2030 para o ano de 2030, foi alcançado em 2015, mantendo o cumprimento desde essa altura.

Em 2023, e à semelhança do ano anterior, 71% da água que os portugueses beberam teve origem superficial e 29% origem subterrânea.

Em 2024, foram identificadas, e devidamente monitorizadas, 673 águas balneares, das quais 512 (76,1%) são águas costeiras e de transição e 161 (23,9%) são águas balneares interiores. Das 673 águas balneares monitorizadas, 556 (82,6%) apresentaram qualidade "excelente", 73 (10,8%) qualidade "boa", 15 (2,2%) qualidade "aceitável" e 9 (1,3%) qualidade "má". Registaram-se 20 águas balneares "sem classificação" (3,0%) que, apesar de terem sido monitorizadas, não reuniram dados suficientes para a sua avaliação qualitativa. (APA, 2026).

De acordo com a análise da equipa técnica do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 - liderada pelo investigador Pedro Matos Soares, do Instituto Dom Luiz - aponta para que, no cenário mais gravoso, o sudoeste de Portugal perderá 30% a 40% da chuva anual até ao final deste século.

A dessalinização, embora considerada um sector industrial controverso devido aos riscos associados (impactos, custos económicos e energéticos), tem encontrado oportunidades crescentes de desenvolvimento. Tal como os projetos de novas barragens e transvases, a sua justificação baseia-se numa intensificação de consumos de recursos e não numa lógica de adaptação às limitações impostas pelas disponibilidades hídricas de cada região.

(continuação da página anterior)

Está prevista a construção de uma estação de dessalinização de grande capacidade no Algarve, apoiada pelo PRR, tendo o projeto já passado pela consulta pública em 2024 e avançado para concurso público já em inícios de 2025.

Um dos maiores desafios das próximas décadas será assegurar as necessidades de água num quadro de alterações climáticas e escassez hídrica e meteorológica.

Tal implica a redução de desperdícios nos diferentes setores, mas também alternativas na agricultura, o maior consumidor. Implica, igualmente, preservar as fontes de água doce, os nossos aquíferos e rios, prevenindo a degradação e restaurando os ecossistemas ribeirinhos, ameaçados sobretudo pela poluição e pelas alterações ao curso natural dos rios, através das barragens. Pese embora as vantagens, estas infraestruturas existem já em elevado número e aceleram os processos de evaporação e degradação da água.

Defendemos a necessidade de repensar a estratégia nacional para a **gestão da água apostando em soluções baseadas na natureza**, enquanto alternativas mais sustentáveis e de baixo custo, como o restauro de zonas húmidas, proteção de aquíferos e o uso de tecnologias de armazenamento alternativas, como reservatórios naturais ou infiltração de água no solo, em detrimento da construção de novas grandes barragens e transvases;

Deste modo, torna-se primordial assegurar que os rios e trechos de rios ainda livres possam ser alvo de maior proteção, como exigido na Lei da Água, através da criação de um estatuto de conservação semelhante às "reservas naturales fluviales" espanholas. É igualmente essencial ponderar o futuro das barragens em fim de vida útil e/ou que já não tenham funções sociais e económicas, estudando adaptações e/ou a remoção, a par do que tem sido o caminho traçado por Espanha, França ou Suécia. Importante também reforçar o poder e a dotação financeira de ferramentas de gestão de recursos hídricos à escala da bacia, com destaque para os Planos de Gestão de Região Hidrográfica. O atual modelo institucional não é o mais adequado:

8.1 - Remoção de barreiras fluviais obsoletas

Em 2025, o GEOTA removeu mais um açude obsoleto no rio Alviela.

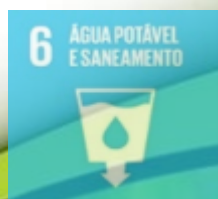
No território continental existem mais de 15 mil barreiras à conectividade fluvial, muitas das quais obsoletas, tendo a maioria um impacto ecológico negativo.

As barreiras à conectividade fluvial perturbam o funcionamento natural dos ecossistemas ribeirinhos e causam declínios em populações de diversas espécies, principalmente nas populações de peixes migradores. Para além disso, constituem barreiras ao fluxo natural da água e dos sedimentos. Por esta razão, as barragens e barreiras que são obsoletas e que têm impacto ecológico negativo devem ser removidas, permitindo aos rios retomar um estado mais próximo do "natural".

A ciência mostra-nos que as barragens contribuem para as alterações climáticas, libertando gases de efeitos estufa, destruindo sumidouros de carbono, retirando os nutrientes dos ecossistemas, destruindo habitats e a sua biodiversidade associada. Algumas barreiras criam ainda um potencial de inundação face aos episódios de chuva intensa previstos com as alterações climáticas, pondo vidas em risco e colocando os governos e as indústrias em posições financeiras difíceis.

O GEOTA defende a implementação de um programa Nacional de "Remoção de Barreiras", para remoção de barreiras obsoletas com impacto ecológico negativo, contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, nomeadamente o restauro de pelo menos 25 000 km de rios de curso livre.

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



8.2 - Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça

A Convenção de Albufeira, apesar de ser um documento essencial para regulação do regime de caudais, ao nível transfronteiriço, encontra-se desajustada e desadequada. Prevê a definição de caudais ecológicos desde a sua assinatura em 1998, mas tem-se, efetivamente, mantido em vigor um regime de caudais mínimos que deveria ser transitório.

O GEOTA considera essencial o investimento no estabelecimento de caudais ecológicos regulares, contínuos e instantâneos, medidos em metros cúbicos por segundo (m^3/s), e respeitando a sazonalidade das estações do ano, ou seja, maiores no inverno e outono e menores no verão e primavera, por oposição aos caudais mínimos negociados politicamente e administrativamente há 23 anos na Convenção de Albufeira sem se concretizar o processo de transição para o regime caudais ecológicos que essa mesma Convenção prevê.

Consideramos essencial o investimento na cooperação transfronteiriça, para que os 2 700 hm³ de caudal mínimo anual sejam enviados por Espanha com a regularidade que serve a sociedade e o meio ambiente português.

Neste sentido, é imperativo repensar investimentos como:

- a nova barragem no rio Ocreza (em estudo pela Agência Portuguesa do Ambiente e que pode custar 360 milhões de euros) que pode ser substituída pelo recomissionamento de infraestruturas semelhantes já existentes;

- o canal para transvase desde o rio Zêzere, no Cabril, até ao rio Tejo, em Belver (100 milhões de euros), que consideramos serem gastos desnecessários, dada a possibilidade de negociação de caudais ecológicos vindos de Espanha.

O GEOTA defende a necessidade de os caudais ecológicos integrados nos planos de gestão das regiões hidrográficas serem efetivamente transpostos para a Convenção de Albufeira.

Beneficiando das redes já estabelecidas no território, como a ProTejo e a #MovRioDouro, onde participamos, vamos continuar a acompanhar o trabalho nas respectivas regiões.

8.3 - Barragem do Pisão

O governo não desiste do seu objetivo de construir mais uma barragem para promover o regadio, com impactos ambientais muito significativos no território e nos recursos hídricos.

A anunciada construção da barragem do Pisão terá impactes ambientais que não foram devidamente considerados.

Impactes ambientais relevantes:

- Obstrução da continuidade longitudinal do rio que por sua vez irá ter consequências nos processos transversais (mobilidade lateral do rio) e verticais (recarga dos aquíferos);
- Alteração do sistema fluvial natural com fragmentação dos habitats;
- Alteração do carácter da Paisagem Cultural;
- Alteração da galeria ripícola, diminuição da qualidade e diversidade de habitat e consequentemente diminuição da biodiversidade;
- Promoção da agricultura intensiva (nomeadamente do olival) que exercerá enorme pressão sobre os recursos hídricos, sobre o solo e sobre os ecossistemas.
- Retenção de sedimentos e agravamento da erosão costeira.

Impactes sociais e económicos:

- Inundação da Aldeia de Pisão e desalojamento de cerca de 60 habitantes.
- Perda de património imobiliário e fontes de produção económica e de consumo próprio (hortas e quintas) das famílias;
- Stress e enorme pressão psicológica para as famílias aceitarem indemnizações baixas;
- Mau uso de fundos comunitários e nacionais dado o contexto ambiental atual, e as diretrizes europeias para o resolver.

É essencial considerar estes pontos e refletir sobre a necessidade de construção de novas barragens vs a necessidade de gestão eficiente dos recursos hídricos vs alterações climáticas vs cumprimento dos objetivos de qualidade de água exigidos pela DQA.

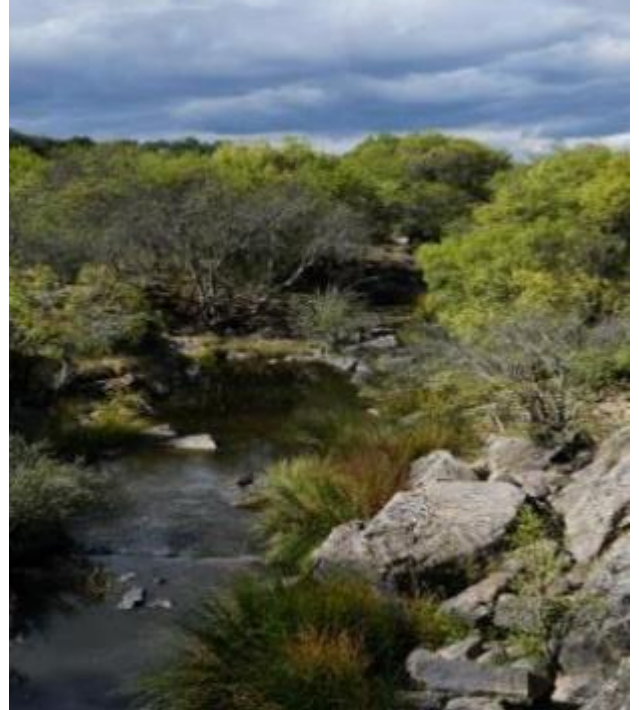
O GEOTA lidera um grupo de ONGA (GEOTA, LPN, QUERCUS, ZERO, SPEA) que colocou na justiça este projeto, por contestar quer a sua necessidade quer a forma deficiente como foi feita a avaliação de impacte ambiental, bem como o desrespeito pelo princípio de "Do No Significant Harm" que todos os financiamentos comunitários devem observar.

8.3.1 – Histórico do processo da Barragem do Pisão

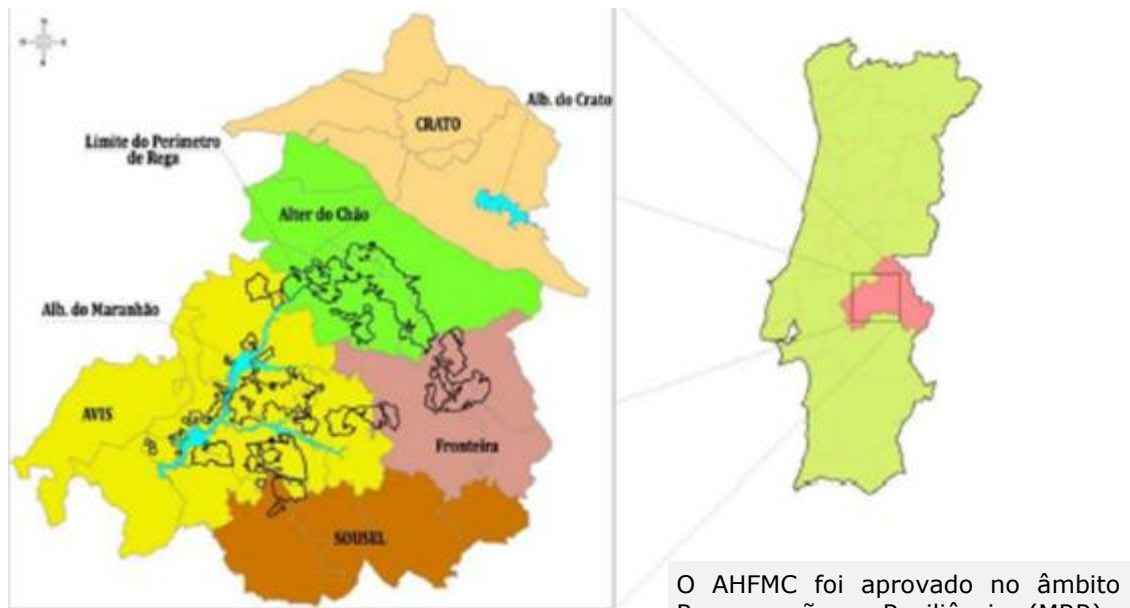
Este é o relato de uma vitória histórica no direito do ambiente em Portugal, mas que ainda está incompleta. Assim como do esforço que implicou para todos os envolvidos.

O dossier de contencioso jurídico, análise técnica e participação pública relativo ao empreendimento da Barragem do Pisão obrigou a um esforço muito elevado por parte do GEOTA, que se traduziu em:

- 64 mil euros em despesas de advocacia desde agosto de 2022;
- 5 mil euros em custos de pessoal técnico e administrativo diretamente envolvido em mais de 300 horas de trabalho;
- Um valor semelhante em trabalho voluntário dos colaboradores do GEOTA e de outras organizações
- Um vídeo publicado nas redes sociais "[Diga NÃO à barragem do Pisão](#)"
- Um arquivo digital de muitas pastas abrangendo mais de 2000 ficheiros de texto, cartografia e outros conteúdos, e perto de 13 GB para gerir.

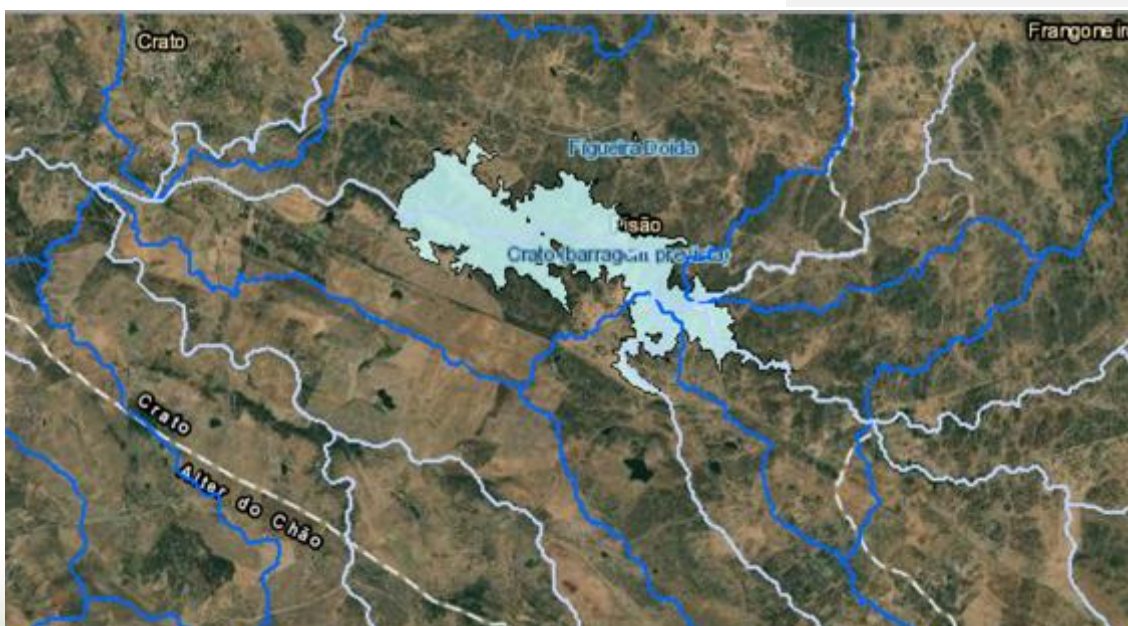


O projeto do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (AHFM do Crato), conhecido como "Barragem do Pisão" foi alvo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em Fase de Estudo Prévio, tendo obtido, a 1 de setembro de 2022, a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável à execução da Alternativa 2 do projeto e condicionada ao cumprimento dos termos e condições referidos na DIA.



O AHFMC foi aprovado no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), de acordo com o Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021, para financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), previamente à decisão em sede de Avaliação de Impacte Ambiental.

Área inundada pela albufeira da barragem do Pisão, em caso de concretização do projeto:



Para efeitos de desenvolvimento as infraestruturas do AHFMC foram divididas em três projetos de execução:

- A - Projeto de Execução das Infraestruturas Primárias;
- B - Projeto de Execução das Infraestruturas Secundárias.
- C - Projeto de Execução das Centrais Solares Fotovoltaicas;



Para efeitos de desenvolvimento as infraestruturas do De 09 a 29 de Março de 2023 decorreu a consulta pública RECAPE (Conformidade Ambiental) do Projeto de Execução do AHFM do Crato – Barragem do Pisão – Infraestruturas Primárias.

Em 18 de Agosto de 2023 foi publicado o Anúncio de Procedimento nº 13941/2023 – Concurso Público Internacional, cujo objeto do contrato é precisamente a Empreitada geral de Construção das infraestruturas primárias de regularização de caudais do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato – Barragem e Central Hidroelétrica do Pisão.

De 03 a 23 de Novembro de 2023, decorreu a consulta pública RECAPE do Projecto de Execução de Infraestruturas de Regadio do Aproveitamento Hidroagrícola do Crato, após a qual a decisão foi no sentido de ser declarada a não conformidade com a DIA. Seria repetida, com reformulações, de 20 de Maio a 11 de Junho de 2025.

De 21 de Junho a 11 de Julho de 2024 decorreu a consulta pública RECAPE do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e Componente C – Aproveitamento Fotovoltaico.

Aos RECAPE o GEOTA emitiu também pronúncias negativas, a par de outras ONGA.

O GEOTA foi, desde o início, contra este projeto, pelos motivos apontados em baixo, e bateu-se em tribunal contra a Barragem do Pisão, contestando o suposto interesse público da obra e salientando os graves impactes ambientais negativos referidos no EIA – Estudo de Impacte Ambiental. Esta causa reuniu a adesão de outras ONGA (LPN, QUERCUS, ZERO e SPEA) que se tornaram assistentes na ação principal ou apoiaram os recursos.

O EIA do empreendimento refere claramente que "o projeto gerará significativos impactes negativos, quer na fase de construção, quer na fase de exploração, com afetação substancial de valores naturais, patrimoniais, ecológicos e socioeconómicos, diversos dos quais de carácter de alguma singularidade e relevância (quer conservacionista quer histórica)".

Entre outros, a construção desta barragem resultará na destruição de habitats protegidos e no abate de árvores protegidas (quase de 60 mil árvores, entre povoamentos de azinheiras e sobreiros, espécies protegidas pela legislação portuguesa), na alteração e interrupção dos regimes de caudais naturais da ribeira de Seda, na conversão de áreas agrícolas de sequeiro em regadio, incentivando o consumo de água onde ela já escasseia, reduzindo a biodiversidade, na artificialização dos usos do solo, na possível contaminação dos solos e das águas e na destruição da aldeia do Pisão, com a deslocalização dos seus habitantes, para benefício restrito a alguns grandes proprietários e aos agentes económicos ligados ao agronegócio.

Considerando a descrição do projeto e os impactos identificados no próprio Estudo de Impacte Ambiental, tornou-se óbvio que:

O interesse público do projeto é inexistente, uma vez que o principal objetivo da construção da barragem do Pisão não é o abastecimento público - considerando o cenário de decréscimo da população das regiões em causa, os dados apresentados confirmam que o volume útil da Barragem de Póvoa e Meadas é suficiente para abastecimento público; acresce que, no estudo do projeto, não foi feita uma avaliação de alternativas de abastecimento específicas para esta componente;

- o projeto não cumpre os objetivos ambientais, estabelecidos no princípio de Não Prejudicar Significativamente (*Do No Significant Harm - DNSH*) do instrumento que o financia, o MRR;
- a avaliação subjacente ao princípio de DNSH implica uma análise do projeto com a "opção zero" (manutenção da situação existente), que não resulta clara, sequer suficiente, do estudo de impacte ambiental apresentado;
- a construção da Barragem do Pisão contraria o objetivo de transição ecológica,



O custo final da Barragem do Pisão e da central fotovoltaica aproximar-se-ia dos 300 milhões de euros, sendo que, para a barragem e a central hidroelétrica do Pisão, o valor de construção é de 71,7 milhões de euros. A execução da barragem levaria à concretização de um empréstimo a ser contraído pelo Estado, de 140 milhões de euros, levando a mais esse endividamento público.

No nosso entendimento, urgia impedir a tomada de decisões subsequentes ao Título Único Ambiental (TUA) e à Declaração de Impacte Ambiental (DIA), e a inerente criação de expectativas, prejudiciais aos interesses privados e, ainda, muito mais, ao interesse público do Estado Português.

Por esses motivos, em novembro de 2022, o GEOTA, apoiado pela LPN, Quercus e ZERO, colocou uma ação administrativa para a anulabilidade ou anulação do TUA.

O Ministério Público acompanhou esta posição colocando uma ação semelhante em 2023, reforçando os argumentos contra este projeto.

Face ao desenvolvimento do projeto da barragem do Pisão, que não parou, apesar da pendência da Ação Administrativa, a 30 de julho estas ONGA colocaram uma Providência Cautelar pelo fundado receio de constituição de uma situação de facto consumado, de prejuízos de difícil reparação, antes que a ação principal pudesse ser considerada procedente.

Apesar de toda a argumentação sobre os factos e riscos suscitados na Ação Administrativa e na Providência Cautelar, a sentença da primeira instância para a Providência Cautelar (7 outubro 2025) não considerou que se esteja numa situação de risco séria, atual e efetiva que faça perigar o efeito útil de uma eventual decisão de procedência da ação principal.

Discordando da sentença do Tribunal, o GEOTA e as outras ONGA apresentaram, em 25 de outubro de 2025 um recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, visando acautelar o efeito útil da ação administrativa principal.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco (TAFCB) emitiu em 17 de janeiro de 2024 a sentença do processo Pisão em que ANULOU a DIA (Declaração de Impacte Ambiental) anexa ao TUA (Título Único Ambiental), emitido em setembro de 2022, e condenou a APA - Agência Portuguesa do Ambiente a averbar no TUA a sentença de anulação.

"Pelos irregularidades na avaliação de impactos ambientais, a não demonstração da utilidade pública, e pelos danos irreversíveis no montado de sobre e azinheira, o projeto oficialmente denominado de 'Aproveitamento Hidroelétrico de Fins Múltiplos do Crato', no Alto Alentejo, foi contestado em tribunal por 4 ONGAs (GEOTA, LPN, QUERCUS e ZERO), tendo sido decretado um embargo da obra pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, em 03 de outubro de 2025. Os municípios do Crato, Avis e Alter do Chão e da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo apresentaram recurso desta decisão para o Tribunal Central Administrativo Sul, que rejeitou os argumentos apresentados pelos referidos municípios." (SAPO, 13jan2026).

Mais informações em <https://www.geota.pt/blogs/vitoria-na-batalha-da-barragem-do-pisao>

8.4 - Programa Nacional de Regadio e programa Água que Une

A utilização sustentável da água deve integrar uma gestão eficiente da capacidade de armazenamento, bem como uma gestão eficiente da utilização da água, garantindo os caudais ecológicos, conduzindo à redução dos consumos globais em zonas de maior escassez hídrica.

De acordo com isto, estrategicamente, não é viável, numa situação de emergência climática, apostar em atividades que necessitam de elevados consumos hídricos. A gestão de recursos hídricos deve compatibilizar-se com as metas definidas pelas estratégias europeias, como o European Green Deal e a Diretiva Quadro da Água. De acordo com o Relatório Especial da Utilização Sustentável da Água na Agricultura, efetuado pelo Tribunal de Contas Europeu: "O financiamento da UE para projetos de irrigação tem salvaguardas fracas contra a utilização insustentável da água. A instalação de novas infraestruturas de irrigação que alarguem a superfície irrigada irá provavelmente aumentar a pressão sobre os recursos de água doce". É de facto essencial uma mudança de paradigma na gestão dos recursos hídricos, com a integração das questões ecológicas, sociais e económicas.

O estudo «Regadio 20|30 – Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década» (EDIA, 2021), foi estimada uma **necessidade de investimento** de 2.257 milhões de euros, a que acrescem 197 milhões de euros de investimentos complementares nos regadios coletivos e privados, num valor global de 2.454 milhões de euros.

Há também evidências que o regadio prolongado conduz a um aumento significativo nos teores de sódio e cloro na solução do solo e que os diferentes tipos de solos têm um comportamento distinto do que respeita à salinização provocada pela rega, sendo os solos que possuem uma textura mais fina aqueles que são mais afetados pelo aumento do teor de sais.

A questão que se pode colocar é, num cenário de maior variabilidade climática e de crescente redução das disponibilidades hídricas, de onde se irá obter a água na quantidade e qualidade para satisfazer as crescentes necessidades que essas estruturas de rega irão implicar?

Considerando que, acautelar as necessidades hídricas para as atividades humanas terá sempre impactes ecológicos nos rios, **reforçamos a necessidade de entender estes sistemas como corredores ecológicos importantes para a manutenção da biodiversidade e dos processos ripícolas.**

Para isso, devem considerar-se sistemas agrícolas adequados, de forma a **reduzir as áreas grandemente dependentes do regadio, com práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas**, ao contrário da pressão sobre os recursos hídricos criada pelas grandes extensões de monoculturas intensivas.

A gestão eficiente dos recursos hídricos tem de considerar a conservação dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e a manutenção dos serviços de ecossistemas fluviais.

Globalmente temos de apostar na recuperação da Paisagem Fluvial e na recuperação do território degradado pelas inúmeras pressões que tem vindo a ser alvo, recuperando os ecossistemas de forma a promover a infiltração de água no solo e a recarga dos aquíferos. **Isto implica, necessariamente repensar o Programa nacional de Regadios e apostar na agricultura tradicional com minimização das necessidades de água.**

Sobre o programa Água que Une o ministro da Agricultura e Pescas anunciou no Parlamento que a iniciativa 'Água que Une', que vai construir uma rede interligada de água para a sua distribuição eficiente, vai ser apresentada em janeiro de 2025.

Com o Despacho n.º 7821/2025, de 16 de julho, foi criado o grupo de trabalho para elaborar uma nova estratégia nacional para a gestão da água designada «Água que Une».



9 - Outros temas de trabalho em 2025

9.1 Resíduos

Em 2023, foram produzidas 5,06 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RU) em Portugal continental, o que corresponde a uma capitação de 502 kg/(hab.ano), abaixo da média europeia de 511 kg/(hab.ano).

Verifica-se uma evolução positiva da recolha seletiva de resíduos nos últimos anos, incluindo de biorresíduos, sendo expectável um incremento nos próximos anos.

Em termos de destino final dos resíduos, a deposição em aterro mantém-se ainda elevada, representando, em 2023, 59% dos RU produzidos em Portugal continental.

As metas globais de reciclagem foram cumpridas para óleos lubrificantes usados, pneus, veículos em fim de vida, resíduos de construção e demolição e baterias portáteis. No entanto, a taxa de recolha de resíduos elétricos e eletrónicos foi de 27%, abaixo da meta de 65%.

Em 2021, a taxa de reciclagem de embalagens foi de 63%, com o vidro (55%) sendo o único material a não atingir a meta (60%). Papel, plástico, metal e madeira superaram os objetivos estabelecidos.

2023 foi o ano com maior produção de resíduos não urbanos (RNU), desde 2008, com um total de 15 milhões de toneladas.

Nesse ano, os resíduos não perigosos representavam mais de 90% do total de RNU produzidos em Portugal.

Desde 2018 até 2023 observou-se uma tendência decrescente da produção de resíduos perigosos, tendo-se registado uma redução de 26% ao longo desse período.

Os setores da construção, da recolha e tratamento de resíduos, assim como das atividades de comércio, constituíram os três principais setores de atividade no que diz respeito à produção de RNU, tendo, em 2023, representado 66% do total produzido.

Em 2023, 91% do total de RNU tratados foram sujeitos a operações de valorização.

Relativamente à saída de resíduos de Portugal através da "Lista Laranja", em 2023, verificou-se um aumento de 12% face ao ano de 2022. Quanto à entrada de resíduos, a tendência de decréscimo verificada desde 2019 manteve-se, com uma redução, em 2023, de 46% face ao ano de 2022.

Ainda no que se refere à "Lista Laranja", relativamente à entrada de resíduos com destino a operações de eliminação, em 2020, deu-se uma forte inversão da tendência de crescimento que se observava até esse ano, registando-se, em 2022, uma diminuição de 99% face ao ano de 2019. No ano de 2023 voltou-se a observar um crescimento face ao ano anterior, representando, ainda assim, 5,2% do quantitativo de resíduos que entraram em Portugal para eliminação face a 2020.

No que se refere ao movimento de resíduos através da "Lista Verde", em 2023, foram encaminhados 1 milhão de toneladas de resíduos para valorização noutros países, retomando-se assim os valores entre 2016 e 2021. No que se refere a entrada de resíduos em Portugal os valores atingiram 2 milhões de toneladas, correspondendo a um aumento de 17% face a 2022.

9.2 - Contencioso Ambiental

As ONGA encontram-se, recorrentemente, face a uma avalanche de atentados ambientais.

O GEOTA, em conjunto com outras ONGA, está envolvido em várias ações de contencioso ambiental, tendo como alvos decisões do Governo e da Administração:

- Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (EAHFM) do Crato (Pisão) (processo liderado pelo GEOTA em conjunto com 4 outras ONGA);
- Megaempreendimento na Lagoa dos Salgados (processo liderado pela SPEA, em conjunto com outras ONGA);
- Atentados à Laurissilva na Madeira (processo liderado pela SPEA, em conjunto com outras ONGA);

Todas as semanas nos chegam queixas de cidadãos e de associações locais com pedidos de ajuda sobre agressões ambientais no seu território. A limitação atual de recursos de todo o tipo faz com que não possamos dar resposta jurídica à sua maioria, procurando-se, mesmo assim, dar a resposta mais eficaz possível.

Será importante que as ONGA no seu conjunto continuem a juntar esforços para garantir suporte técnico e financeiro e resposta para a crescente procura de serviços jurídicos e de advocacia ambiental e nessa matéria, para a proteção de altos valores de conservação ou “simplesmente” do direito constitucional dos cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado.

Será nesse sentido que iremos trabalhar em 2026.

Equipa:

Helder Careto ©

Apoio em advocacia (outsourcing)

Outros colaboradores

10 - Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS), Cidadania e Plano de formação Ambiental



Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

O objetivo de EAS consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar crianças, jovens/todo(a)s o(a)s cidadã(o)s para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.

Sem Educação Ambiental não haverá mudanças substanciais dos estilos de vida, nem dos estilos de produção/consumo.

Por mais que haja legislação, declarações, projetos, propostas de mudanças! Sem mudança de mentalidades, sem mudanças nos valores e nas atitudes, não haverá mudança nos comportamentos. A maior parte das atuais práticas apelidadas de "amigas do ambiente" são mera cosmética, em que se substitui um consumo por outro, ou se finge mudar, para deixar tudo na mesma.

Portanto, ou se faz um esforço sério em educação ambiental de crianças, jovens e adultos, ou serão propostas fracassadas. Não nos admiramos com a ineficácia dos acordos internacionais e dos alertas da ciência! **A verdade é que: 1. A educação ambiental não nasce por geração espontânea. 2. A educação ambiental não se propaga por magia.** Precisa de projetos plurianuais, científica e pedagogicamente bem feitos, com investimento consciente e consistente em recursos materiais e em recursos humanos nas diversas instituições (Escolas, ONG, Autarquias, Áreas Protegidas, outros). Precisa, urgentemente, de um reforço significativo na formação de formadores, educadores e professores.

A integração da educação ambiental, cidadania e voluntariado ambiental para crianças e jovens em idade escolar é de suma importância por várias razões que se complementam e se reforçam. É um investimento no presente e, sobretudo, no futuro. Ao inculcar a educação, a cidadania e o voluntariado ambiental desde cedo, estamos a contribuir para uma mudança de paradigma, afastando-nos de uma cultura de consumo irresponsável para uma de sustentabilidade e respeito pelos recursos naturais e a preparar uma geração mais consciente, responsável e ativa, capaz de construir um planeta mais saudável e equitativo para todos.

O GEOTA promove e desenvolve, desde a sua formação, programas e projetos e atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental para a sustentabilidade, de âmbito nacional, direcionados a toda a comunidade escolar (privilegiando sempre a educação inclusiva) e público em geral.

Possui, por isso, experiência adquirida que vai pondo em prática nos projetos em que se envolve, como sejam a participação ativa na criação e gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, que inclui a administração conjunta e coordenação pedagógica do Equipamento de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EqA) - **Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista** e, que dispõe de um Serviço Educativo e um Plano de Atividades, em permanência para toda a comunidade; a coordenação nacional do **Projeto Europeu Coastwatch**, com 36 anos de existência, visando a monitorização ambiental voluntária e a recolha de lixo marinho. Lançou no ano letivo 2023-2024, o Projeto **"Os Insetos são nossos Amigos"** com a dinamização das **Oficinas Bzzatividades - Bichinhos Carpinteiros**, nas Escolas, em sala e no espaço exterior.

Desenvolve igualmente atividades ligadas à manutenção e renaturalização de áreas ardidas com atividades de informação e voluntariado na plantação de espécies autóctones e/ou mais apropriadas para as condições do terreno, gestão ambiental partilhada, com os projetos Renature e, ainda a informação e sensibilização do público sobre a gestão de recursos hídricos e a renaturalização de troços de cursos de água com recuperação da conectividade fluvial.

Dispomos de uma professora em mobilidade ao abrigo do protocolo entre os Ministérios da Educação, Ambiente e Ação Climática que dinamiza e divulga todas as atividades de educação ambiental que desenvolvemos. Os projetos e as atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental, de âmbito nacional, desenvolvidas pela professora em mobilidade no GEOTA, para toda a comunidade escolar e público em geral, pretendem aumentar a literacia e a interação com o mundo que nos rodeia, promover o pensamento crítico através da manipulação e contato com a Natureza, promover o relacionamento interpessoal, o trabalho de equipa e aprendizagem cooperativa, sempre numa perspetiva interdisciplinar e em contato com a Natureza. Promover as Aprendizagens Essenciais dos vários ciclos, que visam facilitar o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, privilegiar a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, compromisso fundamental com 16 medidas enquadradas pelos objetivos estratégicos, Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta e Educação Ambiental + Participada, onde se relevam, as medidas #2 - Cooperação Interministerial e #14 - Promoção do estatuto de Organização Não-Governamental de Ambiente e contribuir para a prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Os projetos e atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental do GEOTA estão alinhados com os documentos estratégicos vigentes, como a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, a Estratégia Nacional para as Florestas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.

Atualmente, o GEOTA dispõe de um **Programa Educativo "Todos Juntos pela Natureza"**, de âmbito nacional, abrangente, sempre disponível e que pode ser requisitado pela comunidade escolar e público em geral.

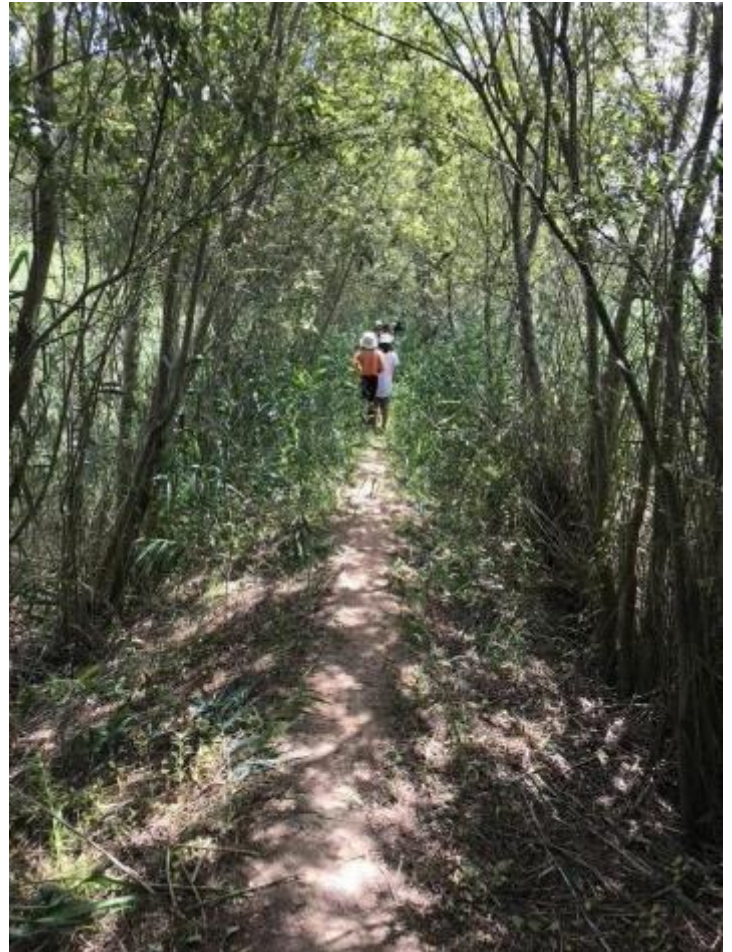
A nossa Missão e a nossa Visão

O GEOTA integrou, durante o ano de 2023 e 2024, o programa Miles de formação e capacitação em gestão estratégica, proporcionado pela Fundação Manuel Violante.

Através dessa capacitação e do uso das ferramentas que a mesma disponibilizou, desenvolveu-se um processo de reflexão interna que levou à reformulação das nossas declarações de missão e visão:

A **missão** do GEOTA é promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Visão do GEOTA: Um futuro melhor onde o ambiente e as pessoas coexistem de forma sustentável, justa, transparente e participativa



Os nossos princípios

Os nossos valores e princípios de atuação são 10 e foram fundados na nossa forma de pensar e de fazer que nos caracteriza enquanto Organização Não Governamental de Ambiente, já com mais de 40 anos de atividade e conjugam-se com a Missão e a Visão. São eles:

- Desenvolvimento sustentável,
- Competência,
- Independência e contrapoder,
- Trabalho voluntário e compromisso,
- Idealismo nos objetivos,
- realismo na ação, Transparência,
- Postura colaborativa,
- Postura irreverente,
- Postura inclusiva,
- Aposta no associativismo

Este conjunto de valores e princípios foi também objeto de reflexão interna e reescrito no âmbito da reflexão proporcionadas pela nossa participação no programa Miles, da Fundação Manuel Violante.

O GEOTA nasceu a partir de uma ideia fundamental: é indispensável considerar o Ambiente como um fator central de desenvolvimento. Não há desenvolvimento possível sem salvaguardar os recursos ambientais, tal como não é possível proteger o ambiente à revelia das aspirações dos cidadãos. Defendemos um conceito de Ambiente englobando não só a Natureza mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida das pessoas e a gestão

Independência e contrapoder

O GEOTA é totalmente independente face a instituições oficiais, interesses económicos, corporativos ou outros. Sempre, que necessário, assumiu e assumirá uma postura crítica construtiva face aos poderes políticos vigentes, qualquer que seja a sua ideologia.

Idealismo nos objetivos, realismo na ação

O ambiente que queremos defende-se no dia-a-dia, mas demora uma vida a construir.

Transparência

A transparência é imprescindível para garantir os direitos dos cidadãos de participação nos processos decisórios e no acesso à informação e justiça ambiental, no combate à corrupção e às injustiças ambiental, económica e social, devendo o GEOTA dar o exemplo em todos os processos externos e internos.

Aposta no associativismo

O GEOTA defende uma filosofia "em rede" para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Competência

As posições, trabalhos e intervenções públicas do GEOTA são sempre fundamentados. Recusamos a demagogia e o espetáculo pelo espetáculo, em favor da seriedade, do conhecimento rigoroso e da qualidade.

Trabalho voluntário e compromisso

O GEOTA é aberto a todos os cidadãos. Embora tenha ao seu serviço profissionais, o estatuto de membro de pleno direito e os cargos de direção baseiam-se no trabalho voluntário, pilar fundamental da atividade associativa.

Postura colaborativa

O GEOTA pretende contribuir para o progresso da sociedade, nunca se limitando à crítica estéril. Está, portanto, sempre aberto à colaboração com outras entidades na prossecução de objetivos comuns.

Postura irreverente

O trabalho no GEOTA não é apenas algo profundamente sério, pela importância dos assuntos em jogo — é também uma atividade lúdica, uma expressão do nosso modo de estar. Não somos convencionais ou cinzentos, não reverenciamos os poderes instalados, não aceitamos as coisas como estão

Postura inclusiva

O contributo de todas as pessoas que partilham os fins e valores do GEOTA é bem-vindo para ajudar no cumprimento da missão e no trabalho para a visão.

Objetivos e prioridades em 2025

Em 30 de novembro de 2024, com as eleições intervalares para a Comissão Executiva, os objetivos centraram-se nas seguintes áreas:

Gestão Interna da Organização

Comunicação Externa e Notoriedade Positiva

Tesouraria

Reforma Fiscal Ambiental

Biodiversidade, Conservação e Restauro

Desenvolvimento Sustentável e Opções de Consumo

Energia, Mobilidade e Clima



Os nossos principais projetos

Apresentam-se na seção a seguir os resultados dos nossos principais projetos em 2025. São eles:

- Coastwatch
- Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada
- Programa Rios Livres
- Programa Renature
- Terra Seixe

Há muitas outras atividades que o GEOTA desenvolveu durante o ano e que serão referidas neste documento mais à frente.

Coastwatch

Objetivos

Programa europeu de educação ambiental para a sustentabilidade (EAS), ciência cidadã e voluntariado ambiental, coordenado há 36 anos, em Portugal, pelo GEOTA.

O GEOTA dispõe de um conjunto de coordenadores regionais (escolas, autarquias, associações, ONGs e organismos do Estado) que divulgam, apoiam e organizam as saídas de campo Coastwatch nas suas zonas costeiras.

Consiste na realização de caminhadas à beira-mar para observação e registo de informações ambientais e recolha de lixo marinho.

O principal objetivo foi a caracterização ambiental da faixa costeira no período pós-balnear, com especial atenção a:

- Biodiversidade: Registo de fauna, flora e espécies invasoras.
- Lixo Marinho: Identificação da tipologia e origem dos resíduos (plásticos, redes, microplásticos).
- Qualidade da Água: Testes de nitritos e nitratos nas linhas de água doce que desaguam nas praias.
- Ameaças: Observação de erosão costeira, construções em dunas e focos de poluição sonora ou química.



Trabalho em rede

Sinergias com os coordenadores regionais, e outros projetos - Escola Azul, GelAVista, Alunos Educar para uma Geração Azul da Fundação Oceano Azul, Escola Azul, Ecoescolas e Bandeira Azul

Resultados

A 35ª Campanha Coastwatch (2024-2025), decorreu sob o lema "Zonas Costeiras, Conhecer para Proteger", de setembro de 2024 a junho 2025.

Esta campanha celebrou mais de três décadas de monitorização do litoral português, focando-se na sensibilização para a fragilidade dos ecossistemas costeiros e na recolha de dados científicos através de voluntariado.

As campanhas mobilizam anualmente: 3.500 a 4.500 voluntários; fazem a monitorização de 15% a 25% da linha de costa nacional. Promovem a recolha de cerca de 4 a 5 toneladas de lixo marinho por campanha.

A 36ª Campanha Coastwatch (2025-2026) é a edição atual do maior projeto de ciência cidadã e voluntariado ambiental dedicado ao litoral em Portugal. Coordenada pelo GEOTA, esta edição arrancou oficialmente a 11 de outubro de 2025, e estende-se até junho 2026, sob o lema: "Todos Juntos pelo Litoral"

Divulgação do Projeto

1. Divulgação do CW em 5 concelhos eco-escolas;
2. Divulgação na reunião de parceiros da Escola Azul;
3. Divulgação na Festa da Árvore, Tasquinhas, Feira dos Frutos e Feira da Saúde no Município de Caldas da Rainha;
4. Divulgação do Projeto Coastwatch no Seminário Eco-escolas e entrega dos galardões Eco-escolas;
5. Disseminação do Projeto Coastwatch na apresentação do Projeto Educativo de Cascais;
6. Participação no evento da ENEA 2030 em Faro sob o tema "Oceanos"

Eventos | Atividades

1. Realização de 25 sessões informativas online e presenciais para escolas, outros grupos e eventos;
2. Realização de 3 ações de formação de curta duração e 1 curso de formação de longa duração Coastwatch na zona centro do país;
3. Dinamização e acompanhamento de 35 das saídas de campo Coastwatch para escolas e público em geral nas zonas costeiras portuguesas.




geota COASTWATCH PORTUGAL

2 DE MAIO, PRAIA DE CAXIAS, 14H00 - 17H00

Ação de formação (ACD)
"À descoberta da ecologia da Praia de Caxias com o Projeto Coastwatch"

www.coastwatch.pt
www.geota.pt
262881790 e 935373571

Logos: Agência Portuguesa do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente, DGE+IE, APA, ICNF, Águas do Tejo Atlântico



Parcerias

Coordenadores regionais Coastwatch (municípios, escolas, associações, ONGs);

AdTA (Águas do Tejo Atlântico), apoio a ações de formação e ao Seminário Coastwatch 2025.



Comunicação e redes sociais

www.coastwatch.pt

www.geota.pt

Redes sociais Instagram e Facebook.



Equipa

Teresa Lemos ©

Carla Sofia Pacheco (coord. pedagógica, Professora em mobilidade estatutária para a dinamização dos projetos e atividades de educação ambiental para a sustentabilidade (EAS) do GEOTA),

João Madeira (design gráfico),

Hélder Careto (secretário Executivo, apoio técnico),

Saúde Martins (secretária de direção, apoio de contabilidade).

Apoios

MAEN/APA, MECI/DGESTE, ICNF, AdTA, Geoparque Oeste.



geota
 grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

COASTWATCH
 PORTUGAL

ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO
 Grupo Águas de Portugal

AÇÃO DE FORMAÇÃO
RIOS, FONTES DE VIDA - À DESCOBERTA DA ECOLOGIA DA FOZ DO RIO TORNADA, SÃO MARTINHO DO PORTO E VISITA À FÁBRICA DE ÁGUA DE SÃO MARTINHO (AFCD 3 HORAS)

11 DE OUTUBRO DAS 15H00 ÀS 18H00
INSCRIÇÕES



Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada

Objetivos

Gestão conjunta do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada (Centro) com a Associação PATO (PATO).

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (Reserva) – Câmara Municipal de Caldas da Rainha (CMCR), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), GEOTA e PATO.

O Centro conta com a colaboração e coordenação pedagógica da Professora em mobilidade estatutária do GEOTA para a dinamização dos projetos e atividades de educação ambiental para a sustentabilidade.



Equipamentos

O Centro é um equipamento para a educação ambiental e centro interpretativo da Reserva.

A Reserva, uma importante zona húmida de aproximadamente 54 ha, integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas e está classificada internacionalmente como Sítio Ramsar. Alberga grande diversidade de espécies de aves, répteis, anfíbios, mamíferos, inúmeros invertebrados, fungos e plantas.

A visitação à Reserva realiza-se através de um trilho circular de 4km ladeado por galerias ripícolas, com dois observatórios, vários placares informativos e um espaço de recreio.

Em 2025 foram instalados novos equipamentos de apoio à visitação:

- Painel de boas vindas, placares de sinalização, Ecoponto, banco, jardineira (oferta Floema, materiais em plástico reciclado).
- Painéis interpretativos nos trilhos.



Resultados

Foram desenvolvidos trabalhos que contribuíram para o cumprimento das ações prevista no Plano de Gestão da Reserva, abrangendo áreas de estudo e monitorização de espécies, manutenção de espaço, reflorestação, implantação de equipamentos e criação de conteúdos de design, ilustração e comunicação.

- Abertura ao público durante os dias úteis e em alguns fins de semana e feriados
- Aproximadamente 1500 participantes nas atividades realizadas
- Aproximadamente 2000 visitantes
- O Centro acolheu ao longo de 2025 voluntários e estagiários/investigadores de diversos níveis de ensino (do 3º ciclo ao mestrado). Os trabalhos desenvolvidos contribuíram para o cumprimento das ações prevista no Plano de Gestão da Reserva, abrangendo áreas de estudo e monitorização de espécies, manutenção de espaço e implantação de equipamentos e para criação de conteúdos de design, ilustração e comunicação
- Atividades do Serviço Educativo ao longo de todo o ano, particularmente durante o ano letivo, como visitas guiadas e oficinas
- Reforço de plantações e manutenção da galeria ripícola e de espécies semeadas no viveiro
- Vigilância da Reserva e das suas linhas de água

- Monitorização, manutenção e melhoramento de 3 charcos temporários.
- Anilhagem- estação de esforço constante – 8 sessões (ICNF)

Eventos

Visitas guiadas e ateliers para escolas – 1180 alunos

Atividades de ocupação dos tempos livres para crianças e famílias – Páscoa, verão e Natal;

5 Ecocaminhadas com voluntariado, com renaturalização de corredores ecológicos, charcos temporários e manutenção e dinamização do viveiro

Aproximadamente 2200 visitantes registados (visitas livres)

Workshop Sons da Natureza (parceria com Centro Cultural e Congressos de Caldas da Rainha)

Comemoração dos aniversários do Centro (20 maio) e da Reserva (2 de julho)

Comunicação e redes sociais

Comunicação de conteúdos formativos e informativos através de email, da página ceep.pt, Instagram [paul_de_tornada](https://www.instagram.com/paul_de_tornada) e Facebook [Centroecologicopaultornada](https://www.facebook.com/Centroecologicopaultornada).

Colaboração da comunicação social local e parceiros como a CMCR, UFTSP, APA e ICNF.



5 DE JUNHO
DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

COMBATER
A POLUIÇÃO
POR PLÁSTICO

MEMÓRIAS NO PAUL DE TORNADA
Enviamos as suas fotografias preferidas de espécies da Reserva Natural Local do Paul de Tornada

BIODIVERSIDADE DA RESERVA
Sabe que existem muitas mais? A Reserva é casa de milhares de espécies de plantas e animais!

NATURALIST
Venha ajudar-nos e registar as suas observações e assim, contribuir para o conhecimento da biodiversidade da Reserva!

Junho
6h30 - 11h30
Gratuito



ANILHAGEM CIENTÍFICA

junho
6h30 - 11h30
Gratuito

Rua do Paul nº12 Tornada
2500-315 Caldas da Rainha
262 881 790 | 935 373 571



FÉRIAS NO PAUL DE TORNADA - PÁSCOA

8 a 10 de abril de 2025
Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Dia 8

1. Quem sou eu? - Versão Reino Animal do Paul de Tornada
2. Faz o teu próprio papel
3. Bingo da Natureza

Dia 9

1. Hotel de insetos e restaurante para aves
2. Impressão da Natureza em barro
3. Aprende a identificar os animais da Reserva
4. Jogo da memória - Biodiversidade do Paul de Tornada

Dia 10

1. Faz os teus marcadores de livros
2. Animais upcycling - Reutilização de cartão
3. Caça aos ovos - Taskmaster

Para crianças entre os 6 e 10 anos



CAMINHADAS AUTONAIS
Paul de Tornada

24 de novembro

- 23 Novembro - Dia da Floresta. Autóctone.
- EcoCaminhada com plantação de freixos

Na Semana da Floresta Autóctone, venha plantar a sua árvore no Paul de Tornada! Apareça em qualquer dia da semana (dentro do nosso horário) para a plantação.

5 de dezembro

- Dia Internacional do Voluntariado
- Limpeza de plantas à volta dos freixos

Venha ajudar o Paul!

Inscrição obrigatória

Apoios e parcerias



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

ASSOCIAÇÃO PATO
CEREA DO PAUL DE TORNADA

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

REPÚBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E ENERGIA

REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

DGEstE
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

direção-geral educação

GEOPARQUE OESTE

OFB
OFFICE FRANÇAIS DE LA BIODIVERSITÉ

MedWet

Forestry and Nature Conservation Agency,
Ministry of Agriculture



Conselhos Eco escolas dos Agrupamentos de escola das Caldas da Rainha

Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste

Escola Técnica Empresarial do Oeste

Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha

Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister.

Universidade de Aveiro

Equipa

Teresa Lemos ©, assessora técnica

- o **Carla Pacheco**, Professora em mobilidade estatutária para a dinamização dos projetos e atividades de educação ambiental para a sustentabilidade (EAS) do GEOTA

Helder Careto, Secretário Executivo e apoio técnico

Saúde Martins, Secretária de Direção e apoio de contabilidade

Programa Rios Livres

Objetivos

O Programa Rios Livres tem o objetivo de promover, proteger e reabilitar os ecossistemas ribeirinhos portugueses, facilitando o conhecimento, motivação, e ação pelos rios.

Resultados

Em Dezembro de 2025 o Programa Rios Livres finalizou projeto Rollin'Rivers- People, Knowledge and Action to Enhance River Restoration in Portugal, financiado pela DIMFE (Donors' Initiative for Mediterranean Freshwater Ecosystems, gerida pela Fundação Príncipe Alberto II do Mónaco).

Neste âmbito, foram concluídas em 2025 várias atividades, sendo de destacar:

- a avaliação da conectividade fluvial na sub-bacia do Alviela, enquanto sítio piloto para a estruturação de uma metodologia de ação replicável para outras escalas e contextos geográficos, em que foi feito o mapeamento e caracterização das barreiras à conectividade fluvial na bacia Hidrográfica do Alviela, tal como a priorização das barreiras relativamente ao seu potencial de remoção.
- o trabalho de participação pública com a população do Alviela.
- o desenvolvimento da intervenção de reabilitação fluvial no Rio Alviela, no troço de Sourinho.
- a estreia do documentário "Até à Última Gota", tal como a sua participação em festivais nacionais e internacionais, incluindo a atribuição de uma menção honrosa.
- a promoção da bolsa de jornalismo Gerador GEOTA, que culminou na reportagem "A profissão com nome de liberdade", sobre a profissão de guarda-rios
- a realização do Encontro Afluentes, uma iniciativa que constituiu um fórum multidisciplinar onde cientistas, jornalistas, ativistas e outros atores tiveram um palco privilegiado para a apresentação de dados, a troca de experiências e a discussão de temas relacionados com a reabilitação dos ecossistemas fluviais.

Em 2025, o programa rios livres finalizou o projeto "Restauro Fluvial como forma de ação climática – um processo participativo na bacia do Alviela", financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, e visando um trabalho participativo no rio Alviela em prol da ação climática e da inversão das tendências de aumento da escassez de água e do declínio da biodiversidade.





Destaca-se a remoção do açude do Sourinho, incluída no projeto Rollin'Rivers, e possível através do co-financiamento pelo Open Rivers Programme, através do projeto "Let Alviela Run – Sourinho's Dam Removal in Portugal".



Alviela conVida - Gente do Rio, é uma série de entrevistas que contam as histórias das comunidades ribeirinhas do Alviela, e que está disponível no Youtube.

Ressaltamos algumas das apresentações e formações realizadas em 2025:

- Green Week Alcanena - Apresentações
- Apresentação no 2.º Encontro Nacional para a Defesa dos Rios e da Água – ProTejo
- - "Restabelecimento da conectividade fluvial e remoção de barreiras obsoletas – Conceitos-chave e lacunas linguísticas no contexto da Estratégia da UE para a Biodiversidade", formação para a Comissão Europeia, EIPA – Instituto Europeu de Administração Pública
- IS Rivers 2025, Lyon – "Uma Metodologia para a Avaliação da Conectividade Fluvial: um estudo de caso no rio Alviela, Portugal"
- IS Rivers 2025, Lyon – «Promover o envolvimento da comunidade na remoção de pequenas barragens:
- abordagens participativas para a restauração no rio Alviela, Portugal", Lyon, França
- Palestras Alviela Com Vida - Festival MATERIAIS DIVERSOS
- Transboundary River Forum- "Cooperação transfronteiriça - uma ferramenta para mitigar os efeitos das alterações climáticas na Península Ibérica", Grécia
- Encontro AFLUENTES, Lisboa



Comunicação e Redes Sociais

Mantivemos uma presença constante nos meios de comunicação social regionais e nacionais, dando destaque às nossas atividades ao longo do ano através da emissão de 9 comunicados de imprensa sobre as atividades e opiniões do projeto. No total, fomos mencionados em 77 artigos, concedemos 7 entrevistas, fomos tema de 1 reportagem e, pela primeira vez, fomos convidados a escrever um artigo de opinião (no Dia Internacional dos Rios) para o jornal PÚBLICO. Alcançámos 45 meios de comunicação nacionais e 40 meios de comunicação regionais. Aumentámos a diversidade dos meios de comunicação e equilibrámos a distribuição entre os meios de comunicação regionais e nacionais.

Parcerias e apoios



materiais | diversos

iscte
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA



Equipa

Ana Catarina Miranda: © Bióloga, Doutorada em Ciências Naturais

Lígia Vaz de Figueiredo: Recursos hídricos, Restauro e Gestão Fluvial, Arquitecta Paisagista, Doutorada em Restauro e Gestão Fluvial

Regina Falcão: Comunicação e Marketing, Geóloga, pós-graduação em Riscos Naturais

Hugo Pegado: Especialista em SIG e Ordenamento do Território. Licenciado em Urbanismo pós-graduação em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica.

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA **Hélder Careto** e **Saúde Martins**

Eventos

A equipa Rios Livres participou em feiras, passeios, instalações artísticas e sessões informativas no âmbito do processo de participação pública do projeto Sourinho

A estreia do documentário «Até à última gota», na Fundação Caluste Gulbenkian, foi um grande sucesso, bem como as sessões de sensibilização e ciclos de debate temáticos sobre o documentário.

Organizámos, pela primeira vez, um evento nacional dedicado aos rios, que reuniu jornalistas, cientistas e organizações ambientais - **Encontro Afluentes.**

Participámos em 19 eventos (3 internacionais), tendo organizado 12 e coorganizado os restantes com parceiros. Estimamos que o projeto tenha alcançado mais de 3.500 pessoas, presencialmente no ano de 2025.



Programa Renature

Equipa

Miguel Jerónimo ©, Arquiteto Paisagista

João Rijo Madeira, Ciências da Comunicação, Comunicação e Marketing

Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista, Consultoria Científica

Objetivos

O programa Renature visa promover o restauro ecológico e a reflorestação de áreas ardidas em Portugal. Com os incêndios florestais surge a necessidade de restaurar a fertilidade do solo e melhorar o ciclo da água através da plantação de árvores autóctones, aumentando a cobertura vegetal de modo a proteger os solos desta área, a recuperar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. As ações dos projetos apoiam a resiliência ecológica e a adaptação ao clima, ao mesmo tempo que reduzem as vulnerabilidades aos incêndios florestais. Neste momento existem três projetos Renature em atividade – Monchique (2019), Leiria (2022) e Estrela (2023) – que se localizam na Serra de Monchique, na Mata Nacional de Leiria e no Parque Natural da Serra da Estrela, respetivamente.

Em 2025 o objectivo passou por dar continuidade aos projetos já existentes – Renature Monchique, Renature Leiria – e encontrar um novo financiador para o Renature Estrela, a Ecosia e uma nova área de intervenção, os Baldios de Verdelhos. Sendo os projetos plurianuais e tendo em conta que a campanha de reflorestação ocorre entre os meses de Outubro e Março, foram plantadas em 2025 cerca de 125 000 árvores autóctones na Serra de Monchique, 312 500 na Mata Nacional de Leiria e 20 000 no Parque Natural da Serra da Estrela

Resultados

Em 2025 o objetivo passou por dar continuidade aos projetos já existentes – Renature Monchique, Renature Leiria e Renature Estrela. Sendo os projetos plurianuais e tendo em conta que a campanha de reflorestação ocorre, anualmente, entre os meses de outubro e Março, foram plantadas em 2025 cerca de 120 000 árvores autóctones na Serra de Monchique, 300 000 na Mata Nacional de Leiria e 150 000 no Parque Natural da Serra da Estrela.



Para além das ações de reflorestação os projetos Renature tiveram também um impacto social e económico nas regiões em que se inserem pelo que conta com uma equipa de cerca de 35 trabalhadores (maquinistas, sapadores e plantadores) divididos pelas três áreas de intervenção e foram adquiridos local ou regionalmente, todas as plantas e materiais necessários aos mesmos. Complementar a esta estratégia, o GEOTA também desenvolveu uma campanha de consciencialização e educação junto das comunidades locais de modo a aprofundar a conservação desta paisagem, e a adoptar comportamentos responsáveis com vista à mitigação dos incêndios florestais. Foram realizadas 9 ações para as comunidades envolvidas em cada projeto que contaram com 320 participantes.

Projeto TerraSeixe

Equipa

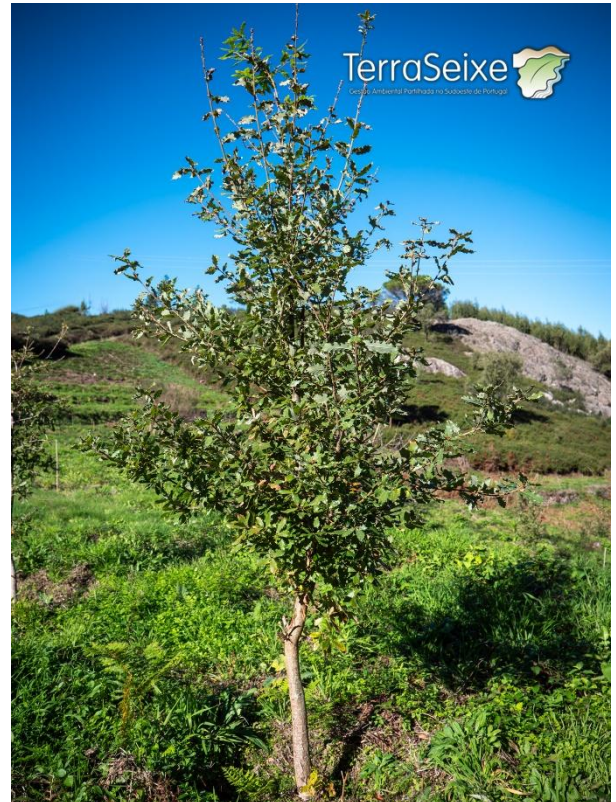
Miguel Jerónimo ©, Arquitecto Paisagista

João Rijo Madeira, Ciências da Comunicação,
Comunicação e Marketing

Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista,

Objetivos

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasceu de preocupações com a proteção e conservação de espécies endémicas, num contexto bio-geográfico particular, onde é possível identificar reservas de material genético, como é o caso do *Quercus canariensis*. O Projeto TerraSeixe está integrado na Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas existentes. Tendo como unidade de análise a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe (BHRS), que inclui parte dos municípios de Monchique, Aljezur e Odemira, entendida como paisagem multifuncional, o projeto prossegue uma abordagem socioecológica, no sentido de pretender envolver os diferentes stakeholders na sua implementação, pelo menos no âmbito local e



Resultados

No ano de 2025 teve lugar a conclusão das operações iniciadas em 2023 com o financiamento da Associação Viridia no que toca à conservação do carvalho-de-monchique, espécie com estado de conservação de Criticamente em Perigo segundo a Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal Continental. Os trabalhos ocorreram até Maio e tiveram como objectivo desenvolver um bosque de conservação da espécie mais emblemática da serra de Monchique, o carvalho-de-monchique (*Quercus canariensis*), numa área identificada com potencial para o seu desenvolvimento. Após a conclusão desta operação foi desenvolvida uma proposta de continuidade e expansão do projeto, dos atuais 20 hectares para 140 hectares, com financiamento multifundos a partir do programa Algarve2030, Associação Viridia e Município de Monchique, que será concluída e submetida em 2026.

Para além do carvalho-de-monchique este projeto também tem como alvos de conservação três habitats RN 2000 em estado de degradação e que estão presentes na área de intervenção: 9330 – Florestas de Sobreiro; 9260 – Florestas de Castanheiros; 8230 – Rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi-Veronicion dillenii*.

Outras atividades

O GEOTA desenvolve um conjunto vasto de atividades ligadas ao ambiente, as quais surgem, a maior parte das vezes, pela iniciativa voluntária dos seus associados/as.

Foram desenvolvidos projetos e atividades de menor dimensão, em termos de mobilização de recursos, mas que não deixam de ter a sua importância para o trabalho global da organização, ou serem mesmo fulcrais para o cumprimento da nossa missão.



Secretariado e logística

Através do secretariado e serviços:

Vai promover-se a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.

Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.

Apoio ao funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e de todos os outros programas e projetos do GEOTA.

Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.).

Consumo Sustentável

1) Comunicação

Informação generalizada sobre um consumo mais consciente e mais amigo do ambiente em várias áreas, como alimentação, vestuário, mobilidade etc. A informação foi divulgada através das redes sociais do geota e correio electrónico.

2) Água

Iniciativas para a divulgação das vantagens de beber água da torneira, em detrimento da água engarrafada, em colaboração com a EPAL.

3) Resíduos

Projecto de redução dos resíduos de plástico, vidro e papel na restauração. No mês de Novembro foi efectuada uma reunião com elementos da AHRESP para delinear a estratégia de contacto e comunicação com os cafés e restaurantes.

Equipa

Patrícia Tavares ©, Patrícia Veloso

Energia e Clima

Diversas intervenções na comunicação social e participações nas reuniões do Grupo de Trabalho de Energia e Clima do EEB e do grupo de trabalho de renováveis offshore do Seas at Risk.

Acompanhamento da política energética, em especial do PNEC2030, do Plano Social para o Clima, dos planos de investimento nas redes de gás e dos impactes de projetos energéticos como as centrais solares e as minas de lítio.

Equipa

Miguel Sequeira © João Joanaz de Melo, Patrícia Tavares, Helder Careto

Mobilidade e Transportes

Em 2025 fez-se o acompanhamento das políticas de mobilidade, em especial o Plano Ferroviário, o novo aeroporto de Lisboa (com outras associações) e os transportes na Área Metropolitana de Lisboa.

Desenvolvimento do "plano ferroviário para todos" e planeamento de workshop público.

Participou-se em diversas reuniões e foram prestados contributos para posições do GEOTA principalmente sobre três dossiers:

- - O novo aeroporto de Lisboa;
- - O Plano ferroviário nacional;
- - Os transportes na Área Metropolitana de Lisboa.

Equipa

Joanaz de Melo, Patrick Gugg, Pedro Costa

GEOTALINE

Manutenção do canal de comunicação aos associados com uma edição de 22 números, uni temáticos, para a divulgação de posições ou eventos do GEOTA.

Na figura em baixo está representada a distribuição temática das edições.

(ver anexos GEOTALINE)

Equipa:

Coordenação: Saúde Martins@

Colaboração: Helder Careto

GEOTA à Lupa

Lançamento de uma nova newsletter mensal, com 4 números editados a partir de setembro 2025.

Equipa:

Coordenação: Helder Careto

Colaboração: João Rijo Madeira, Américo de Abreu Ferreira

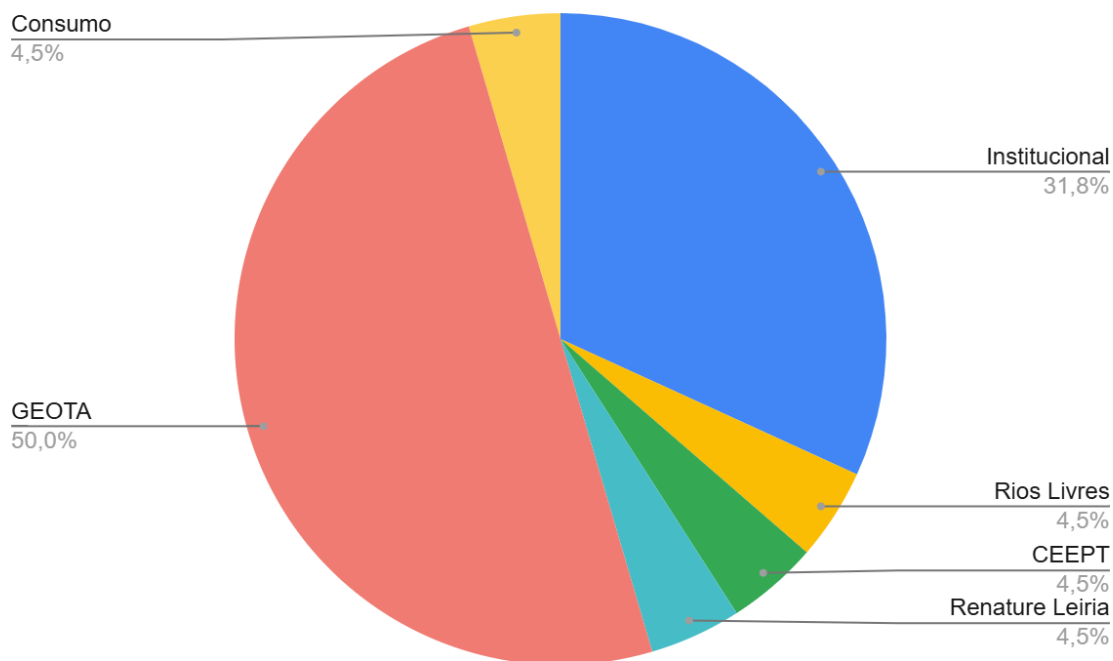


Gráfico – distribuição de temas do GEOTALINE em 2025

Conversas à volta da Terra - Ciclo de Debates Temáticos

Foi iniciado em setembro de 2025 um ciclo de 11 webinars temáticos visando, por um lado, aproveitar os contributos voluntários de um conjunto de peritos e voluntários associados e amigos do GEOTA e dos nossos parceiros para ações de capacitação e formação destinadas a vários públicos, com o programa de 2025 que se segue:

- 9 setembro "Os grandes desafios ambientais da nossa era", com João Joanaz de Melo (GEOTA/Nova FCT) (56 participantes)
- 24 setembro "Projeções de Seca para a Península Ibérica", com João António Martins Careto (GEOTA /Instituto D. Luiz) (44 participantes)
- 9 outubro "Desafios para uma transição energética justa em Portugal" com Miguel Macias Sequeira (GEOTA/Nova FCT) (30 participantes)
- 22 outubro " Política de Solos e Ambiente", com Pedro Bingre (LPN/ESAC) (44 participantes)
- 29 outubro "Os direitos de informação e de participação: de direitos constitucionais a dormens jus (parte 1)", com Fernando Neves Carvalho (ADAPA/Advogado) (43 participantes)
- 4 novembro " Plano Nacional de Restauro da Natureza, com Miguel Branquinho (GEOTA / Autóctonas) (33 inscritos)
- 21 novembro "Os direitos de informação e de participação: de direitos constitucionais a dormens jus (parte 2)", com Fernando Neves Carvalho (ADAPA/Jurista) (18 participantes)
- 25 novembro "Todos Juntos pelo Litoral com o projeto Coastwatch - Celebração do Mês do Mar" com Carla Pacheco (15 participantes)
- 26 novembro "Webinar "Participação pública em projetos de energias renováveis e benefícios para as comunidades: Desafios em Portugal" com EEB, GEOTA, PALOMBAR, ZERO, QUERCUS, LPN (56 participantes)
- 4 dezembro "Centros de recuperação de animais selvagens" com Carolina Nunes - Coordenadora dos Centros de Recuperação da Quercus (25 participantes)
- 16 dezembro "Carvalho-de-Monchique, ciência e ação pela árvore mais ameaçada em Portugal " com Miguel Jerónimo (GEOTA) (40 inscritos)

Conseguimos parceria com as seguintes organizações: CIDAMB, Netherlands Helsinki Committe, European Centre for Not-to-Profit Law (nas ações até março 2026), Centro Oeste-CFAE, LPN, Quercus, BIOTA, ISCTE, UNI Madrid, APA, C.M. Santarém, C.M.Alcanena, ESE IPB.

Equipa

Helder Careto ©, João Rijo Madeira, Américo de Abreu Ferreira, Carla Pacheco, oradores e formadores nas ações.



Programa Educativo do GEOTA

O GEOTA promove e desenvolve, desde a sua formação, programas e projetos e atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental para a sustentabilidade, de âmbito nacional, direcionados a toda a comunidade escolar (privilegiando sempre a educação inclusiva) e público em geral. Possui, por isso, experiência adquirida que vai pondo em prática nos projetos em que se envolve.

O [Programa Educativo do GEOTA - "Mãos à Obra pela Natureza"](#) contempla um conjunto de atividades de educação e cidadania ambiental, a pensar em toda a população escolar, em ecossistemas naturais e nas salas de aulas/espacos escolares. O Programa Educativo do GEOTA aproxima os alunos da Natureza, através de visitas, oficinas e projetos de continuidade para crianças, jovens, adultos e famílias.

O GEOTA tem uma professora em mobilidade ao abrigo do protocolo entre os Ministérios da Educação, Ambiente e Ação Climática que coordena e dinamiza as atividades de educação ambiental que desenvolvemos.

Projeto Coastwatch - Saídas de campo com monitorização ambiental das zonas costeiras e a recolha de lixo marinho e sessões online. **Destinatários:** Ensino Básico, Profissional, Secundário, Universitário e público em geral.

Projeto "Os Insetos são nossos Amigos" - dinamização das Oficinas Bzzatividades nas Escolas, em sala e no espaço exterior e sessões online. **Destinatários:** Educação Pré-escolar e Ensino Básico.

Geração Rewilding - Programa de educação, ciência e voluntariado ambiental a desenvolver em espaços naturais, com atividades de renaturalização, plantação e manutenção de árvores e arbustos autóctones e monitorização dos seres vivos. **Destinatários:** 3º ciclo do Ensino Básico, Ensino secundário, profissional e universitário. Jovens voluntários.

Serviço Educativo do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista - Atividades de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para toda a comunidade (parceria com Associação PATO).

Equipa:

Teresa Lemos, Carla Pacheco



Movimento Ambiental

Seguindo o princípio "Aposta no associativismo" o GEOTA tem defendido, desde sempre uma filosofia "em rede" para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Mantemos assim cordiais relações com um grande número de organizações do movimento associativo de ambiente, plataformas e associações de coletivos e movimentos de cidadãos, que procuramos apoiar institucionalmente e também de forma prática.

Dessas estruturas, formais e informais, orgânicas e inorgânicas, recebemos também apoio e reconhecimento, notoriedade e outras vantagens no acompanhamento das causas que defendem.



O GEOTA mantém relações institucionais e protocolos de colaboração com muitas organizações congêneres, estruturadas de forma individual, associações de coletivos, plataformas ou outro tipo de estruturas mais ou menos formais:

- ATTCEI,
- Agência Oeste Sustentável,
- CPADA,
- C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO,
- CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental,
- CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza,
- EEB/BEE – European Environmental Bureau,
- Mediterranean Alliance for Wetlands,
- #MOVRIODOURO,
- PASC CC – Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania,
- Plataforma de ONGA contra o aeroporto do Montijo,
- PONG Pesca,
- Movimento ProTejo,
- Plataforma Oceano Livre,
- Seas At Risk
- e outras.

Na páginas a seguir densifica-se um pouco mais a informação relacionada com o trabalho junto ou nessas organizações e plataformas, sem pretensões de exaustividade.

Plataformas e Organismos

ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2025 garantiram-se as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos, bem como o reforço das parcerias em torno de projetos concretos.

(vd. Representações do GEOTA em 2025)

URL: <http://attcei.org>

Helder Careto

(atualmente, o Presidente da Direção desta ONG)

Agência Oeste Sustentável

Seguimento dos trabalhos da Agência, com reuniões regulares e participação na Assembleia Geral, procurando também o desenvolvimento de parcerias com a organização.

Américo de Abreu Ferreira

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Temos apenas participado em candidaturas para representação das ONGA em organismos.

Helder Careto

Américo de Abreu Ferreira

Assegurámos uma representação no ENADA.

(vd. Representações do GEOTA em 2025)

URL: <https://www.cpada.pt/pt/>

C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO

Fez-se o seguimento dos trabalhos, com reuniões mensais (vd. Representações do GEOTA em 2025).

Helder Careto

Américo de Abreu Ferreira

Miguel Sequeira

A coordenação do C7 é rotativa em 2025 e competiu, neste ano, à Quercus.

As posições conjuntas encontram-se listadas (vd. Lista de Posições 2025).

CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental

A CIDAMB é uma associação de ONGA fundada em 2000. Em 2022 foi decidido recuperar a associação visando o apoio jurídico e técnico às suas associadas.

Encontra-se ainda em processo de revisão estatutária e a reiniciar as suas atividades.

Conseguiu-se, em 2025, manter o estatuto de ONGA.

A Direção tem reunido de forma regular, mensalmente. Em 2025 a CIDAMB subscreveu várias posições conjuntas ao nível nacional e internacional.

O CIDAMB iniciou, com a parceria do GEOTA e da Quercus, um ciclo de formação denominado Mesas Redondas à Volta da Terra.

(vd. Representações do GEOTA em 2025)

URL: <https://www.facebook.com/CIDAMBCidadaniaAmbiental/>

Em representação do
GEOTA: Helder Careto
(Presidente da Direção)

Gabriel Goucha (Vogal da
Direção)

Miguel Cunha Duarte
(Presidente da Mesa da
Assembleia Geral)

Américo de Abreu Ferreira
(Vogal do Conselho Fiscal)

CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza

O CIDN está em desativação há alguns anos, mas as suas associações têm assegurado algumas ações. O GEOTA tem acompanhado todo o processo, junto com as outras organizações que compõem essa associação de coletivos e tem participado nas reuniões da Assembleia Geral da CIDN (14 de abril) e nos órgãos sociais.

Helder Careto
(Direção)

EEB/BEE – European Environmental Bureau

Grupos de trabalho: Manutenção e alargamento das representações nos grupos de trabalho europeus e eventos associados. Divulgação de informação e participação nas campanhas a nível internacional.

Participámos em reuniões do grupo de trabalho de Clima e Energia, na conferência anual e na assembleia geral da organização, a 20 de maio.

Desenvolvemos também uma Mesa Redonda em conjunto com as organizações nacionais do EEB no dia 26 de novembro "Participação pública em projetos de energias renováveis e benefícios para as comunidades: Desafios em Portugal" com EEB, GEOTA, PALOMBAR, ZERO, QUERCUS, LPN.

URL: <https://eeb.org>

Helder Careto
Miguel Sequeira

Mediterranean Alliance for Wetlands

O GEOTA aderiu a esta plataforma europeia de ONGA no seguimento da conferência RIVERS 2021 em Lisboa.

O principal objetivo será construir um projeto conjunto ao nível mediterrânico para a conservação e desenvolvimento de comunidades sustentáveis em torno de zonas húmidas.

Representação nos principais eventos da organização em 2025.

Temos participado em assembleias gerais, no Steering Committee (21/03).

URL: <https://medallianceforwetlands.org>

Helder Careto
Teresa Lemos
Ana Catarina Miranda
Lígia Figueiredo

#MOVRIODOURO

Acompanhamento dos trabalhos da plataforma

URL:

www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjN7-P_1LmMAxU3IYkEHWshAUqQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.movriodouro.pt%2F&usq=AOvVaw0qWbmxW3tXvUdPtG33y2Vs&opi=89978449

Ana Catarina Miranda
Lígia Figueiredo

PASC CC – Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania

Acompanhamento ao nível da Mesa da Assembleia Geral dos eventos institucionais dessa plataforma de organizações da sociedade civil.

URL: <https://pasc.pt>

Marlene Marques
(presidente da Mesa da
AG)

João Joanaz de Melo
(suplente-presidente da
Mesa da AG)

Plataforma de ONGA contra o aeroporto do Montijo

A plataforma constituída por 9 ONGA (GEOTA, Quercus, ZERO, SPEA, FAPAS, LPN, A Rocha, Almargem, ANP/WWF) tem desenvolvido ações de contestação, pressão e contencioso que começaram desde a decisão pelo governo de escolher a BA6 no Montijo para a localização do novo aeroporto de Lisboa.

Esta plataforma não teve atividade significativa em 2025.

João Joanaz de Melo

ProTejo

O GEOTA manteve a representação neste movimento, mantendo um contacto muito próximo com os porta-vozes da plataforma.

URL: <https://movimentoprotejo.blogspot.com>

Ana Catarina Miranda
Lígia Figueiredo

Seas At Risk

Manutenção da representação em eventos, grupos de trabalho específicos e na assembleia geral.

O GEOTA subscreveu todas as posições conjuntas participadas pelo SAR (ver Lista de Posições 2025)

URL: <https://seas-at-risk.org>

Helder Careto
Miguel Sequeira
Teresa Lemos

CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)

Seguimento dos trabalhos do organismo.

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA desde 2017, por proposta do GEOTA. Reconduzido em para o período 2024-2027.

Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação

Acompanhamento dos trabalhos do organismo

Não houve reuniões em 2025.

Miguel Jerónimo (E)

João Branquinho (S)

Conselho Superior de Obras Públicas

Seguimento dos trabalhos do organismo.

João Joanaz de Melo representou o CNADS

Conselho Nacional da Água (CNA)

Seguimento dos trabalhos do organismo.

Plenário: João Joanaz de Melo (E)

Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)

Seguimento dos trabalhos do organismo.

Representantes das ONGA eleitos em 2022, proposta GEOTA: J. Joanaz de Melo (E), Irina Gomes (S)

Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*)

Seguimento dos trabalhos do organismo.

Representantes das ONGA eleitos em 2020, proposta LPN-GEOTA-FPE-GPS: J. Joanaz de Melo (E), Pedro Alves e Fernando Pires (S)

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT)

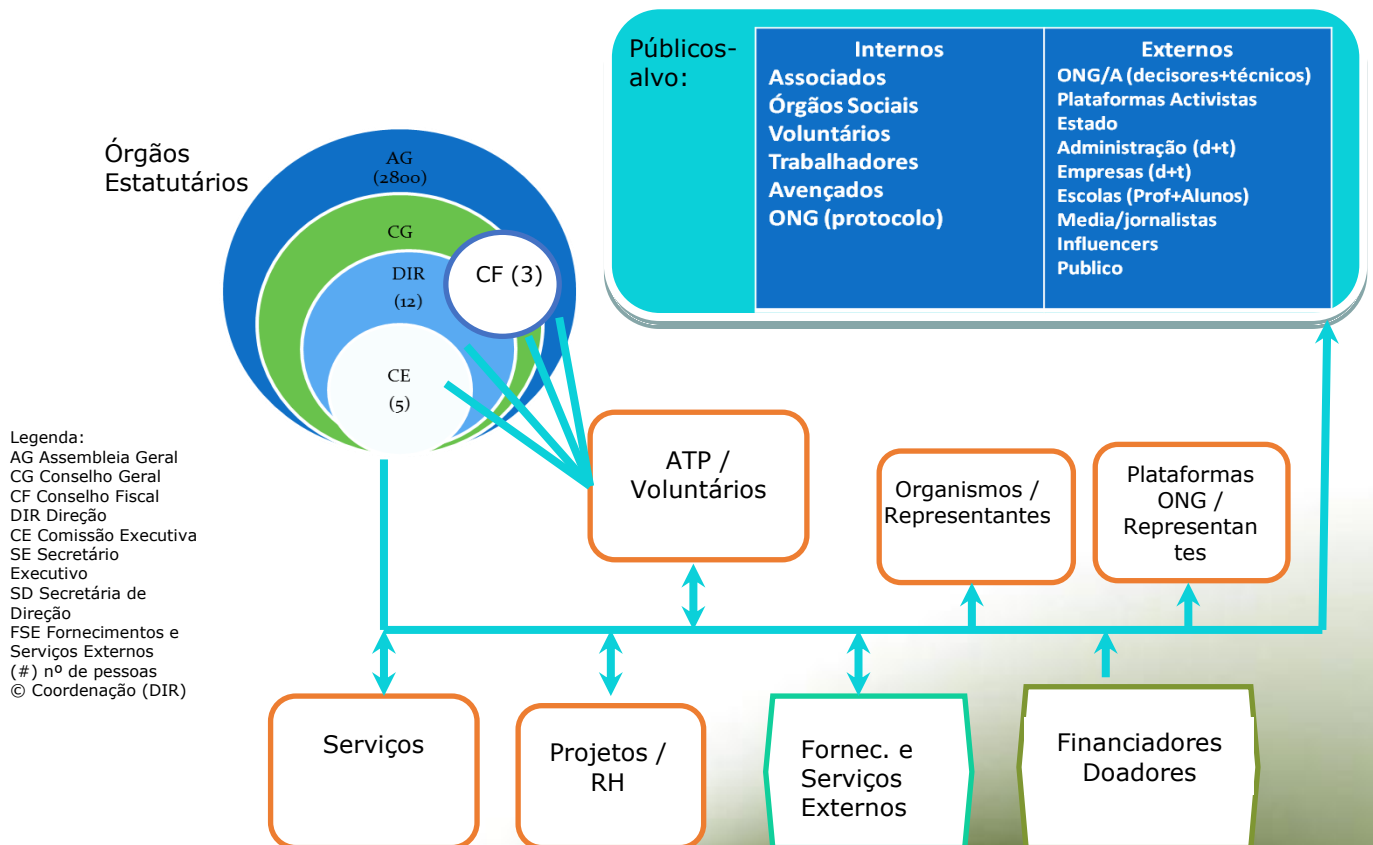
Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Diretiva RNLPT.

Teresa Lemos

(Representação do GEOTA)

Organograma do GEOTA

Apresenta-se, de forma simplificada, na figura em baixo.



Os nossos dirigentes

Órgãos Sociais do GEOTA para o Biénio 2024-2025

Mais informação em <https://www.geota.pt/o-geota>

Comissão Executiva (desde 30 novembro 2024)

Presidente: Américo de Abreu Ferreira	Em 2025 a Comissão Executiva reuniu com uma periodicidade semanal, aproximadamente.
Tesoureiro: João Manuel Gonçalves Serra Grilo	
Vice-presidente: Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha	
Vice-presidente: Miguel Macias Marques Sequeira	
Vogal: Olga Romão Branco	
António Miguel Portugal Galvão	

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo	Ocorreram 2 reuniões da Assembleia Geral em 2025
Vice-presidente: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques	
Secretário: Pedro Campos Rodrigues da Costa	
Suplente: Regina Maria Carrilho Falcão	

Conselho Fiscal

Presidente, João Carlos Dias Coelho	O órgão reuniu para o cumprimento das suas funções estatutárias e regulamentares.
Vogal, Maria Isabel Lopes Moura	
Vogal, Manuel José Lucas Claro	
Suplente: Maria da Conceição Costa Martins (até 14 de maio de 2025)	

Direção

A Direção é constituída pelos membros da Comissão Executiva e pelos coordenadores de Área de Trabalho e Projetos (ATP)

Foram realizadas reuniões com uma periodicidade mensal

Conselho Geral

O conselho Geral é constituído Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: Não se realizaram reuniões deste órgão em 2025.

ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, Oikos Leiria, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

Os nossos trabalhadores

Promoveram, durante 2025, a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Asseguraram o melhor desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.

Asseguraram o Secretariado Administrativo e técnico e despacho da Comissão Executiva e Direção.

Garantiram o funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada.

Apoiaram o desenvolvimento de candidaturas a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.).

contribuíram para o desenvolvimento dos principais projetos e programas.

Asseguraram as representações em organismos, plataformas e junto de outras entidades.

Asseguraram o apoio à comunicação interna e externa do GEOTA.



Helder Careto
Breve Bio

Engenheiro do Ambiente, Secretário Executivo do GEOTA desde 1993, ligação aos órgãos de gestão, coordenação de projetos e apoio técnico e logístico. Representação do GEOTA junto de outras organizações.



Saúde Martins
Breve Bio

Curso médio de contabilidade, secretária de Direção do GEOTA desde 1991, apoio, atendimento, controlo financeiro e contabilístico.



Teresa Lemos
Breve Bio

Assessora Técnica do GEOTA desde 2002. Membro da Direção do GEOTA, em representação do Centro Ecológico Educativo e do Projeto CW, destacando-se nas suas atividades, a gestão do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, o desenvolvimento de projetos de EAS, valorização ambiental e desenvolvimento de atividades educação ambiental, a participação no Conselho Diretivo da Reserva Natural Local do Paul de Tornada.



Carla Pacheco
Breve Bio

Professora de Biologia e Geologia. Mestre em Ciências da Terra e da Vida, ao serviço do GEOTA, pelo 6º ano consecutivo, em regime de destacamento, sob as tutelas ministeriais da Educação e do Ambiente. Coordena e dinamiza projetos em articulação com ONGs, integra a "Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental". Coordenadora pedagógica do Projeto CW e do Serviço Educativo do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista.

n



Miguel Jerónimo **Breve Bio**

Arquiteto Paisagista formado na Universidade de Lisboa. Ainda durante o seu tempo na universidade fez voluntariado em projetos de educação ambiental. Membro da Direcção do GEOTA e coordenador dos projectos TerraSeixe e Renature Monchique, Renature Leiria e Renature Estrela. Entre 2014 e 2017 foi Vereador na Câmara Municipal de Vila de Rei.



Catarina Miranda **Breve Bio**

L. Biologia (2005, FCUL), mestre em Matemática Aplicada às Ciências Biológicas (2008, ISA), doutorada em Ciências da Natureza (2014, Instituto Max-Planck para a Ornitologia, Universidade de Constança, Alemanha). Professora e investigadora na pós-graduação em Biodiversidade e Conservação da Universidade Federal do Maranhão, Brasil (2014-2018) e na pós-graduação em Neurociências e Comportamento da Universidade Federal do Pará, Brasil (2018-2024). Integrou o GEOTA em 2021 como coordenadora do projeto Rios Livres.



Ligia Figueiredo **Breve Bio**

Arquiteta Paisagista, mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental e é doutoranda em Restauro e Gestão Fluvial. Integra a equipa do projeto Rios Livres do GEOTA como especialista em Recursos Hídricos, Políticas Ambientais e Agricultura



Hugo Pegado **Breve Bio**

Urbanismo e Ordenamento do Território, pós-graduação em e Ciência e Sistemas de Informação Geográfica. Integra a equipa do projeto Rios Livres do GEOTA como especialista em SIG, Ordenamento do Território projeto de obra.



Regina Falcão **Breve Bio**

Geóloga, designer gráfica e Web. Responsável pela comunicação no programa Rios Livres

Anexos

[ANEXO 1 – LISTA DE POSIÇÕES 2025](#)

[ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2025](#)

[ANEXO 3 – GEOTALINE – lista de edições](#)

[ANEXO 4- LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS EXTERNOS- 2025](#)

[ANEXO 5- LISTA DE EVENTOS DO GEOTA – 2025](#)

[ANEXO 6 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2025](#)

[ANEXO 7 - GEOTA na Rede em 2025](#)

ANEXO 1 – LISTA DE POSIÇÕES 2025

Data	Título	Origem
6jan.2025	Urbanização em solos rústicos Um retrocesso de décadas, assente em falsos álibis - carta conjunta	vários
7jan.2025	comunicado de Imprensa GEOTA questiona elevado número de centrais solares no Alqueva	GEOTA
16jan.2025	Joint Position for an EU Plant-Based Action Plan	European Vegetarian Union (subscrita por centenas de ONG europeias)
10jan.2025	Urbanização em solos rústicos Um retrocesso de décadas, assente em falsos álibis	Rede H e outras
23jan.2025	CI Tribunal dá razão às ONGA no Pisão	C7
23jan.2025	joint letter on nuclear: Call for massive renewable investments, reject new nuclear projects, and address liability concerns	vários
29jan.2025	Ambientalistas unem-se pela revogação da alteração à política dos solos e pedem audiência ao Presidente da República	vários
1fev.2025	Parecer sobre "Estudo da Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste"	GEOTA
19fev.2025	Letter Recommendations for the Vision for Agriculture and Food	BirdLife, EEB, Greenpeace, WWF
8mar.2025	Parecer à consulta pública no âmbito da expansão do MTS	GEOTA
10mar.2025	letter under Article 3.2 of the Ramsar Convention, requesting the opening of a case contra a linha de Muito Alta Tensão na Camargue	WI, MAW
18mar.2025	Carta Aberta sobre a Lagoa dos Salgados	vários
26mar.2025	GEOTA alerta para impactos cumulativos de centrais solares no Divor	GEOTA
27mar.2025	Por uma mobilidade mais sustentável entre as margens do Tejo,	Vários
5abr.2025	C7 Legislativas 2025 - prioridades ambientais	C7
22abr.2025	Mensagem de Raimundo Quintal sobre a Carta Encíclica LAUDATO SI	Raimundo Quintal
24abr.2025	Subscreva o Parecer do GEOTA sobre a Gestão da Água	GEOTA
29abr.2025	GEOTA exige reforço da aposta na eficiência energética e na produção descentralizada de energias renováveis para maior resiliência do abastecimento de eletricidade	GEOTA
2mai.2025	CI Não foi anulada a decisão positiva que travou o avanço da Barragem do Pisão	GEOTA, FAPAS, Quercus, SPEA, ZERO, WWF
6mai.2025	GEOTA alerta para que o Mercado de Carbono Voluntário pode financiar plantações de eucalipto e comprometer sustentabilidade florestal	GEOTA
20mai.2025	Deep-Sea Mining Declaration and UNOC	SAR+vários
10jun.2025	Parecer à consulta pública da Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do projeto da "Complexo Solar Fotovoltaico do Sado, 600 MW"	GEOTA
30jun.2025	Projeto de Desflorestação da Área 1A3 da Zona Industrial e Logística de Sines	GEOTA
28jul.2025	Comunicado de imprensa sobre projetos de energia renovável no Algarve	C7
13out.2025	CI Parecer da ERSE dá razão aos alertas do GEOTA sobre investimento excessivo nas redes de gás	GEOTA
15out.2025	Carta aberta sobre a gestão do território e prevenção de incêndios	GEOTA
16out.2025	PATH COP30 Open Letter Join more than 100 organisations from over 40 countries calling for national governments to make walking and cycling central to climate commitments ahead of COP30	PATH+100 organizações
21out.2025	Carta Aberta - contra anunciada fusão/extinção do ICNF	vários
13 nov.2025	Parecer Plano Social para o Clima 2026-2032	Vários
20nov.2025	Parecer central solar Sophia	GEOTA
26nov.2025	MP confirma ilegalidades da Barragem do Pisão e apoia associações ambientais	GEOTA, LPN, QUERCUS, ZERO, SPEA
18dez.2025	joint letter for a precautionary pause on deep sea mining	Vários

Foram emitidas 33 posições em 2025.

ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2025

Lista não exaustiva

Data	Meio	Link	Título
Janeiro			
4	RTP2	https://www.rtp.pt/play/p14287/e820240/biosfera	Desejos para 2025
4	Instagram Biosfera, Faroldeideias	https://www.instagram.com/p/DEXvzWdoO5S/	Desejos para 2026
7	Greensavers	https://greensavers.sapo.pt/geota-questiona-elevado-numero-de-centrais-solares-no-alqueva/	GEOTA questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	Ambiente Magazine	https://www.ambientemagazine.com/geota-questiona-elevado-numero-de-centrais-solares-planeadas-para-o-alqueva/	GEOTA questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	Ambiente online	https://www.ambienteonline.pt/noticias/geota-questiona-elevado-numero-de-centrais-solares-no-alqueva	GEOTA questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	Lusa	https://www.lusa.pt/national/article/2025-01-07/44181891/geota-alerta-para-impactes-do-elevado-n%C3%BAmero-de-centrais-solares-no-alqueva	GEOTA questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	Sapo	https://24.sapo.pt/noticias/geota-alerta-para-impactes-do-elevado-numero-677d4eed1311c0663bb1f50b	GEOTA questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	O Atual	https://www.oatual.pt/noticias/geota-alerta-para-impactes-do-elevado-numero-de-centrais-solares-no-alqueva	GEOTA questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	Observador	https://observador.pt/2025/01/07/grupo-de-estudos-de-ordenamento-do-territorio-e-ambiente-alerta-para-impactes-do-elevado-numero-de-centrais-solares-no-alqueva/	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente questiona o elevado número de centrais solares planeadas no Alqueva
7	The Portuguese News	https://www.theportugalnews.com/news/2025-01-08/warning-of-impact-of-solar-farm/94742	Warning of impact of solar farm
9	Antena 1	https://www.rtp.pt/play/p470/e821482/portugal-em-direto	Centrais solares de Alqueva geram dúvidas e preocupações
9	Público	https://www.publico.pt/2025/01/08/azul/noticia/geota-alerta-impacte-cumulativo-quatro-novas-centrais-solares-alqueva-2118015	Falta avaliar o impacto cumulativo de 4 novas centrais no Alqueva
9	Smart Cities	https://smart-cities.pt/ambiente/ambientalistas-alertam-para-impacte-do-elevado-numero-de-centrais-solares-no-alqueva-2025-1-8/	Ambientalistas alertam para impacto do “elevado número” de centrais solares no Alqueva
17	Euroactiv	https://www.euractiv.com/section/eet/news/portugal-turns-its-back-on-nature-restoration-with-new-building-law/	Portugal turns its back on nature restoration with new building law
23	Publico	https://www.publico.pt/2025/01/23/azul/noticia/tribunal-anula-declaracao-impacte-ambiental-barragem-pisao-2119833	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
23	RTP online	https://www.rtp.pt/noticias/economia/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao-no-alentejo_n1629365	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
23	Jornal Alto Alentejo	https://jornalaltoalentejo.sapo.pt/tribunal-anulacao-da-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao-e-quercus-garante-que-a-obra-ja-nao-pode-avancar/	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão e garante que a obra não pode avançar

Data	Meio	Link	Título
23	Radio Portalegre	https://radioportalegre.pt/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-para-barragem-do-pisao/	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
23	Notícias ao Minuto	https://www.noticiasao minuto.com/pais/2713316/quercus-aplaude-decisao-judicial-sobre-barragem-do-pisao-e-promete-luta	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
23	ZERO	https://zero.org/noticias/tribunal-da-razao-as-onga-na-barragem-do-pisao-e-anula-a-declaracao-de-impacte-ambiental/#:~:text=O%20Tribunal%20Administrativo%20e%20Fiscal,a%20averbar%20no%20TUA%20a	Tribunal dá razão às ONGA na Barragem do Pisão e anula a Declaração de Impacte Ambiental
23	Diário Digital	https://www.diariodigitalcastelobranco.pt/noticia/67703/castelo-branco-tribunal-administrativo-anula-declaracao-ambiental-para-barragem-do-pisao	Castelo Branco: Tribunal Administrativo anula Declaração Ambiental para Barragem do Pisão - Crato
23	Antena Livre	https://www.antenalivre.pt/regiao/decisao-do-tribunal-nao-abranda-empenho-dos-autarcas-em-construir-barragem-do-pisao	Alto Alentejo: Decisão do tribunal «não abranda» empenho dos autarcas em construir Barragem do Pisão
23	Norte Alentejo	https://nortealentejo.pt/2025/01/23/quercus-aplaude-decisao-judicial-sobre-barragem-do-pisao-e-promete-manter-luta/	Quercus aplaude decisão judicial sobre Barragem do Pisão e promete manter luta
23	Rádio Elvas	https://radioelvas.com/2025/01/23/obra-da-barragem-do-pisao-nao-avanca-apos-tribunal-anular-declaracao-de-impacte-ambiental/	Obra da Barragem do Pisão não avança, após tribunal anular Declaração de Impacte Ambiental
23	Lusa	https://www.lusa.pt/article/44278035/tribunal-anula-declara%C3%A7%C3%A3o-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pis%C3%A3o-no-alentejo	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão no Alentejo
23	Televisão do Sul	https://televisaodosul.pt/barragem-do-pisao-tribunal-anula-impacte-ambiental/	Barragem do Pisão: Tribunal anula impacto ambiental
23	Radio Elvas	https://radioelvas.com/2025/01/23/cimaa-ira-recorrer-da-decisao-do-tribunal-que-impede-avanco-da-obra-da-barragem-do-pisao/	CIMAA irá recorrer da decisão do tribunal que impede avanço da obra da Barragem do Pisão
23	Diana FM	https://www.dianafm.com/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao/	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
23	Ambienteonline	https://www.ambienteonline.pt/noticias/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da barragem do Pisão
23	Sul Informação	https://www.sulinformacao.pt/tag/barragem-do-pisao/	tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão no Alentejo
23	CNN	https://cnnportugal.iol.pt/barragem-do-pisao/alentejo/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao/20250123/67922c90d34e3f0bae9989cc	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
23	Esquerda.net	https://www.esquerda.net/artigo/nova-lei-dos-solos-tem-parecer-negativo-do-conselho-nacional-do-ambiente/93619	Nova lei dos solos tem parecer negativo do Conselho Nacional do Ambiente
23	SIC Notícias	https://sicnoticias.pt/pais/2025-01-23-video-lei-dos-solos-esta-alteracao-nao-vai-resolver-nada-e-e-inutil.-so-vai-prejudicar-c32a6faa	Lei dos solos: "Esta alteração não vai resolver nada e é inútil. Só vai prejudicar"
23	SPEA	https://spea.pt/imprensa/ambientalistas-unem-se-pela-revogacao-da-alteracao-a-politica-dos-solos-e-pedem-audiencia-ao-presidente-da-republica/	Ambientalistas unem-se pela revogação da alteração à política dos solos e pedem audiência ao Presidente da República
23	LPN / Instagram	https://www.instagram.com/lpnatureza/p/DFKiTxONI1k/	Ambientalistas unem-se pela revogação da alteração à política dos solos e pedem audiência ao

Data	Meio	Link	Título
			Presidente da República.
23	Sapo	https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/organizacoes-ambientalistas-pedem-revogacao-da-alteracao-a-lei-dos-solos	Organizações ambientalistas pedem revogação da alteração à lei dos solos
23	SPECO / X	https://x.com/PortugalEcology/status/1882380229534216560	A SPECO está entre as associações ambientalistas que se uniram pela revogação da alteração à política dos solos e pedem audiência ao Presidente da República
23	Publico	https://www.publico.pt/2025/01/23/azul/noticia/ambientalista-s-unidos-nova-politica-solos-unica-solucao-revogacao-2119844	Ambientalistas unidos contra nova política dos solos: "A única solução é a revogação"
23	Expresso	https://expresso.pt/sociedade/2025-01-23-lei-dos-solos-e-inutil-para-fins-propostos-e-coloca-em-risco-pessoas-bens-e-ecossistemas-alertam-ambientalistas-d796a44f	'Lei dos solos' é "inútil" para fins propostos e "coloca em risco pessoas, bens e ecossistemas", alertam ambientalistas
23	SPECO / FB	https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=1020688486765505&id=100064730886205&_rd=1	A SPECO está entre as associações ambientalistas que se uniram pela revogação da alteração à política dos solos e pedem audiência ao Presidente da República.
23	CNN	https://cnnportugal.iol.pt/parlamento/lei-dos-solos/parlamento-recusa-revogar-polemica-lei-para-solos-rusticos/20250124/6793965dd34ef72ee44165f3	Parlamento recusa revogar polémica lei para solos rústicos
23	RTP	https://www.rtp.pt/noticias/pais/parlamento-debate-polemica-lei-dos-solos_n1629542	Parlamento debate polémica "lei dos solos"
23	RTP	https://www.rtp.pt/noticias/economia/organizacoes-ambientalistas-unidas-contra-alteracoes-a-lei-dos-solos_v1629509	Organizações ambientalistas unidas contra alterações à Lei dos Solos
23	Observador	https://observador.pt/2025/01/23/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao-no-alentejo/	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão no Alentejo
23	Magazine	https://www.ambienteonline.pt/noticias/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão no Alentejo
23	Sapo	https://sapo.pt/artigo/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao-no-alentejo-68ae91bc4db0a1bfc2a38f6e	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão no Alentejo
23	Rádio Campanário	https://www.radiocampanario.com/tribunal-anula-declaracao-de-impacte-ambiental-da-barragem-do-pisao/	Tribunal anula Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão
24	Agroportal	https://www.agroportal.pt/barragem-do-pisao-tribunal-anula-declaracao-de-impacto-ambiental-e-da-razao-a-associacoes-ambientalistas/	Barragem do Pisão: Tribunal anula declaração de impacto ambiental e dá razão a associações ambientalistas
24	SIC Notícias	https://sicnoticias.pt/pais/2025-01-24-video-barragem-do-pisao-tribunal-anula-declaracao-de-impacto-ambiental-e-da-razao-a-associacoes-ambientalistas-6ea1d3f1	Barragem do Pisão: Tribunal anula declaração de impacto ambiental e dá razão a associações ambientalistas
27	Jornal das Caldas	https://jornaldascaldas.pt/2025/01/27/campanha-pelas-zonas-humidas-no-paul-de-tornada/	Campanha pelas zonas húmidas no Paul de Tornada
29	Alentejo Ilustrado	https://alentejoilustrado.pt/decisao-judicial-sobre-barragem-do-pisao-nao-caiu-bem-na-aldeia/	Decisão judicial sobre Barragem do Pisão "não caiu bem" na aldeia
31	Jovens Repórteres para o Ambiente	https://jra.abaae.pt/plataforma/artigo/o-legado-de-d-afonso-iii-renature-na-reflorestacao-do-pinhhal-de-leiria/	O legado de D. Afonso III: Renature na reflorestação do Pinhal de Leiria

Fevereiro

Data	Meio	Link	Título
3	TSF	https://www.tsf.pt/2419992131/litio-cerca-de-115-organizacoes-assinam-manifesto-pelos-sete-anos-de-luta-no-barroso/	Lítio: cerca de 115 organizações assinam manifesto pelos sete anos de luta no Barroso
8	Notícias ao Minuto	https://www.noticiasao minuto.com/economia/2724319/contestacao-da-apa-a-decisao-judicial-da-barragem-do-pisao-quase-pronta	Contestação da APA a decisão judicial da Barragem do Pisão quase "pronta"
10	Ambiente Online	https://ambienteonline.pt/noticias/contestacao-da-apa-a-decisao-judicial-da-barragem-do-pisao-quase-pronta	Contestação da APA a decisão judicial da Barragem do Pisão quase "pronta"
10	Green Savers	https://greensavers.sapo.pt/contestacao-da-apa-a-decisao-judicial-da-barragem-do-pisao-quase-pronta/	Contestação da APA a decisão judicial da Barragem do Pisão quase pronta
10	Notícias do Sorraia	https://noticiasdosorraia.sapo.pt/populacao-de-vaqueiros-debateu-retirada-de-acudes-do-alviela/	População de Vaqueiros debateu retirada de açudes do Alviela
17	Jornal Região Rio Maior	https://regiaoriomaior.pt/alviela-e-arte-criacao-artistica/	Residencia /GuardaRios/RiosLivres Artística
17	Jornal Ribatejo	https://maisribatejo.pt/2025/02/17/residencia-artistica-investiga-territorios-ribeirinhos-do-rio-alviela/	Residencia /GuardaRios/RiosLivres Artística
19	Rede regional	https://www.rederegional.com/noticias/cultura/residencia-artistica-dedicada-ao-rio-alviela/	Residencia /GuardaRios/RiosLivres Artística
19	Medio Tejo	https://mediotejo.net/coletivo-guarda-rios-com-residencia-artistica-e-de-investigacao-no-rio-alviela/	Residencia /GuardaRios/RiosLivres Artística
19	Radio Tejo Fm	https://www.tejofm.pt/news.php?id=2236	Residencia /GuardaRios/RiosLivres Artística
23	Jornal Notícias do Sorraia	https://noticiasdosorraia.sapo.pt/poluicao-fez-rio-alviela-passar-de-forca-motriz-da-economia-a-principal-motivo-do-exodo-para-a-cidade/	Poluição
24	Jornal Monchique	https://www.jornaldemonchique.pt/meio-ambiente-local-beneficia-se-com-acao-de-alunos-e-novos-autocarros/	Meio ambiente local beneficia-se com ação de alunos e novos autocarros
Março			
8	RTP Biosfera	https://www.rtp.pt/play/p14287/biosfera	Alteração à Lei dos Solos
10	Jornal Notícias do Sorraia	https://noticiasdosorraia.sapo.pt/populacao-de-vaqueiros-debateu-retirada-de-acudes-do-alviela/	Processo de Participação Pública - Sessão Vaqueiros
11	Público	https://www.publico.pt/2025/03/11/azul/noticia/estrategia-agua-une-divide-ambientalistas-agricultores-2125474	Estratégia Água Que Une divide ambientalistas e agricultores
13	Gerador	https://qerador.eu/ate-a-ultima-gota-convida-nos-a-refletir-sobre-a-forma-como-produzimos-e-consumimos/#google_vignette	Documentario video Ate a ultima gota
18	Medio Tejo	https://mediotejo.net/reabilitacao-do-rio-alviela-vai-a-debate-em-bugalhos/	Processo de Participação Pública - Sessão Filhós
19	Ambiente Online	https://www.ambienteonline.pt/noticias/geota-apela-a-rejeicao-de-novo-acude-no-tejo	Açude no tejo
22	Publico	https://www.publico.pt/2025/03/22/azul/opiniao/neste-dia-agua-correm-rios-2126987	Dia internacional Rios
Abril			
10	Notícias do Sorraia	https://noticiasdosorraia.sapo.pt/encontro-sobre-o-restauro-do-rio-alviela-decorre-esta-sexta-feira-em-pernes/	Processo de Participação Pública - Sessão Pernes
12	O Mirante	https://omirante.pt/foto-galeria/2025-04-12-barreiras-no-rio-alviela-foram-tema-de-encontro-em-pernes-62bed777	Processo de Participação Pública - Sessão Pernes
12	O Mirante	https://omirante.pt/omirantetv/2025-04-12-video-barreiras-no-rio-alviela-foram-tema-de-encontro-em-pernes-08f7d586	Processo de Participação Pública - Sessão Pernes
23	GreenSavers	https://greensavers.sapo.pt/geota-contesta-estrategia-do-governo-para-os-recursos-hidricos/	Água que une

Data	Meio	Link	Título
24	Ambiente Magazine	https://www.ambientemagazine.com/geota-considera-que-agua-que-une-tem-falta-de-uma-visao-estrategica-de-longo-prazo/	Água que une
28	O Mirante	https://omirante.pt/sociedade/2025-04-28-encontro-sobre-o-alviela-em-pernes-passou-ao-lado-da-populacao-c938ce63	Processo de Participação Pública - Sessão Pernes
29	GreenSavers	https://greensavers.sapo.pt/apagao-geota-exige-reforco-da-eficiencia-energetica-em-portugal/	
30	Jornal Económico	https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/geota-defende-mais-producao-descentralizada-de-renovaveis-para-maior-resiliencia-do-sistema/	
Maio			
1	Jornal de Negócios	https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/tribunal-volta-atras-e-da-luz-verde-a-barragem-do-pisao	APA diz que a barragem do Pisão pode avançar, mas falta ainda decisão do tribunal
2	Sapo	https://sapo.pt/artigo/governo-garante-que-barragem-do-pisao-pode-avancar-e-ambientalistas-contestam-6867f22aaca971ab632a3792	Governo garante que Barragem do Pisão pode avançar e ambientalistas contestam
2	GreenSavers	https://greensavers.sapo.pt/governo-garante-que-barragem-do-pisao-pode-avancar-e-ambientalistas-contestam/	Governo garante que Barragem do Pisão pode avançar e ambientalistas contestam
4	Diário do Distrito	https://diariodistrito.sapo.pt/geota-desmente-reversao-de-decisao-sobre-a-barragem-do-pisao/	GEOTA desmente reversão de decisão sobre a Barragem do Pisão
9	Green Savers	https://greensavers.sapo.pt/ambientalistas-ameacam-providencia-cautelar-se-comecarem-obras-da-barragem-do-pisao/	barragem pisão
9	Lusa	https://www.lusa.pt/article/2025-05-09/44924636/ambientalistas-amea%C3%A7am-provid%C3%Aancia-cautelar-se-come%C3%A7arem-obras-da-barragem-do-pis%C3%A3o	
9	Sapo	https://executivedigest.sapo.pt/ambientalistas-ameacam-providencia-cautelar-se-comecarem-obras-da-barragem-do-pisao/	Ambientalistas ameaçam providência cautelar se começarem obras da Barragem do Pisão
10	O Regiões	https://oregioes.pt/barragem-do-pisao-aprovada-com-pompa-governamental-apesar-da-ameaca-de-providencia-cautelar-dos-ambientalistas/	Barragem do Pisão Aprovada com Pompa Governamental Apesar da Ameaça de Providência Cautelar dos Ambientalistas
11	Meteored	https://www.tempo.pt/noticias/actualidade/contratos-de-financiamento-e-concessao-da-barragem-do-pisao-foram-assinados-mas-ha-uma-providencia-cautelar-a-caminho.html	Contratos de financiamento e concessão da barragem do Pisão foram assinados, mas há uma providência cautelar a caminho
22	Gazeta das Caldas	https://gazetadascaldas.pt/sociedade/alcobaca-percurso-ambiental-coastwatch-em-s-martinho-do-porto/	<u>Alcobaca – Percurso ambiental Coastwatch em S. Martinho do Porto</u>
22	Médio Tejo	https://mediotejo.net/alcanena-green-week-promove-consciencia-ambiental-com-atividades-para-todas-as-idades/	Alcanena Green Week promove consciência ambiental com atividades para todas as idades
27	Central Press	https://centralpress.pt/post/c-vita/89585/redacao/2025/05/27/alcanena-green-week-2025-promove-sustentabilidade-com-uma-semana-de-acoes-ambientais-culturais-e-educativas	Alcanena Green Week 2025 promove sustentabilidade com uma semana de ações ambientais, culturais e educativas
29	Médio Tejo	https://mediotejo.net/alcanena-debate-boas-praticas-em-linhas-de-agua-e-politicas-ambientais/	Alcanena debate boas práticas em linhas de água e políticas ambientais
28	Médio Tejo	https://mediotejo.net/constancia-geota-diz-que-novo-acude-no-rio-tejo-e-ideia-sem-pes-nem-cabeca-c-audio/	GEOTA diz que novo açude no rio Tejo é “ideia sem pés nem cabeça” (c/áudio)

Data	Meio	Link	Título
Junho			
5	Gazeta das Caldas	https://gazetadascaldas.pt/sociedade/os-desafios-ambientais-da-regiao-oeste/	Os desafios ambientais da região Oeste
24	Médio Tejo	https://mediotejo.net/alcanena-observatorio-dos-rios-chega-ao-alviela-com-arte-ciencia-e-participacao-comunitaria/	Observatório dos Rios chega ao Alviela com arte, ciência e participação comunitária
30	FCGulbenkian	https://gulbenkian.pt/read-watch-listen/em-portugal-a-participacao-publica-e-muito-pobre/	processo participação pública - reportagem
Julho			
17	GAZETA	https://gazetadascaldas.pt/opiniao/a-reserva-natural-local-do-paul-de-tornada-comemorou-esta-semana-o-seu-16-o-aniversario/	a-reserva-natural-local-do-paul-de-tornada-comemorou-esta-semana-o-seu-16-o-aniversario
Agosto			
Setembro			
Outubro			
3	Ambiente Online	https://www.ambienteonline.pt/noticias/ambientalistas-recorrem-a-justica-para-travar-avanco-da-barragem-do-pisao	Ambientalistas recorrem à justiça para travar avanço da Barragem do Pisão
3	Sapo	https://sapo.pt/artigo/autarcas-de-portalegre-contestam-bloqueio-ambientalista-a-barragem-do-pisao-68dffa41ef1b1c6b3dc691ab	Autarcas de Portalegre contestam "bloqueio ambientalista" à Barragem do Pisão
4	O Cidadão	https://ocidadao.pt/autarcas-de-portalegre-contestam-bloqueio-ambientalista-a-barragem-do-pisao/	Autarcas de Portalegre contestam "bloqueio ambientalista" à Barragem do Pisão
5	SIC Notícias	https://sicnoticias.pt/pais/2025-10-05-video-obras-da-barragem-do-pisao-suspensas-apos-providencia-cautelar-de-ambientalistas-540736fe	Obras da Barragem do Pisão suspensas após providência cautelar de ambientalistas
6	Ambiente Online	https://www.ambienteonline.pt/noticias/tribunal-embarga-obras-da-barragem-do-pisao-e-autarcas-prometem-reagir	Tribunal embarga obras da Barragem do Pisão e autarcas prometem reagir
8	Wilder	https://wilder.pt/historias/tribunal-embarga-obras-da-barragem-do-pisao-apos-abate-ilegal-de-azinheiras	Tribunal embarga obras da Barragem do Pisão após abate ilegal de azinheiras
17	SAPO	https://sapo.pt/artigo/geota-cria-premio-conceicao-martins-para-promover-educacao-ambiental-sustentavel-68f1ffb71a055e6e09c6765d	
20	Indymedia	https://indymedia.pt/228550/	https://indymedia.pt/228550/
Novembro			
7	Agroportal	https://www.agroportal.pt/cop30-ambientalistas-entre-ceticismo-e-pessimismo-quanto-a-bons-resultados/	COP30: Ambientalistas entre ceticismo e pessimismo quanto a bons resultados
7	Observador	https://observador.pt/2025/11/07/cop30-ambientalistas-entre-ceticismo-e-pessimismo-quanto-a-bons-resultados/	COP30: Ambientalistas entre ceticismo e pessimismo quanto a bons resultados
7	SAPO	https://sapo.pt/artigo/bons-resultados-da-cop30-seriam-compromissos-reais-e-ambicao-690db6e9af37daf8bd1a4dd7	Bons resultados da COP30 seriam compromissos reais e ambição
11	Expresso	https://expresso.pt/sociedade/2025-11-11-obras-da-barragem-do-pisao-continuam-suspensas-apos-despacho-do-tribunal-e946d79f	Obras da Barragem do Pisão continuam suspensas após despacho do tribunal
11	Sapo	https://eco.sapo.pt/2025/11/11/tribunal-mantem-embargo-as-obras-de-construcao-da-barragem-do-pisao/	Tribunal mantém embargo às obras de construção da Barragem

Data	Meio	Link	Título
			do Pisão
14	Indymedia	https://jornalaltoalentejo.sapo.pt/barragem-do-pisao-cimaa-mantem-confianca-inabalavel-na-concretizacao-do-projecto/	Barragem do Pisão: CIMAA mantém «confiança inabalável» na concretização do projecto
14	Jornal do Alentejo	https://jornalaltoalentejo.sapo.pt/barragem-do-pisao-cimaa-mantem-confianca-inabalavel-na-concretizacao-do-projecto/	Barragem do Pisão: CIMAA mantém «confiança inabalável» na concretização do projecto
26	O Digital	https://odigital.sapo.pt/mp-no-tribunal-central-administrativo-sul-defende-embargo-as-obras-da-barragem-do-pisao/	MP no Tribunal Central Administrativo Sul defende embargo às obras da Barragem do Pisão
26	Jornal de Negócios	https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/mp-defende-embargo-as-obras-da-barragem-do-pisao	MP defende embargo às obras da Barragem do Pisão
28	Médo Tejo	https://mediotejo.net/geota-remove-segunda-barreira-obsoleta-no-rio-alviela-para-recuperar-conectividade-fluvial/	GEOTA remove segunda barreira obsoleta no rio Alviela para recuperar conectividade fluvial
28	O Mirante	https://omirante.pt/sociedade/2025-11-28-geota-vai-remover-mais-um-acude-no-rio-alviela-no-troco-de-sourinho-f3b72d48	Geota vai remover mais um açude no rio Alviela no troço de Sourinho
28	Rede Regional	https://www.rederegional.com/uncategorized/geota-volta-a-remover-barreira-fluvial-no-rio-alviela/	Geota volta a remover barreira fluvial no rio Alviela
28	Central Press	https://centralpress.pt/page/118086/redacao/2025/11/28/geota-promove-nova-remocao-de-barreira-no-rio-alviela-para-reforcar-conectividade-fluvial	GEOTA promove nova remoção de barreira no Rio Alviela para reforçar conectividade fluvial
28	Sapo	https://sapo.pt/artigo/geota-remove-segunda-barreira-obsoleta-no-rio-alviela-para-recuperar-conectividade-fluvial-6929be96592b81ae93da0b11	GEOTA remove segunda barreira obsoleta no rio Alviela para recuperar conectividade fluvial
28	Tomar Online	https://tomaronline.pt/2025/11/28/geota-remove-segunda-barreira-obsoleta-no-rio-alviela-para-recuperar-conectividade-fluvial/	GEOTA remove segunda barreira obsoleta no rio Alviela para recuperar conectividade fluvial
28	Notícias do Sorraia	https://noticiasdosorraia.sapo.pt/geota-remove-segunda-barreira-obsoleta-no-rio-alviela-para-recuperar-conectividade-fluvial/	GEOTA remove segunda barreira obsoleta no rio Alviela para recuperar conectividade fluvial
28	Ambiente Online	https://www.ambienteonline.pt/noticias/remocao-de-acude-no-alviela-permite-recuperar-troco-fluvial-de-300-metros	Remoção de açude no Alviela permite recuperar troço fluvial de 300 metros
28	Jornal Pt Green	https://jornalptgreen.pt/noticia/geota-remove-barreira-no-rio-alviela-para-recuperar-conectividade-fluvial/	GEOTA remove barreira no rio Alviela para recuperar conectividade fluvial
28	Tejo FM	https://jornalptgreen.pt/noticia/geota-remove-barreira-no-rio-alviela-para-recuperar-conectividade-fluvial/	GEOTA remove barreira no rio Alviela para recuperar conectividade fluvial
Dezembro			
3	Ambiente Magazine	https://www.ambientemagazine.com/geota-e-apa-removem-acude-no-rio-alviela/	GEOTA e APA removem açude no Rio Alviela
11	Gazeta das Caldas	https://gazetadascaldas.pt/sociedade/paul-de-tornada-e-reconhecido-como-zona-humida-ha-mais-de-duas-decadas/	Paul de Tornada é reconhecido como Zona Húmida há mais de duas décadas
15	Observador	https://observador.pt/2025/12/15/premio-conceicao-martins-criado-para-reconhecer-educacao-ambiental-feminina/	
15	Agroportal	https://www.agroportal.pt/novo-premio-conceicao-martins-reconhece-lideranca-feminina-na-educacao-ambiental/	
15	Diário de Trás-os-Montes	https://www.diariodetrasosmontes.com/noticia/premio-conceicao-martins-criado-para-reconhecer-educacao-ambiental-feminina	
18	JN	https://www.jn.pt/delas/artigo/lancado-premio-que-quer-reconhecer-educacao-ambiental-feminina/18030617	

Data	Meio	Link	Título
16	Green Savers	https://greensavers.sapo.pt/organizacoes-ambientais-apelam-ao-governo-para-a-resolucao-do-problema-com-meio-seculo-de-existencia/	Organizações ambientais apelam ao governo para a resolução do problema com meio século de existência
16	Sapo	https://sapo.pt/artigo/organizacoes-ambientais-exigem-resposta-estrutural-apos-novo-episodio-de-poluicao-no-rio-alviela-na-zona-de-pernes-694131c1344770242927339b	rganizações ambientais exigem resposta estrutural após novo episódio de poluição no Rio Alviela na zona de Pernes
16	Notícias do Sorraia	https://noticiasdosorraia.sapo.pt/organizacoes-ambientais-exigem-resposta-estrutural-apos-novo-episodio-de-poluicao-no-rio-alviela-na-zona-de-pernes/	Organizações ambientais exigem resposta estrutural após novo episódio de poluição no Rio Alviela na zona de Pernes
16	Rede Regional	https://www.rederegional.com/noticias/sociedade/ambientalistas-pedem-intervencao-do-governo-na-poluicao-do-alviela/	Ambientalistas pedem intervenção do governo na poluição do Alviela
16	O Mirante	https://omirante.pt/sociedade/2025-12-16-mais-um-episodio-de-poluicao-no-rio-alviela-b18c10fd	Mais um episódio de poluição no rio Alviela
16	Ambiente Magazine	https://www.ambientemagazine.com/organizacoes-ambientais-denunciam-situacoes-de-poluicao-decorrentes-no-rio-alviela/	Organizações Ambientais denunciam situações de poluição decorrentes no rio Alviela
16	Correio do Ribatejo	https://correiodoribatejo.pt/organizacoes-ambientais-alertam-para-incompatibilidade-entre-restauro-ecologico-e-poluicao-no-rio-alviela/	Organizações ambientais alertam para incompatibilidade entre restauro ecológico e poluição no rio Alviela
16	Lusa	https://www.youtube.com/shorts/ZiseRvgk_KI	Poluição volta ao rio Alviela: imagens mostram espuma branca em Pernes (Santarém)
16	Médio Tejo	https://www.lusa.pt/article/2025-12-16/46211677/organiza%C3%A7%C3%B5es-ambientais-alertam-para-incompatibilidade-entre-restauro-ecol%C3%B3gico-e-polui%C3%A7%C3%A3o-no-rio-alviela	Organizações ambientais alertam para incompatibilidade entre restauro ecológico e poluição no rio Alviela
16	Antena Livre	https://mediotejo.net/organizacoes-ambientais-alertam-para-incompatibilidade-entre-restauro-ecologico-e-poluicao-no-rio-alviela/	Organizações ambientais alertam para incompatibilidade entre restauro ecológico e poluição no rio Alviela
16	Público	https://www.antenalivre.pt/noticias/organizacoes-ambientais-alertam-para-incompatibilidade-entre-restauro-ecologico-e-poluicao-no-rio-alviela	Alcanena: Organizações ambientais alertam para incompatibilidade entre restauro ecológico e poluição no rio Alviela
16	Público	https://www.publico.pt/2025/12/16/azul/noticia/poluicao-rio-alviela-persiste-activistas-denunciam-meio-seculo-luta-ineficaz-2158265	Poluição do rio Alviela persiste. Activistas denunciam "meio século de luta" ineficaz
16	Jornal de Abrantes	https://jornaldeabrantes.sapo.pt/regiao/organizacoes-ambientais-alertam-para-incompatibilidade-entre-restauro-ecologico-e-poluicao-no-rio-alviela	Organizações ambientais alertam para incompatibilidade entre restauro ecológico e poluição no rio Alviela
16	Mais Ribatejo	https://maisribatejo.pt/poluicao-rio-alviela-alerta-ambientalistas-santarem/	Organizações ambientais denunciam poluição crónica no rio Alviela e exigem soluções estruturais
17	RTP	https://www.rtp.pt/noticias/pais/odor-fetido-ambientalistas-pedem-solucao-para-poluicao-no-alviela_n1704850	"Odor fétido". Ambientalistas pedem solução para poluição no Alviela

ANEXO 3 – GEOTALINE – lista de edições

Data	Assunto	Origem
7-jan.-2025	GEOTA questiona elevado número de centrais solares no Alqueva	GEOTA
22-jan.-2025	Assembleia Geral 1 Fevereiro 2025 - Paul Tornada	Institucional
22-jan.-2025	Atividade de plantação - Mata Nacional de Leiria - 1 de Fevereiro 2025	Renature Leiria
23-jan.-2025	Tribunal dá razão às ONGA no Pisão	GEOTA
29-jan.-2025	CONVITE - Estreia do documentário "Até à última gota"	Rios Livres
5-fev.-2025	A vitória na batalha da barragem do Pisão	GEOTA
25-mar.-2025	Central Solar Sol de Évora - GEOTA	GEOTA
28-mar.-2025	Assembleia Geral Ordinária - 15 de Abril de 2025	Institucional
31-mar.-2025	Doe 1% do seu IRS e faça a diferença!	Institucional
14-abr.-2025	Assembleia Geral Ordinária - 15 de Abril de 2025	Institucional
16-abr.-2025	Atualização - Comunicação aos associados sobre a suspensão da AG	Institucional
7-mai.-2025	Não foi anulada a decisão positiva que travou o avanço da Barragem do Pisão!	GEOTA
16-mai.-2025	O GEOTA está de luto: Conceição Martins	Institucional
4-jun.-2025	Análise às forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do GEOTA - até 12 junho	Institucional
5-jun.-2025	Comemoração do Dia Mundial do Ambiente	CEEPT
9-set.-2025	Mesas Redondas à Volta da Terra - Reserve já o seu lugar	GEOTA
17-set.-2025	Mesas Redondas à Volta da Terra dia 24 de setembro e dia 9 de outubro inscrições gratuitas mas obrigatórias	GEOTA
17-out.-2025	22 outubro, 18h30 Política de Solos e Ambiente, com Pedro Bingre, Presidente da LPN - marque já o seu lugar!	GEOTA
19-nov.-2025	Em novembro e dezembro temos muito para lhe oferecer	GEOTA
28-nov.-2025	Em dezembro temos mais umas prendas para si!	GEOTA
16-dez.-2025	"Verdes e Boas"	Consumo
19-dez.-2025	Candidaturas ao prémio Conceição Martins	GEOTA

Em 2025 foram emitidos 22 números do GEOTALINE, sobre diversos assuntos.

ANEXO 4- LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS EXTERNOS – 2025

Data	Descrição /titulo/local	Entidade Organizadora	Representante
JANEIRO			
8	Lei do Restauro da Natureza: desafios e oportunidades	CCDR ALENTEJO	Carla Pacheco
13	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
28-30	Workshop sobre o desenvolvimento da "Estratégia Transfronteiriça para a Conservação da Toupeira-de-água (Galemys pyrenaicus)", Madrid	IUCN	Lígia Figueiredo
30	Conselho Científico do Think Tank Nature+ / Online	Universidade de Évora	João Riço Madeira
FEVEREIRO			
3	Reunião Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
5	Webinário O papel dos charcos temporários para os morcegos	CCDR Alentejo	Carla Pacheco
10	Convite mostra de ONG no colégio United Lisbon	United Lisbon	Helder Careto
10	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
13-2	Reunião Rede de Centros Interpretativos de Zonas Húmidas (online)	ICNF	Teresa Lemos
18	Webinário À descoberta das salinas, biodiversidade, sustentabilidade e economia	Escola Azul	Carla Pacheco
19	O papel das turfeiras para a Humanidade - o projeto PEATMAP na região do Mediterrâneo Ocidental	RESTORE4Cs Project	Carla Pacheco Teresa Lemos
27	Jornadas de Engenharia do Ambiente (JEAmbi)	alunos do IST	Miguel Macias Sequeira
28	Entrevista Rádio 91FM	Rádio 91FM	Teresa Lemos
26	Webinar LPN - Solo, água e (a nossa) vida: o que acontecem quando competem?	LPN	Ana Catarina Miranda
MARÇO			
5-mar.-2025	Workshop Plano Municipal de Ação Climática das Caldas da Rainha	<u>CMCR</u>	Teresa Lemos
18	Apresentação do Documentário "Até à Última gota"	<u>Município Tavira</u>	Regina Falcao
21	Jornadas Técnicas - "Juntos pela floresta: Conhecer, Preservar e Agir"	ICNF	Miguel Jerónimo
24	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
26-mar.-2025	Assembleia Geral	<u>CIDAMB</u>	
27-mar.-2025	Reunião Rede de Centros Interpretativos de Zonas Húmidas (online)	ICNF	Teresa Lemos
29-mar.-2025	Assembleia Geral	<u>Associação PATO</u>	Teresa Lemos
ABRIL			
2	Plano Nacional de Restauro - Reunião da Comissão de Acompanhamento	ICNF	Miguel Branquinho
4	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo

16	Webinar"Limpeza e desobstrução de linhas de água"	ICNF	Teresa Lemos
MAIO			
5	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
9	Reunião Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
13-5	Seminário de Equipamentos de Educação Ambiental Inovar no Território	ICNF e APA	Teresa Lemos e Carla Pacheco
19	Seminário da Unidade Curricular 'Debates Contemporâneos para as Ciências do Ambiente' no Mestrado de Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade do ISCTE)	ISCTE	Lígia Figueiredo
23-5	Reunião Rede de Centros Interpretativos de Zonas Húmidas (online)	ICNF	Teresa Lemos
31	II Encontro Nacional de Cidadania pela Defesa dos Rios e da Água – Fluvial Foz do Zêzere, Constância – 31 de maio de 2025	ProTEJO	Lígia Figueiredo
31	Green Week Alcanena Talks	CMA	Lígia Figueiredo
JUNHO			
1	SOS Planeta 2025: Dia do Ambiente e Dia da Criança	CMA	Regina Falcão e Hugo Pegado
8	Ação limpeza costeira com CMCR	CMCR	Carla Pacheco
12	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	João Rijo Madeira
13	XVII Jornadas do Ambiente de Lousada	Município Lousada	João Rijo Madeira
18	Plano Nacional de Restauro - Reunião Rede de Conhecimento	ICNF	Miguel Jerónimo
JULHO			
30 a 4	IS RIvers 2025 - "A Methodology for River Connectivity Assessment: a case study in the Alviela River, Portugal" and "Fostering community engagement in small dam removal: Participatory approaches for restoration in the Alviela River, Portugal", June, Lyon - France	IS Rivers	Lígia Figueiredo
5	Observatório Guarda Rios - Instalação Olhos d'Água Alviela	Coletivo GUARDARIOS/Geota	Regina Falcão e Hugo Pegado
20	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	João Rijo Madeira
24	Reunião Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
AGOSTO			
27-31	Feira dos Frutos	CM Caldas da Rainha	Teresa Lemos, Carla Pacheco
SETEMBRO			
16	Reunião Rede Centros Zonas Húmidas	CCDR - alentejo	Teresa Lemos
16	Reunião Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
16	[Water WG] [Soil WG] [Biodiversity WG] Nature Credits - Internal talk & Task Force	EEB	Miguel Jerónimo
25	Transboundary River Forum - "Transboundary Cooperation - a tool to mitigate effects of climate change in Iberia", September, Greece	MedINA	Lígia Figueiredo
25	reunião de auscultação pública sobre o Plano Municipal de Ação Climática das Caldas da Rainha	CMCR	Teresa Lemos
26	Comemoração 20 anos Electrão - jantar Convento do Beato	Electrão	Américo de Abreu Ferreira, Helder Careto
26	NEI - Noite Europeia dos Investigadores 2025, Ciência para	NEI	Regina Falcão e Hugo

	os Desafios Globais, Lisboa		Pegado
30	Festival Internazionale Nebrodi Cinema DOC	Nebrodi Cinema DOC	Américo de Abreu Ferreira
OUTUBRO			
1	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	João Rijo Madeira
4	Festivais Materiais Diversos, Alviela com Vida	Materiais Diversos	Ana Catarina Miranda e Regina Falcão
6	Dia da ESE-IPP, Dia do Professor, Homenagem a Conceição Martins, atribuição de nome a auditório /ESE-IPB	ESE-IPB	Helder Careto, Saúde Martins, Alice Esteves, Mário Esteves, Américo de Abreu Ferreira
8	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	João Rijo Madeira
8	Reunião GreenerAct / online	GreenerAct/GEOTA	AAF, Teresa Lemos, JM, NHL
15	Apresentação do PESA 2024/2025/EMAC/Cascais	EMAC-Cascais	AAF
16	Reunião Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
18	V Encontro da Convergência Ecológica e Ambiental / São Pedro de Rates, Póvoa de Varzim	Centro do Clima da Póvoa de Varzim e AVE – Associação Vimaranesense para a Ecologia	Helder Careto
18	Apresentação do projeto TerraSeixe / Mértola	Viridia	João Rijo Madeira
28	Reunião Rede de Centros Interpretativos de Zonas Húmidas	ccdr-a	tERESA IEMOS
NOVEMBRO			
17	Reunião Comissão de Cogestão do PNSACV	CM Odemira	Miguel Jerónimo
20	Mesa Redonda Justiça Ambiental e Inclusão Social na Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Uma reflexão a partir da bacia do Alviela	ISCTE	Lígia Figueiredo
DEZEMBRO			

ANEXO 5- LISTA DE EVENTOS DO GEOTA – 2025

Data	Descrição /titulo/local	Públicos-Alvo	Organizador (Grupo/Projeto do GEOTA)	Participantes do GEOTA
janeiro				
9	Caminhada dos Reis no Paul de Tornada	Público em geral	GEOTA e PATO	Carla Pacheco
fevereiro				
1	comemoração dia Mundial das zonas húmidas - Visirta e peddy-paper - Paul de Tornada	Público em geral	CEEPT	Teresa Lemos
18	Laçamento do documentário "Até à última gota" , FCG	Público em geral	Rios Livres Geota	Direção e convidados
9	Sessão Parti. Pública em Vaqueiros	comunidades Alviela	Rios Livres Geota	Regina Falcao, Ligia V. Figueiredo
25	Mesas Redondas à volta da terra - Barragens que futuro?	Público em geral	Geota	Ana Catarina Miranda
março				
3	Comemoração do Dia Mundial da Vida Selvagem - Paul de Tornada - Eco - caminhada do Carnaval	público em geral	CEEPT	Teresa Lemos
18-19	Apresentação do documentário "Até à última gota" , Tavira	Público em geral	Rios Livres Geota	
29	Assembleia Geral PATO- CEEPT	Associados	MAG PATO	Teresa Lemos
29	Sessão Parti. Pública em Filhós	comunidades Filhós e Bugalhos	Rios Livres Geota	Regina Falcao, Ligia V. Figueiredo, Ana Catarina Miranda
abril				
1	Assembleia Geral GEOTA (online)	Associados	MAG GEOTA	Associados
11	Sessão Parti. Pública em Pernes	comunidade Pernes	Rios Livres Geota	Regina Falcao, Hugo Pegado
20	Assembleia Geral Ordinária eleitoral - CEEPT	Associados	MAG PATO	Associados
23	Sociedade Broteriana			Carla Pacheco
24	Nacho Dean			Carla Pacheco
29	Encontro de parceiro Rolling Rivers, Alcanena	Parceiros rollin'rivers	Rios Livres Geota	Lígia Figueiredo, Regina Falcão e Hugo Pegado
Mai				
2	ACD Coastwatch na Praia de Caxias	Docentes, técnicos, público em geral	GEOTA com apoio AdTA	Carla Pacheco
17	Apresentação do documentário "Até à última gota" , Avis	Público em geral	Rios Livres Geota	
19-23	Comemoração aniversário CEEPT - dia da abelha - dia mundial biodiversidade	escolas e público em geral	CEEPT - GEOTA - PATO	Carla Pacheco e Teresa Lmeos
28	Sessão A - Curso Formação GEOTA Coastwatch - online	docentes e público em geral	Coastwatch Bzz	Miguel Jerónimo, Carla Pacheco e Teresa Lmeos
29	Sessão A - Curso Formação GEOTA Coastwatch - online	docentes e público em geral	Coastwatch Bzz	Lígia Figueiredo, Carla Pacheco e Teresa Lmeos
23	Walkingfest Alcanena	Publico em geral	Municipio Alcanena/ RLGeota / GuardaRios/ Materiais Diversos	Hugo Pegado

Junho				
14	Sessão B - Curso Formação GEOTA Coastwatch - sair do Porto	docentes e público em geral	Coastwatch Bzz	Carla Pacheco e Teresa Lmeos
21	Sessão C - Curso Formação GEOTA Coastwatch - sair do Porto	docentes e público em geral	Coastwatch Bzz	Carla Pacheco e Teresa Lmeos
Julho				
Agosto				
Setembro				
9	Mesa Redonda à Volta da Terra: Os grandes desafios ambientais da nossa era	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		João Joanaz de Melo e outros
11	Apresentação do documentário "Até à ultima gota" , São Luís, Odemira	Público em geral	Rios Livres Geota	Regina Falcão e Hugo Pegado
16	Direção	Direção		Direção
24	Mesa Redonda à Volta da Terra: Projeções de seca na península ibérica	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		João Careto
Outubro				
9	Mesa Redonda à Volta da Terra: Desafios para uma transição energética justa em Portugal	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Miguel Macias Sequeira
11	Direção / CEEPT	DIR, OSC		DIR
11	Visita guiada e caminhada no Paul de Tornada	Publico	CEEPT	
11	Homenagem a Maria da Conceição Martins e lançamento do Prémio Nacional de Educação Ambiental	DIR, OSC	GEOTA	GEOTA, PATO, ESE-IPB, diversos
11	Lançamento da campanha CW 2025-2026 Todos Juntos pelo Litoral, praia de Salir do Porto	Professores em acreditação	CW	Carla Pacheco, João Joanaz de Melo
11	Mesa Redonda à Volta da Terra: Política de Solos e Ambiente	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Pedro Bingre
11	Apresentação do Documentário "Até à última Gota" em São Luís Odemira	Publico	GEOTA	Regina Falcão e Hugo Pegado
15	Apresentação do Documentário "Até à última Gota", CIneeco, Seia	Publico	GEOTA	Regina Falcão e Hugo Pegado
29	Mesa Redonda à Volta da Terra: Os direitos de informação e de participação: de direitos constitucionais a dormens jus (parte 1)	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Fernando Neves de Carvalho
Novembro				
4?	Direção	Direção		Direção
4	Mesa Redonda à Volta da Terra: : Plano Nacional de Restauro da Natureza	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Miguel Branquinho
19	Mesa Redonda à Volta da Terra: Os direitos de informação e de participação: de direitos constitucionais a dormens jus	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em		Fernando Neves de Carvalho

	(parte 2)	geral		
24	cAMINHADA RNLPT	publico em geral	CEEPT	
24	Mesa Redonda à Volta da Terra: Dia da Floresta Autóctone: Carvalho-de-Monchique, árvore mais ameaçada em Portugal	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Miguel jerónimo
25	Ação de Plantação Renature Leiria	Leroy Merlin	Renature	João Rijo Madeira
24-25	Encontro Afluentes	Cientistas, jornalistas, ativistas e outros atores	Rios Livres	Ana Catarina Miranda e Lígia Figueiredo
Dezembro				
2	Direção	Direção		Direção
5	cAMINHADA RNLPT	publico em geral	CEEPT	
11	Curso de Tradutores			Catarina Miranda e Lígia Figueiredo
?	Acesso à Justiça Ambiental: caso-estudo da Barragem do Pisão	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Helena Pereira de Jesus
16	Mesa Redonda à Volta da Terra: Dia da Floresta Autóctone: Carvalho-de-Monchique, árvore mais ameaçada em Portugal	OSC, docentes de todos os níveis de ensino, publico em geral		Miguel jerónimo

ANEXO 6 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2025

(Ordenada por tipos de entidades e por ordem alfabética, por qualquer tipo de apoio, lista não exaustiva)

Entidades Públicas e Governamentais

- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- CM Alcanena
- CM Aljezur
- CM Caldas da Rainha
- CM Lisboa
- CM Loures
- CM Mafra
- CM Monchique
- Direção Geral da Educação
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Floresta
- IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude
- JF Odeceixe
- MAEN - Ministério do Ambiente e Energia
- Ministério da Educação e Ciência
- Reserva Natural Local do Paul de Tornada (Câmara Municipal de Caldas da Rainha)
- União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto

Academia (Escolas, Universidades e fundações)

- Centro de Formação Orlando Ribeiro
- Cercina
- E.S. de Camões
- Escola Secundária Mouzinho da Silveira
- Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNL
- FCSH/UNL
- IST/UTL

Organizações Não Governamentais

- #MOVRIODOURO
- ADACE
- ADP Mértola
- AEAT
- AMCPN
- ANP/WWF
- APECE
- Associação PATO
- AZÓRICA (Faial)
- C7 - Coligação de ONGA para o Ambiente e Natureza
- Centro de Arqueologia de Almada
- Centro de Educação Ambiental Funchal
- CIBIO
- CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental
- CNE – Corpo Nacional de Escutas
- DIMFE
- EEB – European Environmental Bureau
- FAPAS
- GEC - Grupo Ecológico de Cascais
- Gê-Questa (Ilha Terceira)
- LPN – Liga para a Proteção da Natureza
- Mediterranean Alliance for Wetlands
- OneTreePlanted
- ONGaia
- PASC CC – Plataforma de Associações da Sociedade Civil
- Quercus – ANCN
- SCIENA - Associação de Ciências Marinhas e Cooperação
- Seas-at-risk
- SPEA
- ZERO

Entidades Privadas ou Empresariais Públicas

- Águas do Tejo Atlântico
- Biota
- EPAL
- Facebook
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Príncipe Alberto II do Mónaco
- GERADOR
- IfThenPay
- Instagram
- JR, João e Raposo, Investimentos imobiliários, Lda.
- Mauro D'Arcangelo
- Materiais Diversos
- PayPal
- Ryanair
- Senso Comum
- TheSquare.
- ZOOM

ANEXO 7 - GEOTA na Rede em 2025

Recursos educativos e de informação do GEOTA online

- Lista de links de páginas do GEOTA na Internet:
 - Página institucional do GEOTA: www.geota.pt
 - Centro Ecológico Educativo Prof. João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada: www.ccept.pt
 - Coastwatch - <https://coastwatch.pt/>

A partir dessas páginas partem outras ligações ao Instagram, Facebook e outras redes sociais.

Contas 2025

A submeter à Assembleia Geral de 18/04/2025

Relatório e Contas 2025



INDICADORES ECONOMICO FINANCEIROS

RUBRICAS	DATAS		
	2025	2024	2023
Vendas de Mercadorias			
Prestação de Serviços	781 207	972 127	940 357
Volume de Negócios Total	781 207	972 127	940 357
Custo Mercadorias Vendidas			
Custo Serviços Prestados			
Total do Custo das Vendas	0	0	0
Margem Comercial	781 207	972 127	940 357
Margem Comercial Vendas %	100%	100%	100%
Outros Rendimentos	430 991	273 393	146 380
Forn. Serviços Externos	918 339	942 892	970 570
Gastos com Pessoal	217 593	193 243	135 145
Outros Custos	31 792	107 625	40 403
Resultado antes de impostos	38 836	7 162	72 464
Impostos			
Resultado Líquido do período	38 836	7 162	72 464
EBITDA	47 705	16 031	81 333
EBITA	39 836	8 161	73 463
Taxa crescimento das vendas	-19,6%	3,4%	#DIV/0!
Rentabilidade das vendas	5,0%	0,7%	7,7%
Total do Ativo	332 093	540 020	834 457
Rentabilidade do ativo	11,7%	1,3%	8,7%
Total dos capitais próprios	152 464	113 493	122 429
Rentabilidade capitais proprios	25,5%	6,3%	59,2%
Solvabilidade	17,2%	17,2%	17,2%
Autonomia Financeira	14,7%	14,7%	14,7%

Chopras
22/10/27

Demonstração dos Resultados
por Naturezas - (modelo para
a ESNL)

GEOTA - Grupo de Estudos de
Ordenamento do Território e
Ambiente



RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO		
	2025	2024	2023
Vendas e serviços prestados	781 207	972 127	940 357
Subsídios, doações e legados à exploração	428 525	214 012	139 920
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-918 339	-942 893	-970 570
Gastos com o pessoal	-217 593	-193 243	-135 145
Imparidade de dívidas a receber			
Outros rendimentos	2 465	59 381	6 460
Outros gastos	-31 792	-107 626	-40 388
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	44 473	1 759	-59 367
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5 634	-8 920	-13 082
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	38 839	-7 162	-72 449
Juros e gastos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	-3	0	-15
Resultado antes de impostos	38 836	-7 162	-72 464
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período	38 836	-7 162	-72 464

Choppy
cc 10270

Balanço Funcional

GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente



Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

RUBRICAS	DATAS		
	2025	2024	2023
APLICAÇÕES			
Activo fixo			
Ativos fixos tangíveis e biológicos	86 443,83	92 077,70	97 061,82
Investimentos Financeiros	666,05	666,05	666,05
	87 109,88	92 743,75	97 727,87
Activo Corrente			
Cientes	129 309,05	165 811,75	496 054,65
Outras dividas a receber	0,00	0,00	565,00
Outros activos financeiros	410,66	76 955,25	1 821,74
Diferimentos	0,00	25 394,88	33 015,88
	129 719,71	268 161,88	531 457,27
Tesouraria Ativa			
Caixa e depósitos bancários	115 263,89	179 248,77	205 272,34
	115 263,89	179 248,77	205 272,34
Total das aplicações	332 093,48	540 154,40	834 457,48
ORIGENS			
Capitais permanentes			
Resultados Transitados	43 795,72	50 957,30	123 421,35
Outras var, fundos patrimoniais	69 831,70	69 831,70	71 471,80
	113 627,42	120 789,00	194 893,15
Resultado Liquido do período	38 836,45	-7 161,58	-72 464,05
Total do fundo de capital	152 463,87	113 627,42	122 429,10
Recursos Ciclicos			
Fornecedores	50 776,55	8 836,73	67 671,78
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes publicos	8 338,50	5 522,20	5 866,09
Financiamentos obtidos	891,48	1 305,92	2 902,53
Diferimentos	29 801,90	358 178,84	593 922,92
Outras contas a pagar	89 821,18	52 683,29	41 665,06
	179 629,61	426 526,98	712 028,38
Total das origens	332 093,48	540 154,40	834 457,48

Chopra
2025

GEOTA - GRUPO ESTUDOS ORD. TERRITÓRIO E AMBIENTE

Tv Moinho de Vento 17 C/V Drt

1200 - 727 Lisboa

NIF 501716610



ANÁLISE DE CONTAS

(Euros)

	2025												Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
CONTAS DE BALANÇO													
11 Caixa													0
12 Bancos	130 242	140 616	123 869	84 674	184 023	190 938	171 480	122 892	172 697	198 766	106 032	115 264	115 264
21 Clientes	262 847	154 622	195 207	195 136	195 063	201 151	194 652	195 302	94 625	101 886	113 867	129 309	129 309
22 Fornecedores	-76 086	-75 448	-64 201	-59 708	-9 796	-33 095	-38 673	-89 586	-55 474	-94 080	-28 528	-50 759	-50 759
23 Pessoal	0	0	0	448	448	448	448	3 035	0	628	707	-1 044	-1 044
24 Estado	-5 547	-7 506	-6 016	-5 889	-4 952	-4 978	-5 062	-4 526	-5 364	-6 232	-6 237	-8 339	-8 339
25 Financiamentos Obtidos	-1 112	-765	-1 771	-1 599	-747	-888	11	-542	-674	-1 241	-1 572	-891	-891
26 Accionistas/Sócios													0
27 Outras contas a rec/pagar	23 549	17 080	22 883	21 360	-3 415	-1 326	-2 450	649	-1 794	-584	-2 206	-88 394	-88 394
28 Diferimentos	-382 692	-288 488	-304 200	-253 338	-310 062	-247 028	-175 763	-89 034	-54 838	-110 643	-78 298	-29 802	-29 802
29 Provisões													0
CONTAS DE RESULTADOS													
61 Consumos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6211 Subcontratos	68 566	52 664	44 566	51 795	0	16 594	13 852	66 000	43 003	79 000	1 250	102 043	539 333
6221 Trabalhos especializados	16 928	15 163	5 423	4 006	7 761	3 940	12 533	11 986	-2 348	23 318	9 265	25 448	133 423
6222 Publicidade e propaganda	112	225	368	244	342	2 433	144	1 619	0	619	281	475	6 862
6223 Vigilância e segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6224 Honorários	0	5 166	0	284	1 292	861	0	0	3 875	2 583	2 952	1 476	18 488
6225 Comissões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6226 Conservação e reparação	123	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	123
6227 Serviços Bancários	8	26	9	27	26	8	8	8	8	26	28	8	192
6228 Outros Serv. Especializados	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	5
6231 Ferramentas e utensílios	15	209	29	128	107	100	7	12	0	11	0	1 731	2 349
6232 Livros e documentação técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
6233 Material de escritório	72	35	110	205	12	0	0	7	0	38	69	10	558
6234 Artigos para oferta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6238 Outros materiais	56 244	7 822	6 486	0	-4 751	0	0	0	0	37 760	36 144	17 532	157 237
6241 Electricidade	245	70	255	229	192	170	252	53	245	146	0	306	2 163
6242 Combustíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6243 Água	75	28	87	29	123	60	43	28	91	16	66	16	662
6248 Outros fluidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6251 Deslocações e estadas	1 079	1 806	1 884	1 143	2 584	736	2 048	915	1 866	2 082	1 167	2 828	20 138
6252 Transportes de pessoal	1 661	1 661	100	1 341	1 164	955	1 402	48	1 821	1 097	1 549	1 828	14 627
6253 Transportes de mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6258 Outras deslocações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6261 Rendas e alugueres	848	848	848	848	848	848	848	848	848	848	848	848	10 176
6262 Comunicação	248	132	227	225	236	127	141	160	133	154	126	216	2 125
6263 Seguros	289	187	0	0	191	0	0	0	0	0	0	340	1 006
6264 Royalties	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6265 Contencioso e notariado	143	0	0	0	0	2 688	0	0	0	0	0	0	2 832
6266 Despesas de representação	900	0	0	0	0	0	0	0	0	510	518	0	1 928
6267 Limpeza, higiene e conforto	90	90	104	180	0	0	183	0	90	184	90	270	1 281
6268 Outros serviços	208	48	14	383	160	131	410	193	687	127	77	392	2 831
63 Gastos com o pessoal	16 417	18 666	20 033	17 186	15 668	17 110	14 894	18 082	19 071	18 090	17 738	24 640	217 593
64 Gastos de depreciações	469	469	469	469	469	469	469	469	469	469	469	469	5 634
65 Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
66 Perdas redução justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
67 Provisões do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
68 Outros gastos e perdas	23	840	5	307	1	0	500	0	1	63	1	108	1 850
69 Gastos de financiamento	2 842	0	4 500	7 090	0	0	0	0	7 878	376	7 259	0	29 945
6 Total de Gastos	167 606	106 155	85 517	86 118	26 427	47 233	47 733	100 429	77 739	167 519	79 899	180 985	1 173 362
71 Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
72 Prestações de serviços	63 569	62 055	64 169	61 720	61 805	68 967	56 770	57 456	56 867	65 931	56 821	105 079	781 207
73 Variações invent. Produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
74 Trabalhos p/ própria entidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
75 Subsídios à exploração	32 550	32 550	46 537	39 242	32 493	32 385	29 984	29 984	37 450	40 450	37 450	37 450	428 525
76 Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
77 Ganhos aumentos justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
78 Outros rendimentos	1 327	0	0	0	1 137	1	0	0	0	0	0	0	2 466
79 juros, div. E rend. Similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 Total de rendimentos	97 446	94 606	110 706	100 962	95 435	101 353	86 754	87 440	94 316	106 381	94 270	142 529	1 212 198
811 Resultado antes de Impostos	-70 160	-11 550	25 189	14 844	69 008	54 120	39 020	-12 989	16 577	-61 138	14 371	-38 456	38 836

Elasus
22/10/20

GEOTA - Grupo Estudos Ordenamento Território e Amb
Exercício:

Moeda:
EUR

Unidade:
Euros

2025

Data: 31/12/2025

Mapa de Análise e Projecção de Resultados - Mensal

Proveitos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	63 568,79	82 055,26	64 169,37	61 719,63	61 804,67	68 967,42	56 769,52	57 455,52	56 866,52	65 931,03	56 820,52	105 078,70	781 206,95
73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	32 550,30	32 550,30	46 536,77	39 242,40	32 493,11	32 384,66	29 984,10	29 984,10	37 449,90	40 449,90	37 449,90	37 449,96	428 525,40
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	1 327,34	0,00	0,00	0,01	1 137,24	1,01	0,01	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	2 465,65
79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Proveitos	97 446,43	94 605,56	110 706,14	100 962,04	95 435,02	101 363,09	86 753,63	87 439,62	94 316,43	106 380,95	94 270,43	142 528,66	1 212 198,00
Custos													
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	147 846,77	86 186,05	60 509,63	61 066,42	10 288,78	29 583,60	31 939,15	81 877,26	50 320,20	148 520,62	54 506,35	155 682,11	918 338,94
63	16 416,82	18 665,71	20 033,17	17 185,58	15 667,65	17 109,62	14 894,09	18 081,89	19 070,51	18 090,08	17 738,36	24 639,95	217 593,43
64	469,49	469,49	469,49	469,49	469,49	469,49	469,49	469,49	469,49	469,49	469,48	469,49	5 633,87
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	23,36	839,61	4,65	307,08	1,14	0,34	500,32	0,32	0,84	63,24	1,04	106,36	1 850,30
69	2 842,29	0,00	4 499,84	7 089,76	0,00	0,27	0,00	0,00	7 877,97	375,51	7 259,37	0,00	29 945,01
Total Custos	167 598,73	106 162,86	85 516,78	86 118,33	26 427,06	47 163,32	47 803,05	100 428,96	77 739,01	167 518,94	79 974,60	180 909,91	1 173 361,55
Resultados													
Operacionais	-68 613,99	-10 717,69	29 693,85	22 240,54	67 871,86	54 189,37	39 450,89	-12 989,02	24 456,22	-60 699,26	21 556,23	-38 272,89	68 166,11
Financeiros	1 303,98	-839,61	-4,65	-307,07	1 136,10	0,67	-500,31	-0,32	-0,83	-63,22	-1,03	-108,36	615,35
Extraordinários	-2 842,29	0,00	-4 499,84	-7 089,76	0,00	-0,27	0,00	0,00	-7 877,97	-375,51	-7 259,37	0,00	-29 945,01
Res. Al de Imp.	-70 152,30	-11 557,30	25 189,36	14 843,71	69 007,96	54 189,77	38 950,58	-12 989,34	16 577,42	-61 137,99	14 295,83	-38 381,25	38 836,45

Contabilidade - (c) Primavera BSS

Handwritten signature and date: 31/12/2025

GEOTA - Grupo Estudos Ordenamento Território e Amb

Moeda: EUR
Contribuinte: 501716610

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2025
(modelo reduzido)

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		781 206,95	972 126,62
75		Subsídios à exploração		428 525,40	214 012,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-918 338,94	-942 892,53
	63	Gastos com pessoal		-217 593,43	-193 242,98
7622	652	Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
78		Outros rendimentos		2 465,65	59 381,05
	68	Outros gastos		-31 791,83	-107 625,62
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44 473,80	1 758,54
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-5 633,87	-8 920,12
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38 839,93	-7 161,58
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados		-3,48	0,00
		Resultado antes de impostos		38 836,45	-7 161,58
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		38 836,45	-7 161,58

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

Chopin
cc 10270

GEOTA - Grupo Estudos Ordenamento Território e Amb

Contribuinte: 501716610

Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 12 de 2025

Rubricas	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		86 443,83	92 077,70
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Investimentos financeiros		666,05	666,05
Subtotal		87 109,88	92 743,75
Activo corrente			
Créditos a receber		129 309,05	165 811,75
Diferimentos		0,00	25 394,88
Outros ativos correntes		410,66	76 955,25
Caixa e depósitos bancários		115 263,89	179 248,77
Subtotal		244 983,60	447 410,65
Total do ativo		332 093,48	540 154,40
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		43 795,72	50 957,30
Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais		69 831,70	69 831,70
Subtotal		113 627,42	120 789,00
Resultado líquido do período		38 836,45	-7 161,58
Total dos fundos patrimoniais		152 463,87	113 627,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		50 776,55	8 836,73
Estado e outros entes publicos		8 338,50	5 522,20
Financiamentos obtidos		891,48	1 305,92
Diferimentos		29 801,90	358 178,84
Outros passivos correntes		89 821,18	52 683,29
Subtotal		179 629,61	426 526,98
Total do Passivo		179 629,61	426 526,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		332 093,48	540 154,40

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

Choppy
Ce 10270